

CRISTINE HENDERSON SEVERO

SOBRE A PREDICAÇÃO COMPLEXA NO PB:
DA GRAMÁTICA TRADICIONAL À GRAMÁTICA GERATIVA

PORTO ALEGRE

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: SEMÂNTICA, GRAMÁTICA E LÉXICO

**SOBRE A PREDICAÇÃO COMPLEXA NO PB:
DA GRAMÁTICA TRADICIONAL À GRAMÁTICA GERATIVA**

CRISTINE HENDERSON SEVERO

ORIENTADOR: PROF. DR. MATHIAS SCHAFF FILHO

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Linguística, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2009

AGRADECIMENTOS

A CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou a execução deste trabalho.

Ao Prof. Mathias Schaff Filho pela orientação dedicada, segura e coerente.

À Profa. Luciene Juliano Simões por ter cedido os dados de seu projeto
sobre aquisição da linguagem.

À banca examinadora pela leitura e avaliação.

À minha família.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo geral analisar como a estrutura de construções que apresentam predicação complexa (PC) no Português Brasileiro (PB) é representada pela perspectiva tradicional e pela perspectiva gerativa, de modo a verificar a existência de padrões nessas construções. Neste trabalho, entendemos por PC a atribuição de propriedades a um mesmo constituinte por predicados diferentes. No primeiro capítulo, apresentamos a representação dessas estruturas à luz da abordagem tradicional, em que são tratadas como predicados verbo-nominais ou como orações reduzidas de infinitivo, particípio e de gerúndio. Nesse capítulo, também discutimos a ambiguidade entre predicativo do objeto e adjunto adnominal, assim como a possibilidade de predicativos do objeto indireto. No segundo capítulo, apresentamos a análise segundo a perspectiva gerativa, mais precisamente, de acordo com a Teoria de Princípios e Parâmetros, em que essas construções não são representadas como orações propriamente ditas, mas sim como *small clauses* (SCs). Ainda nesse capítulo, revisamos a proposta de Williams (1983, 1994) sobre as SCs e propomos que a projeção da SC seja dominada por AgrP. No terceiro capítulo, a partir da revisão das abordagens tradicional e gerativa, concluímos este trabalho com o estabelecimento de 18 possibilidades de estruturas com PC no PB.

PALAVRAS-CHAVE: Predicação complexa - Predicado verbo-nominal - *small clause*

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the structure of constructions which present complex predication (CP) in Brazilian Portuguese (BP) is represented by the traditional perspective and by the generative perspective, in order to verify the existence of patterns of these constructions. In this study, CP is understood as the attribution of properties to a same constituent by different predicates. In the first chapter, we present how these structures are represented by the traditional approach, which treats them as noun-verb predicates or as reduced clauses of infinitive, participle and gerund. This chapter also discusses the ambiguity between object predicative and noun phrases, as well as the possibility of indirect object predicatives. In the second chapter, we present an analysis according to the generative perspective, particularly according to the Theory of Principles and Parameters, in which these constructions are not represented as clauses, but rather as small clauses (SCs). Also in this chapter, we revise Williams' (1983, 1994) proposal on SCs and propose that the projection of the SC is ruled by AgrP. In the third chapter, based on the revision of traditional and generative approaches, we conclude this dissertation with the establishment of 18 possibilities of structures with CP in BP.

KEYWORDS: Complex predication – Verb-noun predicate – small clause

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Testes para verificação de constituintes - Encontrei [a porta] [arrombada].....	34
Quadro 1.2 - Diferenças pontuais entre predicativos e adjuntos adnominais.....	36
Quadro 1.3 - Resultado da sentença (1): Creio num Deus <i>presente</i>	40
Quadro 1.4 - Resultado da sentença (2): Preciso do ladrão <i>vivo</i>	40
Quadro 1.5 - Resultado da sentença (3): Eu penso em ti <i>risonha e tranquila</i>	41
Quadro 1.6 - Resultado da sentença (4): Não falo de você <i>como meu mestre</i>	42
Quadro 1.7 - Resultado da sentença (8): O gaúcho gosta do chimarrão <i>quente</i>	43
Quadro 3.1 – Padrões de PC no português brasileiro.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AgrP: sintagma de concordância
AP: sintagma adjetival
DS: Estrutura Profunda
ec: categoria vazia
ECM: Marcação Excepcional de Caso
GP: gramática particular
GT: Gramática Tradicional
NGB: Nomenclatura Gramatical Brasileira
NP: sintagma nominal
papel-□: papel temático
PB: Português Brasileiro
POI: predicativo do objeto indireto
SC: Small Clause
SS: Estrutura Superficial
TPP: Teoria de Princípios e Parâmetros
VP: sintagma verbal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 SOBRE A PREDICAÇÃO COMPLEXA NA ABORDAGEM TRADICIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES.....	13
1.1 A noção de predicado e de predicado complexo antes da NGB.....	15
1.2 A noção de predicação complexa após a NGB: o predicado verbo-nominal.....	22
1.2.1 <i>O predicado verbo-nominal: características morfossintáticas.....</i>	26
1.2.2 <i>Sobre a ambiguidade entre predicativo do objeto e adjunto adnominal.....</i>	30
1.2.3 <i>A possibilidade dos predicativos do objeto indireto.....</i>	36
1.3 A noção de PC após a NGB: as orações reduzidas.....	44
1.4 Outras análises.....	49
1.4.1 <i>A análise de Mattoso Camara Jr.....</i>	49
1.4.2 <i>A análise de Bechara (2004).....</i>	51
1.4.3 <i>A análise de Perini (1989, 2006 e 2007).....</i>	53
2 A PC NA ABORDAGEM GERATIVA: AS SMALL CLAUSES.....	59
2.1. O gerativismo: linguagem, aquisição, princípios e parâmetros.....	60
2.2 A PC na Teoria Padrão: a análise de Bisol (1975).....	65
2.3 A análise atual da PC: a <i>small clause</i>.....	72
2.4 Sobre as SCs adjuntas.....	75
2.4.1 <i>Sobre os predicados resultativos.....</i>	78
2.5 Sobre as SCs complementos.....	87
2.6 Diferenças entre SCs adjuntas e SCs complementos.....	90
2.7 SCs nominais.....	93
2.8 SCs verbais.....	96
2.9 SCs preposicionais.....	104
2.10 As perspectivas de análise sobre a PC na abordagem gerativa.....	107
2.10.1 <i>Da Teoria da Predicação: as small clauses segundo Williams (1983, 1994).....</i>	110
2.10.2 <i>Da Teoria da SC: categorias flexionais na projeção de SCs.....</i>	116

3 PADRÕES DE CONSTRUÇÃO COM PC NO PB.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	134

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em predicação, pensamos imediatamente na relação entre dois itens, em que um predica, afirma algo, sobre outro. Desse modo, uma predicação pode ser entendida como a associação entre dois elementos, em que um elemento, o determinante, atribui propriedades a outro, o determinado. Entretanto, em alguns casos, o mesmo constituinte parece receber predicações diferentes de constituintes diferentes. Como isso acontece? Como determinadas abordagens podem representar essa situação? Como essas abordagens podem contribuir para uma análise geral dessas construções?

Por exemplo, em *João saiu*, dizemos que o verbo *sair* predica sobre o sujeito *João*, assim como em *Denise é bonita*, em que o adjetivo predica sobre *Denise*. De acordo com a Gramática Tradicional (GT), em orações com verbo intransitivo, este predica sobre o sujeito, e se a oração apresenta um verbo de ligação, o predicativo, como o próprio nome indica, predica sobre o sujeito. Parece haver, portanto, uma biunivocidade entre o constituinte que predica e aquele que recebe predicação. Quando nos referimos à predicação em termos de atribuição de papel temático (papel- θ), vemos que, em certas construções, essa biunivocidade parece não ocorrer, pelo menos superficialmente. Em uma oração com um verbo transitivo direto, como em *Maria acha o João lindo*, o verbo e o objeto juntos atribuem um papel- θ ao sujeito, e o verbo sozinho atribui um papel- θ ao objeto. Quando seguido por um predicativo, esse objeto parece receber dois papéis- θ , um do verbo e outro do predicativo. Isto é, parece haver um constituinte, o objeto, e dois predicadores, o verbo e o predicativo. No caso de orações com verbo intransitivo seguido por predicativo do sujeito, como em *João saiu brabo*, o verbo e o predicativo parecem atribuir papéis- θ ao mesmo constituinte, o sujeito. A mesma análise se estende a orações com verbo transitivo direto seguido de seu objeto e um predicativo do sujeito, como em *Maria comeu o bolo sentada*: o verbo e o objeto, de um lado, e o predicativo, de outro, parecem atribuir um papel- θ ao mesmo constituinte, o sujeito.

Neste trabalho, denominamos esses exemplos de construções com predicação complexa (PC). Entendemos por PC a atribuição de propriedades a um mesmo constituinte por predicados diferentes, havendo dois ou mais determinantes e um determinado. Portanto, podemos dizer que a PC pode ser encontrada em sentenças cujas estruturas apresentam, ao menos superficialmente, duas ou mais relações de predicação. Como podemos perceber, evitamos o uso da expressão *predicados complexos*, pois atribuiremos esse termo a um tipo

específico de construção, que, na literatura, pode aparecer distinto das estruturas examinadas neste trabalho.

O estudo sobre estruturas nominais com PC tem sido contemplado por diversas análises e representações, muitas vezes divergentes entre si. Bisol (1975), por exemplo, identifica cinco tipos diferentes de construções nominais com PC, que apresentam estruturas profundas diferentes para estruturas superficiais semelhantes, diferentemente do postulado pela GT que analisa essas estruturas como sentenças com predicados verbo-nominais indistintamente. Pereira (2005, p. 98) conclui que as construções denominadas pela GT de predicados verbo-nominais se distribuem na Gramática Gerativa em três tipos de estruturas sintáticas. É, portanto, objetivo desta dissertação analisar a estrutura de construções que apresentam PC no Português Brasileiro, a partir da sua descrição pela abordagem tradicional e pela abordagem gerativa, de modo a verificar a existência de padrões nessas construções.

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos a representação dessas estruturas à luz da abordagem tradicional. Na GT, essa estrutura pode ser tratada como *predicado verbo-nominal*: uma "construção sintética, que congloba ou funde duas orações" (LUFT, 1996, p. 30). Por vezes, esse predicado é referido como *complexo*, pois se refere a construções com dois núcleos predicados, sendo um verbal e o outro, secundário - equivalente ao "predicativo na terminologia gramatical brasileira" (LOBATO, 2004, p. 142). A análise desses predicados é realizada em três etapas: na primeira, apresentamos como os predicados são analisados em gramáticas cuja data de edição é anterior à promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959; na segunda, apresentamos as abordagens realizadas após a NGB; e, na terceira, outras análises possíveis, que tentam se desvincular da tradição. Essa divisão se justifica pela falta de uniformidade dos termos utilizados pelos gramáticos anteriormente à promulgação da NGB. Também apresentamos, nesse ponto, outro contexto para PC: as orações reduzidas de infinitivo, particípio e de gerúndio, em que o segundo predicador é um verbo. Na última seção do capítulo, apresentamos outras análises, como a proposta por Perini em *Gramática descritiva do português*, em que o predicativo é definido a partir de traços, que permitem diferenciá-lo de outras funções sintáticas.

No segundo capítulo, apresentamos a análise das estruturas com PC à luz da gramática gerativa, segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros (TPP). Nessa perspectiva, a predicação pode ser encontrada mesmo em construções que não são consideradas orações plenas propriamente ditas, como a *small clause*, em que "uma predicação que se estabelece entre um constituinte que é sujeito e um outro que é predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou uma flexão verbal)" (MIOTO *et al.*, 2005, p. 107). Assim sendo,

as SCs são consideradas morfologicamente menos complexas em comparação às orações plenas. Segundo Cardinaletti e Guasti (1995, p. xii), as *small clauses* podem ser classificadas de acordo com a categoria lexical de seus predicados – e assim serão analisadas neste trabalho: SCs nominais, SCs verbais e SCs preposicionais. Apresentamos em seguida as duas versões existentes sobre a Teoria da SC: a *Versão-XP* e a *Versão-IP*. Neste capítulo, também trataremos de algumas questões levantadas por Williams (1983, 1994) sobre a existência das *small clauses* como constituintes oracionais, considerando diversos dados do Português Brasileiro (PB). Também apresentamos a proposta de uma representação de *small clauses* do português, contendo uma projeção de sintagma de concordância (*AgrP*, do inglês *Agreement Phrase*) dominando a projeção de uma *small clause*.

No terceiro capítulo, finalizamos este trabalho com a identificação de 18 possibilidades de estruturas com PC no PB, a partir de possíveis contribuições considerando o que foi discutido sobre essas construções nos dois primeiros capítulos.

Começamos nosso estudo com a tradição.

1 SOBRE A PREDICAÇÃO COMPLEXA NA ABORDAGEM TRADICIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES

No primeiro capítulo desta dissertação, analisamos como as estruturas que apresentam predicação complexa (PC) são estudadas em determinadas Gramáticas Tradicionais (GTs)¹. Como dissemos acima, entendemos que uma oração com PC possui dois ou mais núcleos predicados: um núcleo principal, que é o predicado verbal (ou seja, o verbo que predica sobre um elemento), e um núcleo secundário, equivalente ao "predicativo na terminologia gramatical brasileira" (LOBATO, 2004, p. 142). Essa estrutura é denominada na GT como *predicado verbo-nominal*, *predicado misto* ou *predicado complexo*. Cabe lembrar que, neste capítulo, nosso objetivo geral não é o de focar os possíveis erros ou inadequações a dados empíricos, mas sim o de encontrar contribuições para a análise daquelas estruturas.

É notável a concepção de língua encontrada em gramáticas tradicionais, em que prevalece o caráter prescritivo. É notável também a falta de uniformidade dos termos utilizados em GTs anteriores à implementação da NGB em 1959. Diante dessas constatações, dois aspectos serão considerados para análise. Primeiramente, alguns conceitos expostos pelos gramáticos serão analisados sem uma discussão precisa dos pressupostos teóricos que subjazem esses conceitos.² Outro aspecto que foi considerado na análise é o de que optamos por não seguir a ordem cronológica em que as obras foram publicadas. Assim, nossa análise pretende destacar as semelhanças e as diferenças entre as descrições propostas pelos gramáticos.

Em segundo lugar, a análise foi dividida entre as gramáticas editadas antes da NGB (chamadas de *gramáticas pré-NGB*) e as gramáticas editadas após a NGB e que a seguem (chamadas de *gramáticas pós-NGB*). Na primeira seção deste capítulo, apresentamos a análise de gramáticas pré-NGB. O critério de seleção dessas obras teve por base a sua representatividade para os estudos linguísticos e a originalidade da análise em comparação às obras atuais (se apresentam conceitos diferentes dos estudados atualmente e como os apresentam, por exemplo). Como podemos ver, os gramáticos pré-NGB aqui analisados não

¹ Para se referir à abordagem gramatical posterior à promulgação da NGB, utilizaremos o termo *Gramática Tradicional* ou a sigla GT.

² A metadiscussão, porém, foi necessária quando analisamos questões não tratadas pela GT: o predicativo do objeto indireto, a possibilidade de os advérbios exercerem a função de predicativo e a ambiguidade envolvendo predicativo e adjunto adnominal. Para tratar essas questões, utilizamos como base para a análise meu trabalho de conclusão de curso de especialização. Em outros contextos, optamos por utilizar a nomenclatura recomendada pela NGB.

fizeram parte da Comissão que formulou e aprovou a Nomenclatura³. As gramáticas pré-NGB escolhidas foram: (i) *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou, Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, de Jeronymo Soares Barbosa (1871); (ii) *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*, de Ernesto Carneiro Ribeiro (1955); (iii) *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1900); (iv) *Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo*, de Napoleão Mendes de Almeida (1957); e (v) *Gramática secundária da língua portuguêsã*, de Said Ali (1965).

Adicionamos à lista de gramáticas pré-NGB duas obras: (i) *Método de análise: lexica e logica, ou, sintaxe das relações*, de Carlos Góis (1943); e (ii) *Manual de análise: léxica e sintática*, de José Oiticica (1935). Nessas gramáticas, não encontramos um estudo ou uma descrição sobre um constituinte específico que corresponda às estruturas contendo PC. Portanto, nossa análise tratará de verificar a definição e a classificação apresentada em cada gramática para aquele tipo de predicado.

Analisamos em seguida a situação da PC em gramáticas pós-NGB, considerando dois tipos de estrutura: o predicado verbo-nominal e as orações reduzidas, que constituem respectivamente a segunda e a terceira seção deste capítulo. As gramáticas pós-NGB analisadas são em menor número em comparação às gramáticas pré-NGB analisadas na primeira seção. Como as gramáticas pós-NGB parecem seguir as predições da Nomenclatura, não percebemos muitas diferenças na abordagem proposta por cada autor (com exceção, obviamente, de Luft): (i) *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (1985); (ii) *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft (1996); e (iii) *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2001).

Ainda nessa seção, apresentamos duas questões resultantes da análise dos constituintes encetada a partir da NGB: como desfazer a ambiguidade entre predicativo do objeto e adjunto adnominal e a existência de predicativos do objeto indireto. Para a análise dessas possibilidades, utilizaremos como referência os trabalhos de Miotto *et al.* (2005), Haug (1983) e Macambira (1997).

Na quarta e última seção deste capítulo, apresentamos outras análises possíveis para essas estruturas, que não parecem seguir as premissas da análise tradicional. Como veremos posteriormente neste capítulo, esses estudos utilizam os mesmos termos da análise tradicional, mas os critérios para identificação e análise parecem ser bem diferentes. As

³ Como consta na própria NGB, a Comissão designada era constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

propostas analisadas são de: (i) Camara Jr., em *História e estrutura da língua portuguesa* (1976) e em *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa* (1981); (ii) Evanildo Bechara, em *Moderna gramática portuguesa* (2004); e (iii) Perini, em *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções* (1989), em *Gramática descritiva do português* (2006), e em *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical* (2006).

É com a análise da noção de predicado em gramáticas brasileiras antes da NGB que iniciamos este capítulo.

1.1 A noção de predicação complexa antes da NGB

O período anterior à promulgação da NGB, em 1958, é conhecido pela falta de uniformidade dos termos utilizados pelos gramáticos - falta de uniformidade que teria motivado a criação e a adoção de uma norma de âmbito nacional. Como expõe Moreno:

[A] NGB, de 1958, representou um grande avanço no ensino do Português no Brasil (...). Antes dela, vivíamos numa verdadeira selva de terminologias; cada gramático de renome fazia questão de usar denominações próprias para as funções sintáticas, para as orações subordinadas, para as classes gramaticais, o que tornava quase impossível a homogeneidade no ensino gramatical. A partir da NGB, uma comissão formada por notáveis da época (...) estabeleceu uma espécie de divisão esquemática dos conteúdos gramaticais (...); em 1959, no governo JK, uma portaria recomendou sua adoção em todo o território nacional. (MORENO, 2009)

Quanto à descrição e classificação do constituinte da oração conhecido como *predicado*, podemos perceber nessas gramáticas algumas divergências. Assim, o que entendemos hoje por PC ou aparece diluído em outras classificações nessas gramáticas ou sequer aparecem.

Na obra de Barbosa (1871), que parece seguir a linha das Gramáticas Racionais, como a *Gramática de Port-Royal*, verificamos que não há referências sobre a possibilidade de classificação do predicado, muito menos de um predicado com dois núcleos, como o predicado verbo-nominal. Há, porém, uma análise sobre a construção da "oração complexa" (BARBOSA, 1871, p. 315), que transcrevemos abaixo:

Os tres termos da oração, quer simples, quer composta, o nome, digo, o verbo, e o attributo, podem ser modificados com varios accessorios (...). Estes accessorios são ou adjectivos, ou adverbios, ou substantivos regidos de preposição, ou orações parciaes, ou tudo isto junto (...).

Quanto às modificações do atributo, se este é um adjectivo, pôde ser modificado ou por um adverbio, ou por um substantivo com sua preposição. Se por um adverbio, ou este é de quantidade, deve hir antes do adjectivo, como: *Os phenomenos são mais comuns, depois que os observadores são menos raros* : ou de qualidade e modo, e então podem-se pôr ou antes, ou depois, como: *Este homem é claramente ambicioso, ou ambicioso claramente.* (BARBOSA, 1871, p. 315-317)

Com essa citação, vemos que, na análise de Barbosa, provavelmente, analisaríamos uma sentença com predicado verbo-nominal como uma *oração complexa*. Entretanto, considerando o exemplo do autor, *Os fenômenos são mais comuns*, uma sentença com predicado nominal também seria analisada como uma *oração complexa*. Além disso, ao contrário de outros gramáticos, a complexidade é atribuída não só ao predicado, mas à oração inteira, já que as modificações podem ocorrer no próprio constituinte que classificamos como sujeito.

Uma análise similar à de Barbosa é realizada por Carneiro Ribeiro (1956). Em *Serões Grammaticaes*, cuja primeira edição é de 1890, o verbo não é parte do predicado, pois comporta-se como um constituinte diferenciado. Como mostra Carneiro Ribeiro (1956), para a tradição francesa, o elemento verbal não é parte do predicado, pois sua função é a de ligar o predicado (ou atributo) ao sujeito. Em *Eu sou amante* (sentença utilizada na obra de BARBOSA, 1871), podemos distinguir facilmente os três termos apontados: *Eu*, o sujeito; *sou*, o verbo; e *amante*, o atributo.

Carneiro Ribeiro (1956, p. 525) ainda distingue entre *atributo gramatical* e *atributo lógico*. O atributo gramatical corresponde à palavra fundamental do constituinte, isto é, o núcleo daquele constituinte; e o atributo lógico corresponde ao constituinte por inteiro, isto é, o núcleo deste e os acessórios que modificam o núcleo. Assim, de acordo com o autor, na oração *A glória, oriunda da virtude, tem brilho imortal*, o atributo gramatical "é representado pela forma verbal *tem*, que encerra em seu *radical* a ideia fundamental de *atributo*" (*ibidem*, p. 526, grifos do autor), mas o atributo lógico é o constituinte inteiro *tem brilho imortal*. Ribeiro não considera a distinção entre atributo gramatical e lógico relevante, pois, se o constituinte é "desacompanhado dos acessórios [sic] que o modificam, a proposição deixa de exprimir com verdade o que temos em mente enunciar" (*ibidem*, p. 526).

Carneiro Ribeiro (1956, p. 525) apresenta uma classificação para predicados *complexos* e *incomplexos* diferente das outras classificações pesquisadas apresentadas a seguir: a definição de predicado complexo não está ligada à transitividade do verbo, mas à presença de elementos acessórios que modificam o atributo. Assim, podemos concluir que na oração *A glória, oriunda da virtude, tem brilho imortal*, o predicado é complexo, pois *imortal*

modifica o atributo gramatical *tem*. Assim, uma oração com predicado verbo-nominal seria analisada como um predicado complexo, não porque envolve um tipo diferente de predicação, mas porque estão presentes elementos considerados acessórios.

Já a gramática de Júlio Ribeiro (1900) apresenta a seguinte classificação para o predicado: *simples*, se for formado apenas pelo verbo; e *complexo*, se contiver um verbo "de predicação incompleta acompanhado por seu complemento" (RIBEIRO, 1900, p. 228). Se o predicado for formado por um verbo e por um adjunto adverbial, será chamado de *predicado ampliado*. Vemos, então, que o predicado, nessa gramática, será classificado de acordo com a presença de certos elementos que o compõem. Desse modo, a distinção que hoje é feita entre os predicados seria neutralizada. Isto é, a oração *João viu José*, cujo predicado seria classificado atualmente como predicado verbal; *Rosas são flores*, predicado nominal; e *A Joana acha o João lindo*, predicado verbo-nominal, são classificados da mesma forma: como predicados complexos.

Também percebemos, nessas gramáticas, uma preferência, baseada nos conceitos da lógica, em considerar que a oração é formada por dois termos fundamentais. Essa preferência é constatada em gramáticas publicadas a partir da década de 1930, como em Góis (1943, p. 92). Em uma oração como *A Joana acha o João lindo*, o predicado *lógico* é *acha o João lindo*, ou seja, toda a parte da oração que não corresponder ao sujeito. Mas o predicado *gramatical* corresponde somente ao verbo, que nesse caso é *acha*. Além disso, a classificação proposta por Góis (1943), o mesmo constituinte pode ser classificado de várias formas: o mesmo predicado *acha o João lindo*, em *A Joana acha o João lindo*, é classificado como *lógico*, *simples* e *complexo*. Além disso, ainda no caso da classificação em predicado complexo em Góis (1943, p. 94), complemento e adjunto adverbial parecem ter o mesmo *status*, já que, aparentemente, a diferença entre um e outro é ignorada para a classificação do predicado em que estão inseridos.⁴ Cabe ainda dizer que, ao contrário da NGB, para Góis (1943, p. 79), o *predicativo* não estaria entre os termos essenciais, mas entre os *termos acessórios* definidos pelo autor, como um *completivo*. Isto é, para Góis (1943, p. 80), os termos acessórios correspondem às relações acidentais entre os elementos da oração e são classificados em completivos, adjuntos atributivos e adjuntos adverbiais. O completivo, por sua vez, constitui a palavra que completa o sentido de outra e compreende quatro espécies -

⁴ É inevitável não perceber aqui a semelhança entre essa gramática e de alguns autores que tentam uma proposta diferente da NGB. Veremos na próxima seção que alguns gramáticos, como Macambira, consideram que o advérbio é outra categoria morfossintática que também pode funcionar como predicativo.

entre elas, está o predicativo. O predicativo é assim considerado um completivo dos verbos de ligação, pois completa o sentido desses verbos (*ibidem*, p. 80).

A estrutura *verbo + complementos* como sendo a de um predicado complexo pode ser encontrada na maioria das gramáticas anteriores à NGB, com exceção da gramática de Oiticica (1935), pois, de acordo com o autor, um predicado será complexo, se o constituinte apresentar elementos modificando o atributo. Para Oiticica, a função predicativa, uma das funções lógicas ao lado da função subjetiva, não é exercida por um conjunto de termos (isto é, a parte que sobra quando se exclui o sujeito), mas apenas um termo, hoje tratado como núcleo do predicado. Não encontramos na obra desse autor exemplos do que atualmente se analisa como predicados verbo-nominais, em que haveria dois núcleos, exercendo, de acordo com o autor, duas funções predicativas. Entretanto, vejamos a nota do autor sobre uma oração em que a função predicativa é exercida por um nome. Em *A crisálida virou borboleta*,

[r]igorosamente há, nesses casos, *dois predicados*, pois afirmo duas cousas: 1ª que a crisálida é atualmente uma borboleta; 2ª que, para isso, houve transformação, mudança de caracteres essenciais. Em *o sol está vermelho* afirmo também: 1ª a cor atual do sol; 2ª a transitoriedade dessa cor, o fato anormal que ela representa, o *estado passageiro*. (OITICICA, 1935, p. 171)

Na citação acima, Oiticica também parece admitir que, em uma mesma oração, constituintes diferentes exerçam funções predicativas distintas. Para Oiticica (1935, p. 170), o verbo acima não parece ter apenas a tarefa de ligar o nome com função predicativa ao nome receptor da predicação, mas tem a tarefa de também predicar, atribuir uma determinada propriedade a esse nome. Podemos perceber não apenas uma proximidade com o que hoje analisamos como predicados verbo-nominais, mas uma proximidade com a análise de Bechara (2004), ao não distinguir entre verbos de ligação e verbos significativos.

Já a gramática de Almeida (1957, p. 335) diferencia-se das gramáticas anteriores, pois verificamos uma classificação diferente, que tem como critério principal a natureza semântica do verbo. Segundo Almeida, "*predicado gramatical*, ou, simplesmente, *predicado*" significa "*o que se diz do sujeito, e é essa a função lógica ou função sintática do verbo*" (ALMEIDA, 1957, p. 334, grifos do autor). No caso de a oração apresentar um verbo de ligação, o predicado poderá ter diversas classificações, dependendo do elemento que seguir o verbo. Para Almeida (1957, p. 329), o elemento que hoje tratamos como *predicativo* constitui, ao lado do verbo, um elemento predicativo. O elemento predicativo, como o adjetivo *doente*

em *Pedro está doente*, é referido como *completivo subjetivo* ou como *completivo predicativo*.⁵ É interessante notar que, na gramática de Almeida (1957), *completivo subjetivo* e *completivo predicativo* são termos que se referem ao mesmo constituinte que hoje denominamos como *predicativo do sujeito*. O *completivo subjetivo* é assim chamado, "porque *completa o sujeito*" (ibidem, p. 334, grifos do autor). O *completivo predicativo* é definido em oposição ao *completivo subjetivo*: ou seja, trata-se de um termo que "completa o predicado" (ibidem, p. 334). Assim, esse constituinte completa o sujeito e o predicado (o verbo) simultaneamente, pois parece desempenhar duas funções ao mesmo tempo: "uma de completar o predicado gramatical (...), outra de qualificar o sujeito" (ibidem, p. 334). Além disso, segundo Almeida, o constituinte também pode ser chamado de *adjunto predicativo* ou apenas *predicativo*, o que parece contradizer a ideia de que o constituinte complementa ou completa outro constituinte como o predicado. De fato, Almeida parece não salientar essa diferença, quando diz que: "tal *completivo* ou *adjunto* vem a ser o que os antigos gramáticos chamavam de *atributo*" (ibidem, p. 334, grifos do autor).

Almeida também especifica outro tipo de elemento predicativo: se o elemento qualificar o objeto, como *Encontrei Paulo doente*, o elemento *doente*, nessa oração, será chamado de *completivo objetivo*, que, segundo Almeida (1957, p. 335), também pode ser chamado de *predicativo objetivo* ou *predicado indireto*. O *completivo objetivo* não influencia na classificação do predicado, já que ocorre como adjetivo ou substantivo referente ao objeto de um verbo nocional transitivo. Outros exemplos de *completivo objetivo* são os elementos *miserável* e *deputado* nas orações seguintes: *O vício faz o homem miserável* e *Elegeram o candidato deputado*. Assim, vemos no *completivo objetivo* semelhança com o termo que hoje classificariamos como *predicativo do objeto*.

Podemos perceber algumas diferenças entre *completivo subjetivo* (ou *predicativo*) e *completivo objetivo*⁶. Além de qualificarem constituintes diferentes da oração, *completivo subjetivo* e *completivo objetivo* se diferenciam quanto aos termos com que podem ser constituídos. O *completivo subjetivo* pode ser constituído por um advérbio, um pronome ou um verbo, além dos nomes - e a partir desses os elementos que os predicados serão classificados, se predicado adverbial, nominal, pronominal, etc. Já o *completivo objetivo*, de acordo com a definição do autor, "é o *adjetivo* ou o *substantivo* referente ao objeto" (ibidem, p. 335). Isto é, ao contrário dos *completivos subjetivos*, a maneira como os *completivos*

⁵ Cabe lembrar aqui que Almeida é latinista. Logo, o *predicativo* é classificado como *subjetivo* se estiver no nominativo, ou seja, se estiver em concordância com o núcleo do sujeito, e como *objetivo*, se estiver no acusativo, ou seja, se estiver em concordância com o núcleo do objeto.

objetivos podem aparecer é mais restrita. Além dessas características, parece claro que, no caso das sentenças com verbos copulares (verbos de ligação), Almeida (1957) analisa o completivo subjetivo/predicativo tanto como um adjunto quanto como um complemento (ou seja, que completa o sentido do predicado, constituído pelo verbo). Porém, nos casos de sentenças com verbos nocionais, o autor não analisa o completivo objetivo como um complemento do verbo, devido à sua ligação com o objeto e sua função de se referir a este.

Por outro lado, Said Ali (1965) apresenta assim a noção de *anexo predicativo*: "é o adjetivo ou substantivo que se acrescenta ao predicado verbal para indicar o estado ou a condição, durante a ação expressa pelo verbo, ou do sujeito ou do objeto" (ibidem, p. 127).⁷ Os exemplos de Said Ali para anexos predicativos referidos ao sujeito são: *Ele chegou cansado, A criança nasceu cega, Tu partiste menino e voltaste homem, O soldado caiu morto e As flores amanhecem frescas*. Essas construções são formadas por um verbo intransitivo e um anexo predicativo - uma estrutura que, pela NGB, seria classificada como predicado verbo-nominal com um predicativo do sujeito. Vemos assim que o adjetivo de construções com verbos de ligação não parece ser analisado como um anexo predicativo. Através desses exemplos, percebemos que o anexo predicativo pode ser constituído por um adjetivo (*cansado, cega, morto e frescas*) ou por um substantivo (*menino e homem*). Não podemos apontar uma equivalência entre o anexo predicativo de Said Ali e o completivo subjetivo de Almeida (1957), já que este último também poderia ser um advérbio ou um pronome.

Entretanto, os exemplos para anexos predicativos referidos ao objeto possuem certa semelhança em relação ao completivo objetivo definido por Almeida (1957). As orações exemplificadas por Said Ali são: *Encontrei a porta arrombada, As frutas comeu-as ele verdes, Deixei-te menino e vejo-te homem* (p. 128). Nesses exemplos, o anexo predicativo referido ao objeto, assim como o completivo objetivo, pode ser constituído por um adjetivo (como *arrombada e verdes*) ou por um substantivo (como *menino e homem*). Além disso, trata-se de construções formadas com um verbo transitivo e um objeto direto - estrutura que hoje seria denominada como predicado verbo-nominal com um predicativo do objeto.

Ainda segundo Said Ali (1965, p. 128), "o anexo predicativo referido ao objeto pode denotar a consequência ou *resultado* do ato expresso pelo verbo" (grifo meu). São exemplos do próprio autor, orações como *O ministro nomeou-me diretor, Elegeram-te*

⁶ Adiantamos aqui que essa diferença entre predicativo do sujeito não é constatada

⁷ Cabe lembrar que analisamos a 7ª edição da gramática de Said Ali. Essa edição foi revista e comentada de acordo com a NGB pelo Prof. Evanildo Bechara. Sobre a noção de *predicado*, não há comentários. Porém, sobre o *anexo predicativo*, o comentário informa que, sobre esse termo, "a NGB adota apenas PREDICATIVO" (SAID ALI, 1965, p. 127).

deputado e *A miséria tornou-o invejoso*. Diferentemente dos outros autores, Said Ali é o único autor a apresentar uma característica semântica do anexo predicativo: a possibilidade de o adjetivo do objeto direto indicar o resultado de uma ação verbal. Em princípio, chamaremos essas construções de *resultativas*⁸, e serão estudadas no próximo capítulo.

Nesta seção, analisamos a noção de PC em gramáticas editadas antes da promulgação da NGB. Como podemos perceber, a noção que hoje entendemos por PC estava relacionada com a noção de oração complexa. Outra característica que percebemos em cada gramática é a possibilidade de o mesmo constituinte ser classificado de diversas maneiras. Geralmente, se um predicado é classificado como *complexo*, ele também é analisado como *ampliado* ou ainda como *lógico*.

Como vimos, a noção de predicado complexo parece estar atrelada à noção de transitividade verbal: predicados com verbos transitivos são classificados como predicados complexos, pois apresentam a estrutura *verbo* seguido de um *complemento*. Essa noção foi encontrada na maioria das gramáticas anteriores à NGB, com exceção da gramática de Carneiro Ribeiro (1956), em que a noção de predicado complexo está mais próxima da noção de nuclearidade. Já Barbosa (1871) e Said Ali (1965) não mostram nenhum tipo de classificação para o predicado. Porém, em Said Ali (1965), podemos verificar algumas características próprias do que hoje chamamos de predicado verbo-nominal, como o anexo predicativo e a possibilidade de esse constituinte expressar o resultado de uma ação verbal. Quanto ao predicativo, destacamos aqui a análise de Almeida (1957, p. 329), ao não distinguir se esse elemento é completivo ou adjunto e por diferenciar entre aquele que predica sobre o sujeito e aquele que predica sobre o objeto.

Na próxima seção, verificamos como estruturas com PC são analisadas após a promulgação da NGB. A PC passa a ser tratada ou como um predicado misto, em que se percebe uma relação entre o verbo e um de seus argumentos e outra relação entre um predicator e esse mesmo argumento, ou como um tipo de oração subordinada, no caso de o segundo predicator ser um verbo.

⁸ No próximo capítulo, veremos que, segundo o estudo empreendido por Lobato, essas construções podem ser chamadas de resultativas: “Trata-se de construção resultativa, pelos critérios adotados: há evento télico [o evento tem término delimitado], manifestado como processo culminado (cf. *A turma elegeu Paulo presidente em meia hora. Eles o elegeram vereador em seis horas*), há predicativo do objeto (na forma nominal nua) e há atribuição de propriedade ao referente do objeto por efeito da ação verbal”. (LOBATO, 2004, p. 167, grifos da autora)

1.2 A noção de predicação complexa após a NGB: o predicado verbo-nominal

Após a promulgação da NGB, em 1959, a maioria das gramáticas baseia a classificação do predicado tendo como critério a natureza do elemento que é seu núcleo.⁹ Se o núcleo do predicado for um verbo nocional, seguido de complemento ou não, o predicado será classificado como *verbal*. O predicado será *nominal*, quando é formado por um verbo de ligação e um nome, denominado predicativo do sujeito. O nome será considerado o núcleo de um predicado nominal. O predicado será denominado como *verbo-nominal* ou *misto*, quando for constituído de um verbo nocional e de um predicativo do sujeito ou do objeto. Assim, o predicado verbo-nominal é classificado na NGB como um tipo de predicado, ao lado do nominal e do verbal. Essa classificação parece ser uniforme nas gramáticas pós-NGB pesquisadas - o que parece *delimitar* a discussão sobre essa estrutura.

Do mesmo modo, a noção de predicado complexo correspondente à estrutura *verbo + complemento* não é mais encontrada. Luft (1996, p. 30), por exemplo, trata o predicado verbo-nominal como um predicado complexo, com um núcleo verbal e outro nominal, pois se trata "de uma construção sintética, que congloba ou funde duas orações". Em uma sentença como *O trem partiu atrasado*, identificamos dois núcleos: o verbo *partir* e o adjetivo *atrasado*, uma vez que "há dois dados novos expressos no predicado: a partida e o atraso [do trem]".

Em Rocha Lima (1985, p. 207), o predicado *verbo-nominal* é chamado de *misto*, pois "representa a fusão de um predicado verbal com um predicado nominal. Expressando um fato, encerra a definição de um ser". Então, um predicado misto apresenta dois núcleos significativos: o verbo (que pode ser transitivo ou intransitivo) e o nome que acompanha o verbo, chamado de *predicativo*. A fusão entre as duas orações se dá através desse termo, que está "associado a duas proposições diferentes" (PEREIRA, 2005, p. 15). O *predicativo* pode se referir ao sujeito da oração como em *O trem chegou atrasado*, ou ao objeto, como em: *A Bahia elegeu Rui Barbosa senador*. Porém, enquanto o predicativo do sujeito pode também ocorrer em predicados nominais, o predicativo do objeto aparece somente em predicados verbo-nominais.

⁹ Perini (2007, p. 116) explica que "a gramática tradicional concebe o núcleo do predicado como uma função semântica, e não uma função sintática". Nasce daí a possibilidade de o núcleo do predicado pertencer a diferentes categorias morfossintáticas, pois é considerado núcleo do predicado aquele que declara algo sobre o sujeito. Essa declaração pode ser realizada por um nome, no caso de predicados nominais, ou por um verbo nocional, no caso de predicados verbais.

Sobre o predicativo do objeto, Lopes (2005) informa que essa função “da GT inexistente, porque corresponde ao predicativo do sujeito (...) de uma oração em que verbo e conjunção encontram-se elípticos”. É o que podemos verificar se sustentarmos a hipótese de que existe uma fusão entre duas orações em predicados verbo-nominais.¹⁰ Por exemplo, a oração com predicativo do sujeito, como no exemplo de Luft, *O trem partiu atrasado*, pode ser decomposta em duas orações: (i) O trem partiu; e (ii) O trem estava atrasado. Uma oração com predicativo do objeto, como no exemplo de Rocha Lima (1985, p. 209), *A Bahia elegeu Rui Barbosa senador*, pode ser decomposta em: (i) A Bahia elegeu Rui Barbosa e (ii) Rui Barbosa tornou-se senador. Como podemos ver, na segunda oração, o predicativo, *senador*, refere-se ao sujeito, *Rui Barbosa* e não a um objeto.¹¹

Entretanto, a fusão não parece ocorrer de maneira uniforme entre todas as orações com predicado verbo-nominal. Analisemos os seguintes pares de exemplos:

- (1) (a) João chegou cansado
 - (b) João chegou e estava cansado quando chegou
- (2) (a) Encontrei a porta arrombada
 - (b) Encontrei a porta e a porta estava arrombada
- (3) (a) A professora considera os alunos inteligentes.
 - (b) A professora considera os alunos e os alunos são inteligentes.

Se, por um lado, podemos observar semelhanças entre os pares de sentenças (a) e (b) nos pares de sentenças (1) e (2); por outro lado, não podemos fazer o mesmo sobre o par de sentenças em (3). Em (3a), a professora considera que os alunos sejam inteligentes, mesmo que eles não o sejam ou que eles não sejam considerados assim por outros professores. Como veremos adiante, em (3a), o objeto do verbo *considerar* é a proposição de que os alunos sejam inteligentes, e não apenas *os alunos*. Desse modo, podemos antever uma diferença entre as

¹⁰ Para justificar esta possibilidade, Rocha Lima cita uma nota constante em *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Said Ali: "Nada mais claro nem mais conciso do que esses dizeres em que dois vocábulos valem, associados, por duas proposições distintas." (SAID ALI apud ROCHA LIMA, 1985, p. 209)

¹¹ No próximo capítulo, veremos que, na abordagem gerativa, em alguns casos, também não parece haver um elemento que predique sobre outro que seja argumento interno do verbo. Quando o segundo elemento predicador não é selecionado pelo verbo, a predicação é atribuída a uma categoria vazia coindexada ao elemento que recebe a predicação. Desse modo, a categoria vazia coindexada ocupa a posição de sujeito dessa oração adjunta. São os casos de *O trem chegou atrasado* e *Maria comeu a carne crua*. Por outro lado, há casos em que o elemento predicador é parte de uma oração objeto do verbo. Essa oração é formada pelo elemento que predica diretamente com função de objeto direto, mas que não ocupa a posição de argumento interno do verbo, já que essa posição é ocupada pela própria oração. Enquadram-se nessa situação orações como *Maria considera João inteligente*, *Maria quer o João de terno*, etc.

sentenças (1) e (2), de um lado, e a sentença (3), de outro. Ainda assim, podemos apontar diferenças de sentido entre as sentenças (a) e (b) dos dois primeiros exemplos. Para tanto, mencionamos aqui os resultados de um trabalho realizado com vinte e um alunos do ensino médio, em que propusemos o seguinte exercício:

Analise as orações abaixo.

(a) João chegou cansado.

(b) João chegou e estava cansado quando chegou.

Você percebe alguma diferença de sentido entre a sentença (a) e a sentença (b)? Explique se você acha que não há nenhuma diferença em dizer a oração (a) ou dizer a oração (b). Mas se você acha que existe uma diferença de sentido, escreva-a abaixo (HENDERSON, 2008, p. 34).

O objetivo desse primeiro exercício foi verificar se os alunos realmente percebem uma equivalência entre a oração (a) e a oração (b). Nossa hipótese era de que os alunos confirmariam a equivalência – o adjetivo não é parte da estrutura argumental do verbo, o que permitiria a separação entre os constituintes em duas orações coordenadas. Entre os vinte e um alunos que fizeram a atividade, dois não responderam e onze (totalizando 52% dos alunos) responderam que não há diferença entre uma sentença e outra, a não ser estrutural, já que "as duas dizem a mesma coisa". Porém, oito alunos (totalizando 38%) identificaram uma diferença ou reconheceram a diferença estrutural como relevante. Para três alunos que identificaram essa diferença, João só ficou cansado, depois que ele chegou - ele não estaria cansado no momento em que se dá a ação, mas após a ação. Considerando o resultado equilibrado, podemos dizer que a nossa hipótese não foi confirmada.

Para verificar a possibilidade de equivalência entre as sentenças (a) e (b) em (2), citamos aqui os resultados do mesmo estudo:

Agora, analise este par de orações:

(a) Encontrei a porta arrombada.

(b) Encontrei a porta e a porta estava arrombada.

Você percebe alguma diferença de sentido entre a sentença (a) e a sentença (b)? É a mesma diferença que você encontrou no exercício anterior? Ou você acha que não existe diferença nenhuma? Escreva abaixo (HENDERSON, 2008, p. 35).

O objetivo do segundo exercício era o mesmo do anterior: verificar se os alunos identificam a equivalência entre uma oração concisa (com predicado verbo-nominal) e uma oração com tempo finito (uma estrutura com coordenação). A diferença é que, no segundo exercício, a equivalência entre as estruturas envolve um predicativo do objeto. Assim como no exercício anterior, nossa hipótese era de que os alunos confirmariam a equivalência.

Porém, novamente, considerando o resultado equilibrado, podemos dizer que a nossa hipótese não foi confirmada: onze alunos (52%) afirmaram que não há diferença, a não ser formal; e oito alunos (38%) afirmaram que há diferença, além da formal. Um aluno apontou uma diferença no sentido do verbo encontrar: "[e]m (a) parece que ele encontrou uma porta arrombada, já em (b) parece que ele (o sujeito) procurava uma porta e quando a achou viu que estava arrombada". Três alunos identificaram uma diferença quanto ao estado da porta, já que em (b) se trataria de uma porta específica. Dois alunos não responderam a esse exercício.¹²

Realizamos os mesmos testes com os pares de sentença em (2), de modo a comprovar que uma fusão não pode ser lida naquela sentença. Vejamos os dados:

E quanto a estas orações? Você percebe alguma diferença entre (a) e (b)?

(a) A professora considera os alunos inteligentes.

(b) A professora considera os alunos e os alunos são inteligentes (HENDERSON, 2008, p. 35-36)

O objetivo desse exercício foi verificar se os alunos conseguem identificar que a equivalência proposta para as orações anteriores não é válida para a oração acima, embora a análise tradicional não diferencie entre uma estrutura e outra. Para a GT, as sentenças *Encontrei a porta arrombada* e *A professora considera os alunos inteligentes* são analisadas como instâncias de predicados verbo-nominais, com predicativos do objeto direto. Nossa hipótese era a de que os alunos percebem a diferença de sentido entre a sentença (a) e a sentença (b), mesmo que não consigam explicar por que uma equivalência é possível nos exercícios (1) e (2), mas não em (3). Nossa hipótese foi confirmada e as respostas apontam para três tipos de diferença: (i) uma diferença entre uma afirmação (constante em (b)) e um comentário ou opinião (constante em (a)) foi identificada por quinze alunos (totalizando 71% dos alunos); (ii) uma diferença na semântica do verbo *considerar* foi analisada por dois alunos (10%); e (iii) uma diferença entre considerar todos os alunos (interpretação que estaria constante em (a)) e considerar apenas parte deles (interpretação que estaria constante em (b)) foi identificada por quatro alunos (19%).

¹² Apesar de nossos testes (ver seção 1.2.2) terem demonstrado que o adjetivo *arrombada* pode ser interpretado ora como adjunto adnominal, ora como predicativo do objeto, não foi nosso objetivo verificar se os alunos reconheciam uma possível ambiguidade na sentença. Entretanto, podemos ver que a interpretação em que o adjetivo *arrombada* funciona como adjunto adnominal, o sentido expresso pela sentença é o de que o objeto encontrado foi uma porta arrombada, e não qualquer outro tipo de porta (velha, nova, antiga, etc.) - o que parece corresponder, segundo a análise dos alunos, à leitura em (a). Já quando *arrombada* funciona como predicativo do objeto, o sentido expresso pela sentença é de que o objeto encontrado foi uma porta e a porta encontrava-se arrombada - o que parece corresponder, segundo a análise dos alunos, à leitura em (b).

Como vimos acima, a hipótese de que orações com predicados verbo-nominais apresentam uma fusão entre duas orações não é uniforme para todas as orações. Podemos afirmar isso com base no fato de que não é possível decompor sentenças em que o objeto do verbo principal é uma proposição, e não apenas o substantivo que tem a função de objeto direto. Mesmo para as orações em que essa hipótese poderia ser atestada, o teste aplicado aos alunos do Ensino Médio mostra que nem sempre essa equivalência é verificável. Analisaremos novamente a possibilidade de uma fusão na estrutura subjacente dessas sentenças no próximo capítulo. Por ora, passemos à próxima seção em que apresentamos algumas características morfossintáticas dos constituintes que podem formar o predicado verbo-nominal.

1.2.1 O predicado verbo-nominal: características morfossintáticas

Segundo Rocha Lima (1985, p. 209) e Barbosa (1962, p. 94), o predicativo pode ser precedido por preposições (ou locuções prepositivas). São elas: *de*, *por*, *em* e *como*, nas seguintes sentenças: *Chamei-a de santa*, *Todos o tinham por sábio*, *O diretor o transformou em secretário* e *Ela foi dada como aprovada*. Logo, entre as sentenças abaixo, a diferença estrutural não altera a função sintática dos elementos grifados:

- (4)(a) Davi foi ungido *em rei*
- (b) Davi foi ungido *rei*
- (5) (a) Todos o consideravam *como um aventureiro*
- (b) Todos o consideravam *um aventureiro*

Nas sentenças em (4), seguindo a análise de Rocha Lima, os elementos *em rei* e *rei* desempenham a mesma função de predicativo do sujeito. E nas sentenças em (5), *como um aventureiro* e *um aventureiro* desempenham a mesma função de predicativo do objeto. Luft (1996, p. 32) sugere que o predicativo do objeto pode aparecer preposicionado “por motivo de regência do verbo, de clareza, ênfase ou elegância”. São exemplos do autor:

- (6) Eles o tinham *por inteligente*
- (7) Arvora-se *em defensor do povo*

- (8) Elegeram-no para senador
- (9) Acusavam *de injusta* a medida
- (10) Alçaram-no *em chefe*

Luft (1996, p. 31) acrescenta outras informações morfossintáticas sobre a natureza do predicativo, quando afirma que "qualquer classe de palavra pode funcionar como *predicativo*, exceto os conetivos, a preposição e a conjunção (e a interjeição, naturalmente)". Luft, portanto, está admitindo que advérbios também possam exercer a função de predicativo. Trata-se da mesma posição assumida por Macambira (1997, p. 205), já que "o adjetivo e o advérbio são classes afins e paralelas, que ora o adjetivo funciona como advérbio, ora o advérbio funciona como adjetivo ou pronome". Desse modo, para o autor, o advérbio pode constituir predicativo do sujeito, como em *Ele está aqui*¹³, considerando os exemplos de sentenças de línguas como o russo e o alemão.¹⁴

Apesar das evidências levantadas por Macambira (1997), restam ainda algumas dúvidas de que advérbios possam exercer a função de predicativo em orações com predicados verbo-nominais: poderíamos analisar os itens destacados abaixo como predicativos?

- (11) Maria saiu *depois*
- (12) João desenhou um círculo *aqui*

Portanto, a possibilidade de advérbios serem interpretados como predicativos está relacionada apenas a advérbios de modo, e não a qualquer tipo de advérbio. Vejamos como os alunos, em um estudo anterior, analisaram a possibilidade de que advérbios exerçam a função de predicativo. O exercício estava assim disposto: "*Ele saiu apressado* é a mesma coisa que dizer *Ele saiu apressadamente*? Por quê?" (HENDERSON, 2008, p. 37). O adjetivo *apressado* na primeira sentença estabelece uma relação de predicação ao pronome *Ele*, sujeito da sentença. Já o advérbio *apressadamente* estabelece uma relação de adjunção ao verbo, pois sua função é a de modificar a ação descrita pelo verbo. Ainda assim, a sentença parece não conter qualquer diferença semântica ou pragmática relevante. Por isso, o objetivo principal do exercício foi o de analisar os argumentos dados pelos alunos para confirmar ou não a

¹³ Lembramos que essa não é a posição da análise tradicional, segundo a qual o verbo *estar*, nesse contexto, não é verbo de ligação, mas intransitivo, e que o elemento *aqui* é tratado como um adjunto adverbial, e não como um predicativo.

¹⁴ Verificamos aqui novamente a semelhança entre Oiticica e Macambira, ao considerarem que advérbios podem exercer a função de predicativo.

diferença de sentido entre uma sentença e outra. Treze alunos (totalizando 62%) afirmaram que seria o mesmo dizer *Ele saiu apressado* e *Ele saiu apressadamente*, já que ambas as sentenças descrevem o modo como ele saiu. Entretanto, sete alunos (totalizando 33%) disseram que não seria a mesma coisa. Um aluno identificou que, em *Ele saiu apressado*, alguém o estava apressando, ou seja, o motivo de sua pressa seria externo à sua vontade. Para outro aluno, a diferença subsiste, pois *estar com pressa* (sentença com adjetivo) seria diferente de *ter pressa* (sentença com advérbio).

Outro exercício apresentado aos alunos perguntava: “E dizer *João leu o livro com curiosidade* é o mesmo que dizer *João leu o livro curioso*? Por quê?” (HENDERSON, 2008, p. 37). A diferença é que, neste último exercício, o adjetivo *curioso* na segunda sentença pode predicar sobre o livro (João leu um livro que era curioso/interessante/chato) ou sobre João (João, que estava curioso/interessado/ansioso, leu o livro). Quando o adjetivo predica sobre João, a diferença de sentido com a primeira sentença (com a locução adverbial) parece ser imperceptível. A essa mesma conclusão chegaram três alunos (totalizando 14%). Uma das justificativas apresentadas foi a de que "o livro não poderia ser curioso". Para os outros dezoito alunos (totalizando 86%), há uma diferença entre as duas sentenças: para um aluno, apenas na primeira sentença é possível que João seja curioso; para outro aluno, na segunda sentença, João leu o livro curioso, "porque [João] era metido".

De acordo com Barbosa (1962, p. 93-94), o predicado verbo-nominal pode apresentar as seguintes estruturas:

(i) Verbo intransitivo + predicativo do sujeito, como em *Automóveis passavam rápidos*, em que *rápidos* predica sobre *automóveis*.

(ii) Verbo transitivo seguido de um objeto direto e de um predicativo do objeto, como em *Achei a lição fácil*, em que *fácil* predica sobre *lição*.

(iii) Verbo transitivo seguido de um objeto direto e de um predicativo do sujeito: *Os outros dois olharam-nos surpreendidos*, *O velho olhava as ruas triste*.

(iv) Verbo na voz reflexiva + predicativo do sujeito, como em *Ela não se julga bela*, em que *bela* predica sobre o pronome *se*, que, por sua vez, está ligado ao pronome *ela*, sujeito da sentença.

(v) Verbo na voz passiva + predicativo do sujeito, como em *Ele foi julgado incapaz*, em que *incapaz* predica sobre o sujeito *ele*.

(vi) Verbo *chamar* + objeto indireto + predicativo do objeto indireto, como em *Chamei-lhe de sábio*, em que *sábio* predica sobre o pronome *lhe*¹⁵.

(vii) Verbo transitivo seguido de um objeto indireto + predicativo do sujeito, como em *Maria obedeceu-lhe risonha*, em que *risonha* predica sobre *Maria*.

(viii) Verbo que aparece com objeto direto + objeto indireto + predicativo do sujeito, como em *Dei-lhe o presente satisfeito*, em que *lhe* é o objeto indireto, *presente*, o objeto direto, e *satisfeito*, o predicativo do sujeito.

(ix) Verbo que aparece com objeto direto + objeto indireto + predicativo do objeto, como em *Para mim, os autos o consideram culpado*, em que *para mim* é o objeto indireto, *o*, o objeto direto, e *culpado*, o predicativo do objeto.

De acordo com a análise tradicional, são, portanto, nove as estruturas que podem ser identificadas com predicação complexa, quando o segundo predador é um nome. Uma das características notadas nessas estruturas é que também são identificadas de acordo com o tipo de verbo nocional envolvido: se reflexivo, intransitivo ou transitivo. Basicamente, a estrutura de um predicado verbo-nominal pode ser assim esquematizada:

(13) (sujeito) + verbo significativo (reflexivo/intransitivo/transitivo na voz ativa, passiva ou reflexiva) + (objeto direto ou indireto) + predicativo (do sujeito/do objeto)

Nesta seção, discutimos a noção de predicado e predicado verbo-nominal em gramáticas editadas após a NGB. Apresentamos a unificação dessas análises e do esvaecimento de uma discussão profícua sobre os predicados após a NGB. Por outro lado, além de uniformidade, podemos perceber que a análise, após a implementação da NGB, ganhou um pouco de generalidade: apenas três tipos de predicado são analisados. Para a maioria dos autores pesquisados, o predicado verbo-nominal é considerado uma fusão entre dois predicados: uma oração constituída de um predicado misto, formado por um predicado verbal (cujo núcleo é um verbo significativo) e um predicado nominal (cujo núcleo é um predicativo), apesar de a hipótese de que orações com predicados verbo-nominais apresentem uma fusão não ser uniforme para todas as orações. Quanto à categoria morfossintática, vimos que, apesar das evidências levantadas por Macambira (1997) e pela aplicação dos exercícios acima, restam ainda algumas dúvidas de que outras classes de advérbios, além da de modo,

¹⁵ Na seção 1.2.3, veremos que nem todos os gramáticos indicam a possibilidade de um predicativo do objeto indireto, a não ser com o verbo *chamar*.

possam exercer a função de predicativo. Além das particularidades averiguadas nesta e na seção anterior, outras ainda persistem. Uma delas reside na possibilidade de o predicativo do objeto ser interpretado como adjunto adnominal. Quanto a essa particularidade, dedicamos a seção seguinte.

1.2.2 Sobre a ambiguidade entre predicativo do objeto e adjunto adnominal

Como dissemos acima, o predicado verbo-nominal é considerado como a fusão de duas orações. Essa fusão se dá através de um termo, que está "associado a duas proposições diferentes" (PEREIRA, 2005, p.15). Esse termo é denominado *predicativo*, pois consiste em um elemento que expressa a predicação em relação ao sujeito ou ao objeto. Encontramos no predicativo uma particularidade, que é a de poder ser interpretado como adjunto adnominal. Por exemplo, uma oração como *Eva comeu uma maçã verde* pode ser parafraseada da seguinte maneira: *Eva comeu uma maçã e a maçã encontrava-se verde*. O predicado daquela sentença é chamado *verbo-nominal* e o adjetivo *verde* é interpretado como predicativo do objeto. Nesta oração, o adjetivo não apenas qualifica seu antecedente (ou seja, dá informações a respeito do objeto ao qual está ligado), mas se refere a uma maneira particular que constituiu o ato de comer a maçã. A gramaticalidade da oração não é afetada se reescrita sem o adjetivo: *Eva comeu uma maçã*. Entretanto, o sentido expresso nessa frase afasta-se consideravelmente daquele explicitado pela sua paráfrase. Devido a essas características, o predicativo não é considerado um termo acessório, mas antes um termo essencial da oração.¹⁶

Porém, a mesma sentença permite outra interpretação: *Eva comeu uma maçã do tipo verde*. Neste caso, o adjetivo é parte integrante do objeto e aparece qualificando seu antecedente: [verde] incide diretamente sobre [maçã], aparece qualificando seu antecedente e é parte integrante do objeto. O adjetivo [verde] funciona como adjunto adnominal e atua como um termo acessório, pois o elemento que segue ao verbo forma apenas um constituinte. Assim, mesmo havendo uma pequena alteração de sentido, a oração permanece gramatical se reescrita sem esse elemento: *Eva comeu uma maçã*. Neste caso, o predicado é *verbal* e o elemento que segue ao verbo forma apenas um constituinte denominado *objeto direto*.

¹⁶ Conforme propõem Cunha e Cintra (2001, p. 146).

A possibilidade de interpretarmos o adjetivo daquela sentença de maneiras diferentes está relacionada à maneira como se depreende a estrutura sintática. Para desfazer a ambiguidade, é preciso verificar se estamos diante de apenas um constituinte (em que o adjetivo é um adjunto adnominal) ou se de dois constituintes (o objeto e o predicativo do objeto). Para tanto, Miotto *et al.* (2005, p. 43-45) indicam três testes para confirmar se uma determinada sequência de palavras pode formar um sintagma (isto é, um constituinte) ou não:

(i) *Pronominalização* ou *substituição pronominal*: Se toda a sequência pode ser substituída por um pronome, então, temos apenas um constituinte; porém, se apenas uma parte da sequência pode ser substituída, estamos diante de pelo menos dois constituintes. Por exemplo, se em um determinado contexto podemos substituir o elemento [aquela ré] pelo pronome *ela* em uma sentença como *O juiz julgou aquela ré culpada* e tivermos como resultado *O juiz julgou ela culpada*, então precisamos considerar que o elemento [culpada] não faz parte do mesmo constituinte de [aquela ré] (MIOTTO *et al.*, 2005, p.43). Nesse caso, o adjetivo *culpada* é considerado um predicativo do objeto. Por outro lado, se em outro contexto, podemos substituir o sintagma inteiro [aquela ré culpada] pelo pronome *ela* na mesma sentença *O juiz julgou aquela ré culpada* e tivermos como resultado *O juiz julgou ela*, então, precisamos considerar que o elemento [culpada] é parte do constituinte de [aquela ré]. Nesse caso, [culpada] é um adjunto adnominal.¹⁷

(ii) *Clivagem*: a sequência que potencialmente forma um constituinte pode aparecer deslocada "entre o *é* e o *que* na periferia esquerda da sentença" (MIOTTO *et al.*, 2005, p. 44, grifos dos autores). Considerando que somente um constituinte completo pode ser clivado, podemos verificar que o elemento [culpada] não é parte do constituinte [aquela ré], se temos como resultado a sentença *É [aquela ré] que o juiz julgou [culpada]*. Mas se o resultado for *É [aquela ré culpada] que o juiz julgou*, então, precisamos considerar *culpada*

¹⁷ No estudo mencionado na seção anterior, aplicamos um exercício em que tratamos da questão da ambiguidade de certas sentenças e da leitura preferida entre os alunos: "Quando uma pessoa diz *O juiz julgou o réu inocente*, o que você acha que essa pessoa quis dizer? (a) Que o juiz estava julgando uma pessoa que era inocente? (b) Que o juiz chegou à conclusão de que o réu era inocente?" (HENDERSON, 2008, p. 36, grifos da autora). Nossa hipótese inicial era a de que os alunos reconheceriam a leitura em (b), com o adjetivo como predicativo do objeto, considerando que a segmentação ocorre da esquerda para a direita, e, sendo assim, o adjetivo que segue o objeto direto é entendido como um constituinte diferenciado. Essa hipótese foi confirmada, já que apenas quatro alunos (totalizando 19% dos alunos) indicaram que a leitura em (a) estaria correta. Para esses alunos, se o juiz tivesse chegado à conclusão de que o réu era inocente, seria necessário haver uma mudança na pontuação ("O juiz julgou o réu, inocente") ou o deslocamento do adjetivo antecedendo o substantivo ("O juiz julgou inocente o réu"). Dezesete alunos indicaram a leitura em (b) como correta, já que, segundo um dos alunos, "não se pode julgar alguma coisa se já estiver certa" - ou seja, se o réu já era inocente, não há por que julgá-lo. Essa afirmação deixa transparecer que o aluno não identifica outro sentido para o verbo *julgar* e confirma a segmentação da

como parte do constituinte. No primeiro caso, temos um predicativo do objeto. No segundo caso, um adjunto adnominal.

(iii) *Interrogação*: "só um constituinte completo pode ser questionado (...) e deslocado para a periferia esquerda da sentença" (MIOTO *et al.*, 2005, p. 44). Com a aplicação do teste da interrogação, também podemos verificar que o elemento [culpada] não faz parte do mesmo constituinte de [aquela ré], se temos como resultado *Quem o juiz julgou culpada?*. Como a resposta a esta pergunta será [aquela ré], vemos que a sequência [aquela ré] está separada do constituinte [culpada], isto é, [aquela ré] forma um constituinte, e [culpada] forma outro. Nesse caso, o adjetivo é analisado como predicativo do objeto. Mas se temos como resultado *Quem o juiz julgou?*, sendo que a resposta é a sequência [aquela ré culpada], então, precisamos considerar o adjetivo como adjunto, já que faz parte do objeto direto.

Além dos testes descritos acima, mais outros quatro testes podem identificar se estamos diante de um ou mais constituintes:

(iv) *Passivização*: Após colocarmos o verbo na voz passiva, se o constituinte a ser testado pode ser deslocado integralmente para o início da sentença, então, temos um indício de que a sentença apresenta um adjunto adnominal, que forma, com o objeto direto, um só constituinte. Por exemplo, se podemos dizer *Aquela ré culpada foi julgada pelo juiz*, então, *culpada* é um adjunto adnominal, pois é deslocado para o início da sentença juntamente com o núcleo do sintagma nominal, *ré*. Mas se for possível deslocar apenas parte do constituinte, deixando o elemento seguinte em separado, então, trata-se de um predicativo do objeto, que forma um constituinte distinto daquele que pôde ser deslocado. Nesse caso, se aceitamos, em um determinado contexto, *Aquela ré foi julgada culpada pelo juiz*, então, *culpada* é um predicativo do objeto.

(v) *Anteposição ao nome*: A possibilidade de mover o adjetivo para frente do complemento é um indício de que se trata de um constituinte autônomo, ou seja, de um predicativo. Por exemplo, em *O juiz julgou [culpada] [aquela ré]*, o adjetivo fica fora da fronteira do constituinte que forma o objeto [aquela ré], pois seu limite à esquerda é o determinante *aquela*. Assim, esse adjetivo deve ser analisado como predicativo do objeto. Por outro lado, se em uma sentença não é possível deslocar o adjetivo para além desse limite do sintagma, ou seja, seu deslocamento ocorre até o determinante, e não além dele, como em *O juiz julgou [aquela culpada ré]*, então, não se trata de um constituinte independente, mas de um adjunto adnominal. Dito de outra forma, se o constituinte permite ser anteposto ao

esquerda para a direita, fazendo com que o adjetivo que segue o objeto direto seja entendido como um constituinte diferente.

sintagma nominal inteiro, então, pode se tratar de um predicativo; mas se o constituinte permite ser anteposto apenas ao núcleo do sintagma nominal, então, pode se tratar de um adjunto. A anteposição ao nome é sugerida por Luft (1996, p. 31) para evitar a ambiguidade¹⁸. Em *Vi perdido o menino* (LUFT, 1996, p. 32), o adjetivo *perdido* não pode ser interpretado como adjunto adnominal.

(vi) *Ser versus estar*: Uma diferença semântica entre esses constituintes analisada por Ilari (1997, p. 37) está no fato de as propriedades de um adjunto serem interpretadas como indispensáveis para identificar o referente do objeto, e as propriedades do predicativo como dispensáveis para identificar o objeto. Portanto, Ilari sugere que, "se for possível construir (...) uma paráfrase em que a relação substantivo-adjetivo é expressa por *ser*, teremos um adjunto; se, ao contrário, na paráfrase, a relação substantivo-adjetivo for mediada por *estar*, teremos um predicativo" (ILARI, 1997, p. 34). Essa diferença pode ser captada, já que o verbo *ser* expressa uma propriedade duradoura e o verbo *estar*, uma propriedade transitória. Por exemplo, o adjetivo *japonês*, na sentença *A diretora chamou o funcionário japonês*, somente pode ser interpretado como adjunto, pois a paráfrase com uma oração adjetiva com o verbo *estar* não é possível (**A diretora chamou o funcionário que estava japonês*). Mas é possível a mesma paráfrase com uma oração adjetiva com o verbo *ser* (*A diretora chamou o funcionário que era japonês*). Já o adjetivo *amordaçado*, na sentença *Os guardas encontraram o vizinho amordaçado*, deve ser interpretado como um predicativo, pois a paráfrase com uma oração adjetiva com o verbo *estar* é possível (*Os guardas encontraram o vizinho que estava amordaçado*). Mas a paráfrase com o verbo *ser* não o é (**Os guardas encontraram o vizinho que era amordaçado*). Entretanto, o autor informa que esse teste não parece ser muito confiável, uma vez que o adjetivo pode admitir as duas análises, como predicativo e como adjunto. Nesse caso, somente o contexto poderia desambiguar uma sentença. Em *A polícia deteve o motorista embriagado*, podemos admitir tanto a paráfrase com o verbo *estar*, em *A polícia deteve o motorista que estava embriagado*, como a paráfrase com o verbo *ser*, em *A polícia deteve o motorista que era embriagado* (*ibidem*, p. 35).

(vii) *Nexo temporal*: Ilari constata que outro critério para distinção entre adjunto adnominal e predicativo do objeto está na referência ao tempo. Enquanto o adjetivo adjunto atribui uma qualidade sem fazer referências ao tempo, a qualidade expressa pelo adjetivo predicativo aparece marcada no tempo (*ibidem*, p. 33). Por isso, para Ilari, "à interpretação como predicativo corresponderiam períodos complexos em que o nexo temporal é explícito"

¹⁸ A gramática de Luft é a única entre as gramáticas pós-NGB pesquisadas que menciona a possibilidade de o predicativo do objeto ser interpretado como adjunto adnominal.

(ILARI, 1997, p. 34). Já "à interpretação como adjunto corresponderiam frases em que o nexos temporal é omitido". Assim, a sentença *Os guardas encontraram o vizinho amordaçado*, em que o adjetivo é interpretado como predicativo, corresponde à seguinte paráfrase: *Quando os guardas o encontraram, o vizinho estava amordaçado*. Já para a sentença *A diretora chamou o funcionário japonês*, em que o adjetivo é interpretado como adjunto, a paráfrase com nexos temporal não é aceita: **Quando a diretora chamou-o, o funcionário era japonês*. Desse modo, podemos dizer que a possibilidade de uma sentença com predicativo ocorrer com um nexos temporal e de ser parafraseada com o verbo *estar* está ligada à característica de os predicativos apresentarem uma propriedade temporária. Como os adjuntos apresentam uma propriedade duradoura, ocorre o contrário: sentenças com adjuntos não podem ocorrer com um nexos temporal e somente poderiam ser parafraseadas com o verbo *ser*.

Entretanto, nem sempre esses testes parecem identificar a diferença semântica existente entre uma análise sintática e outra. Quando aplicados à sentença *Encontrei a porta arrombada* (um dos poucos exemplos potencialmente ambíguos em Said Ali, 1965), por exemplo, a sequência [a porta arrombada] pode se dividir em um ou dois constituintes. Temos, então, uma sentença ambígua, como podemos ver abaixo:

Quadro 1.1 - Testes para verificação de constituintes - Encontrei [a porta] [arrombada]

	Predicativo do objeto - Encontrei [a porta] [arrombada]	Adjunto Adnominal Encontrei [a porta arrombada]
(1) pronominalização	Encontrei [ela] [arrombada] (ela = [a porta]) Encontrei-[a] [arrombada] (a = [a porta])	Encontrei ela (ela = [a porta arrombada]) Encontrei-[a] (a = [a porta arrombada])
(2) clivagem	É [a porta] que encontrei [arrombada]	É [a porta arrombada] que eu encontrei
(3) interrogação	O que encontrei [arrombada]? [a porta]	O que eu encontrei? [a porta arrombada]
(4) passivização	[A porta] foi encontrada [arrombada] por mim	[A porta arrombada] foi encontrada por mim
(5) anteposição	Encontrei [arrombada] [a porta]	Encontrei [a arrombada porta]
(6) ser vs. estar	Encontrei [a porta] [que estava arrombada]	Encontrei [a porta que era arrombada]
(7) nexos temporal	[Quando a encontrei], a porta estava arrombada	?? [Quando a encontrei], a porta era arrombada

Os testes acima demonstram que o adjetivo *arrombada* pode ser interpretado ora como adjunto adnominal, fazendo parte, portanto, do objeto direto [porta arrombada], ora como predicativo do objeto, em um predicado verbo-nominal (o adjetivo, neste caso, apesar de qualificar o objeto, não faz parte deste). Quando o adjetivo *arrombada* funciona como adjunto adnominal, o sentido expresso pela sentença é o de que o objeto encontrado foi uma porta arrombada, e não qualquer outro tipo de porta (velha, nova, antiga, etc.). Já quando *arrombada* funciona como predicativo do objeto, o sentido é de que o objeto encontrado foi

uma porta e a porta encontrava-se arrombada. Isto é, quando o adjetivo funciona como um predicativo do objeto, há, além da especificação sobre o objeto, a referência sobre o ato de encontrar a porta.¹⁹

Como dissemos acima, o predicativo do objeto (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 146) pode ser expresso por um substantivo (como em *Uns a nomeiam primavera*, *ibidem*, p. 146), por um adjetivo (como em *Joana achou o João bonito*, *ibidem*, p. 146) e, segundo alguns autores, por um advérbio. Poderíamos dizer que, quando podemos interpretar um predicativo do objeto como um adjunto adnominal, o verbo muda um pouco sua significação original, como vimos com *Encontrei [a porta arrombada]*, de Said Ali (1965, p. 127). Assim, podemos deduzir que a possibilidade de um adjunto adnominal ser interpretado como um predicativo do objeto também se deve a características do verbo. Entretanto, na sentença *Joana achou o João um gato*, a interpretação de [um gato] como um adjunto adnominal não é possível, ainda que interpretemos que o verbo *achar* tem um sentido próximo ao do verbo *encontrar*.

Seguindo a mesma conclusão sobre a interferência do significado do verbo, poderíamos dizer que todo predicativo que denotar o resultado da ação do verbo, isto é, no caso de construções resultativas, a ambiguidade descrita acima não seria encontrada. Porém, não é possível fazer tal generalização. É o caso da sentença *Ela cortou o cabelo curto*²⁰. O adjetivo *curto* pode expressar o resultado do ato expresso pelo verbo *cortar*, funcionando como um predicativo do objeto: *Ela cortou o cabelo e este ficou curto*; e pode também qualificar o substantivo que o antecede, funcionando como um adjunto adnominal: *Ela cortou o cabelo que já era curto*.

Considerando o que vimos nos testes e nos exemplos acima, identificamos dez características sintáticas diferenciadoras entre predicativos e adjuntos adnominais. No quadro abaixo, marcamos com um traço positivo quando a possibilidade apresentada é válida para o constituinte (adjunto ou predicativo) em questão:

¹⁹ Seria essa referência ao ato expresso pelo verbo que leva à suposição de que advérbios possam exercer a função de predicativos? Por ora, deixaremos essa pergunta sem resposta, já que não constitui o objeto de nosso trabalho.

²⁰ Essa sentença é um exemplo do que se denomina como *construção resultativa*. No próximo capítulo, tendo como base principalmente Lobato (2004), discutiremos a produtividade e as condições em que as construções resultativas podem aparecer em português.

Quadro 1.2 - Diferenças pontuais entre predicativos e adjuntos adnominais

Propriedades	Predicativo	Adjunto
(1) pronominalização com o objeto: acompanha o objeto, quando este é pronominalizado.		+
(2) clivagem com o objeto: acompanha o objeto, quando este sofre clivagem.		+
(3) interrogação com o objeto: acompanha o objeto, quando este é extraído e serve como resposta a uma pergunta.		+
(4) passivização com o objeto: acompanha o objeto, quando a sentença é colocada na voz passiva.		+
(5) anteposição ao sintagma nominal: pode ocorrer anteposto ao sintagma nominal inteiro (e não apenas ao núcleo desse sintagma).	+	
(6) anteposição ao núcleo do sintagma nominal: pode ocorrer anteposto ao núcleo do sintagma nominal (e não ao sintagma inteiro).		+
(7) paráfrases com o verbo <i>estar</i>	+	
(8) paráfrases com o verbo <i>ser</i>		+
(9) paráfrases <i>com</i> nexso temporal	+	
(10) paráfrases <i>sem</i> nexso temporal		+

No quadro acima, apresentamos as características (constatadas através de testes sintáticos) que distinguem predicativos e adjuntos. Podemos dizer que essas diferenças são originadas a partir de determinadas propriedades dos constituintes que exercem a função sintática de predicativo e de adjunto. Como dissemos anteriormente, uma dessas propriedades é a de ser transitório, no caso dos predicativos, e o de ser mais duradouro, no caso dos adjuntos. Na próxima seção, discutimos outra característica do predicado verbo-nominal, nem sempre aceita pelos gramáticos: a existência dos predicativos do objeto indireto.

1.2.3 A possibilidade dos predicativos do objeto indireto

Outra questão sobre o predicado verbo-nominal precisa ser discutida: existem predicativos do objeto indireto? Rocha Lima indica que, na sentença *Todos lhe chamavam ladrão* (ROCHA LIMA, 1985, p. 209)²¹, o predicativo se refere ao objeto indireto, relação que, de acordo com o autor, é mais rara. O gramático, no entanto, não fornece outros exemplos para que confirmemos a hipótese de que o adjetivo só possa ser interpretado como predicativo a objetos indiretos. Por outro lado, Cunha e Cintra afirmam que, apesar de o objeto indireto poder ser modificado por um predicativo, como na sentença *Eu lhe chamo estado de espírito*, "somente com o verbo *chamar* pode ocorrer o predicativo do objeto

²¹ Ao contrário de outros gramáticos, Rocha Lima parece considerar o pronome *lhe* como um objeto indireto - o que explica a existência do predicativo do objeto indireto. Veremos, a seguir, outras características para considerarmos o predicativo do objeto indireto como uma análise válida.

indireto" (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 146). Já com "os demais verbos que admitem esse predicativo (por exemplo: *crer, eleger, encontrar, estimar, fazer, julgar, nomear, proclamar* e outros sinônimos), ele é sempre um modificador do objeto direto" (*ibidem*, p. 146-147, grifos dos autores). Os autores não fornecem mais exemplos ou contraexemplos a essa argumentação, nem explicam por que o predicativo do objeto indireto ocorre somente com o verbo *chamar*, embora pareçam admitir que a presença do predicativo em uma sentença se deve em parte à natureza do verbo principal. Contudo, de acordo com outros gramáticos, a hipótese dos predicativos do objeto indireto deve ser descartada.

Para Luft (1996, p. 32, grifos do autor), o que existe é uma forma específica em que o predicativo do objeto direto pode ser realizado:

Não existe predicativo do objeto indireto. O exemplo - único - que se costuma dar é *chamar - a alguém - X*. Esse *a alguém (a Pedro, etc.)* é simplesmente um objeto direto preposicionado: a preposição é suprimível; e desse objeto direto regido do *a* facultativo tirou-se um *lhe* analógico, falso objeto indireto: um lapso consagrado pelo uso. *Chamar a alguém poeta* → *chamar-lhe* (= *chamá-lo*) *poeta*.

Outros autores, porém, admitem o predicativo do objeto indireto e não apenas com o verbo *chamar*. Para Haüy (1983, p. 71-72), por exemplo, se o predicado verbo-nominal consiste na fusão entre dois tipos de predicado, não há motivos (pelo menos, não em sua definição) para supor que o predicativo do objeto indireto ocorra apenas com o verbo *chamar*. Se assumirmos que o predicativo do objeto indireto está restrito a um verbo ou que não há exemplos consistentes de sua existência, como poderíamos classificar os seguintes constituintes destacados nos exemplos de Haüy?

(14) Creio num Deus sempre *presente*

(15) Preciso do ladrão *vivo*

(16) Penso em ti, *risonha e tranquila*

A análise de Macambira (1997) também difere das análises dos outros autores por pelo menos duas características: (i) para o autor, o advérbio pode constituir predicativo do sujeito, como em *Ele está aqui*, considerando os exemplos de sentenças de línguas como o russo e o alemão (MACAMBIRA, 1997, p. 204); e (ii) a definição dada pelo autor para predicativo do objeto é bastante específica quanto à natureza do verbo na sentença: "Predicativo do objeto é o termo que acrescenta alguma coisa ao objeto direto ou indireto mediante um verbo *transobjetivo*, isto é, um verbo transitivo de ligação" (*ibidem*, p. 212, grifo

nosso). Um verbo transobjetivo é aquele que exige, além de um argumento interno, uma predicção sobre esse argumento, que pode ser precedido ou não por preposição. Se precedido por preposição, temos um objeto indireto – e, nesse caso, teríamos um predicativo do objeto indireto nos seguintes exemplos (MACAMBIRA, 1997, p. 213, grifos do autor):

- (17) Eu penso em ti *risonha e tranquila* ao meu lado
- (18) Não falo de você *como meu mestre*
- (19) Não gosto de você *assim*
- (20) Referem-se a você *como delegado*
- (21) Não gosto de criança *na rua*
- (22) Não se trata de você *aposentado*
- (23) Recordo-me de você *à frente do movimento*
- (24) Não me lembro de você *no seminário*
- (25) Lembro-me de você *naquela tarde festiva*

Podemos perceber que, ao admitir que advérbios possam exercer a função de predicativo, Macambira analisa como predicativos do objeto indireto (POIs) constituintes que seriam analisados tradicionalmente como adjuntos adverbiais de lugar (*na rua, à frente do movimento, no seminário*), de tempo (*naquela tarde festiva*) ou ainda de modo (*assim*). Outra diferença está no fato de, apesar de admitir a possibilidade dos predicativos do objeto indireto, o autor não o considera nas sentenças com o verbo *chamar*. Macambira afirma que esse verbo “é normalmente direto, tanto é verdade que admite apassivação (*Ele foi chamado santo por mim*): o seu emprego indireto não passa de mau hábito sintático que encontrou guarida” (*ibidem*, p. 213, grifos do autor).

Sendo assim, podemos postular que, para analisarmos essas estruturas como predicativos do objeto indireto, duas características precisam ser identificadas primeiramente: (i) se realmente se trata de um objeto indireto; e (ii) que tipo de constituinte o adjetivo seria, caso não seja predicativo. A primeira característica diz respeito ao estatuto da preposição que antecede o objeto, se um objeto direto preposicionado (como defende Luft sobre o verbo *chamar*), ou se um objeto indireto. Para confirmar uma dessas hipóteses, dois testes podem ser propostos. O primeiro identifica a relevância da preposição: se a preposição for desnecessária, estamos diante de um objeto direto preposicionado, o que confirmaria a hipótese de que não se trata de um predicativo do objeto indireto (POI); mas se a retirada da preposição entre o verbo e o objeto torna a sentença agramatical, estamos diante de um objeto

indireto verdadeiro, o que confirmaria a hipótese de que o adjetivo pode ser analisado como um POI. O segundo teste atesta se um objeto é indireto, caso a sentença em que o constituinte se encontra não permite passivização, partindo do pressuposto de que a maioria dos verbos transitivos indiretos não pode ser colocada na voz passiva.

A segunda característica diz respeito sobre qual função sintática esse adjetivo estaria exercendo na sentença - se não é um predicativo, poderia ser um adjunto? Para responder a essa pergunta, alguns testes discutidos na seção anterior (sobre a ambiguidade entre adjunto e predicativo) poderiam ser suficientes. Primeiramente, aplicaremos os testes para a verificação de propriedade transitória, isto é, se se trata de um POI (com exceção da anteposição ao SN, pois, se estamos diante de um objeto indireto, a anteposição será ao sintagma preposicional, PP, de *prepositional phrase*). Caso os testes neguem que se trata de um POI, aplicaremos os testes para a verificação de propriedade duradoura. Se nesses testes os constituintes permitirem a análise tanto de predicativos como de adjuntos, admitiremos que essas sentenças sejam ambíguas. Não podemos deixar de considerar que, embora já discutidos nos capítulos anteriores, os próprios critérios de análise continuam sendo colocados em teste. Dito de outra forma, se um teste sempre demonstra o mesmo resultado ou resultados divergentes aos testes anteriores, poderemos averiguar a validade do teste em questão.

Desse modo, para confirmarmos se estamos diante de POIs, os testes estarão apresentados em três etapas: na primeira, temos a confirmação (ou não) de que estamos diante de um objeto indireto. Caso seja atestado de que se trata de um objeto indireto, podemos passar à segunda etapa, onde aplicaremos os testes relacionados a propriedades do predicativo. Se esses testes negarem a hipótese de que se trata de um POI, passaremos à terceira etapa, em que aplicaremos os testes relacionados a propriedades do adjunto. As sentenças escolhidas para testagem foram apresentadas por Haug (1983) e Macambira (1997), com exceção das sentenças cujo predicativo poderia ser analisado como um adjunto adverbial. Ao todo, temos sete sentenças; a essas, adicionamos outra surgida em nossas discussões sobre o POI: *O gaúcho gosta do chimarrão quente*.

Apesar de atestarmos que em *Creio num Deus sempre presente*, [num Deus] se trata de um objeto indireto, os testes demonstram que *presente* aceita com mais facilidade a interpretação como adjunto adnominal. Constatamos o mesmo favorecimento da leitura como adjunto, quando testamos essa sentença sem o advérbio:

Quadro 1.3 - Resultado da sentença (1): Creio num Deus *presente*

Etapas	Testes	Sentenças	Resultado
Etapa 1	Preposição	*Creio um Deus presente	OI
	Apassivação	*Um Deus é crido presente por mim	OI
Etapa 2	Pronominalização	Creio [nele] [presente]	Predicativo
	Clivagem	? É [num Deus] que eu creio [presente]	Predicativo
	Interrogação	[Em quem] que eu creio [presente]? [Num Deus]	Predicativo
	Anteposição ao SP	??? Creio presente num Deus	Não para Predicativo
	Paráfrase com <i>estar</i>	Creio [num Deus] que está [presente]	Predicativo
	Paráfrase com <i>nexo temporal</i>	? Quando creio em um Deus/Nele, este/Deus está presente.	Não para Predicativo
Etapa 3	Pronominalização	Creio [Nele] ([Nele] = [num Deus presente])	Adjunto
	Clivagem	É [num Deus presente] que eu creio	Adjunto
	Interrogação	[Em quem] que eu creio? Num Deus presente	Adjunto
	Anteposição ao núcleo do SN	? Creio [num [presente] Deus]	Adjunto
	Paráfrase com <i>ser</i>	Creio num Deus que é presente	Adjunto

Vejamos a análise da sentença *Preciso do ladrão vivo*:

Quadro 1.4 - Resultado da sentença (2): Preciso do ladrão *vivo*

Etapas	Testes	Sentenças	Resultado
Etapa 1	Preposição	*Preciso o ladrão vivo	OI
	Apassivação	*O ladrão é precisado vivo por mim	OI
Etapa 2	Pronominalização	Preciso dele vivo	Predicativo
	Clivagem	É [do ladrão] que eu preciso [vivo]	Predicativo
	Interrogação	[De quem] que eu preciso [vivo]? [Do ladrão]	Predicativo
	Anteposição ao SP	??? Preciso vivo do ladrão	Não para Predicativo
	Paráfrase com <i>estar</i>	Preciso do ladrão que está vivo / Preciso que o ladrão esteja vivo	Predicativo
	Paráfrase com <i>nexo temporal</i>	Quando eu preciso do ladrão, ele está vivo	Não para Predicativo
Etapa 3	Pronominalização	Preciso [dele] ([dele] = [o ladrão vivo])	Adjunto
	Clivagem	É [do ladrão vivo] que eu preciso	Adjunto
	Interrogação	[De quem] que eu preciso? [Do ladrão vivo]	Adjunto
	Anteposição ao núcleo do SN	??? Preciso do vivo ladrão	Adjunto
	Paráfrase com <i>ser</i>	??? Preciso do ladrão que é vivo ²²	Adjunto

A anteposição ao SP e a paráfrase com *nexo temporal* demonstram a dificuldade da interpretação daquele constituinte como POI. Por outro lado, parecem ser de gramaticalidade duvidosa as sentenças resultantes dos testes aplicados para a leitura como adjunto. Como podemos perceber, a paráfrase com o *nexo temporal* não é possível com

²² No caso de *Preciso do vivo ladrão* e *Preciso do ladrão que é vivo*, se interpretarmos o adjetivo *vivo* como *esperto*, as sentenças são gramaticais e aceitáveis. Por exemplo, *Preciso do vivo ladrão* pode ser parafraseado por *Preciso do esperto ladrão*, e *Preciso do ladrão que é vivo*, *Preciso do ladrão que é esperto*.

verbos como *precisar* (um verbo volitivo) e com verbos como *crer* (um verbo de julgamento). Por isso, não podemos dizer que as duas leituras sejam possíveis. Vejamos se podemos afirmar o mesmo sobre a sentença *Eu penso em ti risonha e tranquila*, exemplo apresentado por Haug (1983, p. 72):

Quadro 1.5 - Resultado da sentença (3): *Eu penso em ti risonha e tranquila*

Etapas	Testes	Sentenças	Resultado
Etapa 1	Preposição	*Eu penso tu risonha e tranquila	OI
	Apassivação	*Tu és pensada risonha e tranquila por mim	OI
Etapa 2	Pronominalização	Eu penso [em ti] risonha e tranquila	Predicativo
	Clivagem	?? É [em ti] que eu penso [risonha e tranquila]	Predicativo
	Interrogação	[Em quem] que eu penso [risonha e tranquila]? [em ti]	Predicativo
	Anteposição ao SP	Eu penso [[risonha e tranquila] [em ti]]	Não para Predicativo
	Paráfrase com <i>estar</i>	Eu penso em ti que estás risonha e tranquila	Predicativo
	Paráfrase com nexos temporal	Quando eu penso em ti, estás risonha e tranquila	Predicativo
Etapa 3	Pronominalização	Eu penso [em ti] ([em ti] = [em ti risonha e tranquila])	Adjunto
	Clivagem	É [em ti risonha e tranquila] que eu penso	Adjunto
	Interrogação	[Em quem risonha e tranquila] que eu penso? Em ti	Adjunto
	Anteposição ao núcleo do SN	*Eu penso [em [risonha e tranquila] ti]	Adjunto
	Paráfrase com <i>ser</i>	Eu penso em ti [que é risonha e tranquila]	Adjunto

Nesse momento, podemos estabelecer duas condições para os POIs. Contrariamente às sentenças anteriores, *Eu penso em ti risonha e tranquila* não pode ser considerada uma sentença ambígua, isto é, os adjetivos *risonha* e *tranquila* não podem ser interpretados como adjuntos, mas somente como POI, justamente devido à pronominalização. Ou seja, assim como vimos com a ambiguidade de sentenças com predicativo do objeto direto, a pronominalização garante a interpretação do adjetivo como predicativo. Por outro lado, considerando o teste em que se antepõe o POI ao objeto indireto, não há a possibilidade de interpretação como predicativo. Assim, os POIs precisam ocorrer após o objeto indireto. Se esse constituinte é colocado antes, não é interpretado como POI, mas somente como predicativo do sujeito. Ainda assim, de modo a averiguar se a anteposição é sensível a determinados tipos de verbos, manteremos o teste de anteposição ao PP, como parece ocorrer com a paráfrase com nexos temporal.

Quadro 1.6 - Resultado da sentença (4): Não falo de você *como meu mestre*

Étapas	Testes	Sentenças	Resultado
Etapa 1	Preposição	* Não falo você como meu mestre	OI
	Apassivação	*Você não é falado como meu mestre por mim	OI
Etapa 2	Pronominalização	Não falo [de você] [como meu mestre]	Predicativo
	Clivagem	Não é [de você] que eu falo [como meu mestre]	Predicativo
	Interrogação	[De quem] que eu não falo [como meu mestre]? De você.	Predicativo
	Anteposição ao SP	Não falo [[como meu mestre] [de você]]	Predicativo
	Paráfrase com <i>estar</i>	Não falo de você [que está [como meu mestre]]	Predicativo
	Paráfrase com nexo temporal	Quando eu falo de você, não é como meu mestre	Predicativo
Etapa 3	Pronominalização	? Não falo [de você] ([de você] = [de você como meu mestre])	Não para Adjunto
	Clivagem	? Não é [de você como meu mestre] que eu falo	Não para Adjunto
	Interrogação	? É [de você como meu mestre] que eu falo? Não é de você.	Não para Adjunto
	Anteposição ao núcleo do SN	*Não falo [de [como meu mestre] você]	Não para Adjunto
	Paráfrase com <i>ser</i>	Não falo [de você] que é [como meu mestre]	Não para Adjunto

Para a sentença acima, podemos dizer que [como meu mestre] somente pode aparecer antecedendo ao objeto indireto devido à preposição *como*. Na verdade, essa preposição parece bloquear a interpretação como adjunto, já que a sentença parece ter sido a única cujos testes permitiram apenas a leitura como predicativo, e não como adjunto adnominal. Na paráfrase com *ser*, apesar de indicar uma sentença agramatical, a interpretação difere bastante da original. Passemos agora à análise da última sentença proposta, que, como mostram os testes, pode ser considerada ambígua:

Quadro 1.7 - Resultado da sentença (8): O gaúcho gosta do chimarrão quente

Etapas	Testes	Sentenças	Resultado
Etapa 1	Preposição	* O gaúcho gosta chimarrão quente	OI
	Apassivação	*Chimarrão quente é gostado pelo gaúcho	OI
Etapa 2	Pronominalização	O gaúcho gosta [dele] [quente] (dele) = [do chimarrão]	Predicativo
	Clivagem	É [do chimarrão] que o gaúcho gosta [quente]	Predicativo
	Interrogação	[Do que] que o gaúcho gosta [quente]? É [do chimarrão]	Predicativo
	Anteposição ao SP	? O gaúcho gosta [[quente] [do chimarrão]]	Não para Predicativo
	Paráfrase com <i>estar</i>	O gaúcho gosta [do chimarrão quando está quente]	Predicativo
	Paráfrase com nexo temporal	Quando o gaúcho gosta de chimarrão, ele está quente	Predicativo
Etapa 3	Pronominalização	O gaúcho gosta [dele] ([dele] = [do chimarrão quente])	Adjunto
	Clivagem	É [do chimarrão quente] que o gaúcho gosta	Adjunto
	Interrogação	Do que o gaúcho gosta? [De chimarrão quente]	Adjunto
	Anteposição ao núcleo do SN	? O gaúcho gosta [do [quente] [chimarrão]]	Adjunto
	Paráfrase com <i>ser</i>	O gaúcho gosta [do chimarrão quando é quente]	Adjunto

Os testes acima, além de atestarem a possibilidade de que sentenças com POIs sejam ambíguas, parecem comprovar a possibilidade de aqueles constituintes serem analisados como POIs, desde que se respeitem algumas condições, como ocorrer após o objeto indireto. Analisando os dados obtidos, um detalhe ainda precisa ser explorado: considerando a pouca certeza sobre os predicativos do objeto indireto e considerando que se trata de constituintes encabeçados por preposições funcionais, podemos nos perguntar: há uma relação entre a presença de preposições funcionais e bloqueio de predicções aos constituintes que encabeçam? O nome *funcional* é emprestado do gerativismo e é atribuído a preposições inseridas devido à atribuição de Caso, e que, ao contrário das preposições lexicais, não atribuem papel- θ ao seu complemento. Se for verdadeira a hipótese de que as preposições funcionais restringem as possibilidades de predicção, então nos resta descrever as propriedades dessas preposições. Por ora, a nossa contribuição será apenas de atentar a esse detalhe sem estipular hipóteses que pouco contribuiriam para a nossa análise.

Ainda assim, a possibilidade dos POIs não é o único caso problemático em relação aos predicativos. Vejamos os exemplos de Ilari (1997, p. 37-41), para os quais a GT não fornece uma análise adequada:

- (26) Ela deixou todo mundo de bolsos *vazios*
- (27) Totó saiu para a rua e voltou com o focinho *sujo*
- (28) Ficou com os cabelos *brancos* e a barriga *enorme*

- (29) Os ministros foram atendidos pelo presidente *fardado*
 (30) Tinha necessidade dela livre

Não poderíamos afirmar que os adjetivos grifados desempenhem “o papel normal do adjunto”, que é o de “expressar uma ‘restrição’, uma intersecção de classes” (ILARI, 1997, p. 37, grifo do autor). Por exemplo, o presidente que estava *fardado* não era um tipo de presidente, mas como o presidente estava. Ilari apresenta, portanto, duas alternativas de análise: (i) analisar esses adjetivos como parte integrante de uma locução adjetiva, formada pela preposição, pelo nome e pelo próprio adjetivo, ainda que não saibamos muito sobre a sintaxe dessas locuções; ou (ii) assumir que predicativos podem se referir a outros constituintes de uma sentença, além do sujeito e do objeto (*ibidem*, p. 41).

Vimos nessa seção que o predicado verbo-nominal, considerado como uma fusão entre os predicados verbal e nominal, possui características bastante específicas, como a de expressar dois núcleos: o verbo e o nome que acompanha o verbo, chamado de *predicativo*, que pode se referir ao sujeito ou ao objeto. Sobre este, vimos que existem sentenças, consideradas ambíguas, que apresentam a possibilidade de o predicativo do objeto ser analisado como um adjunto adnominal. A classificação parece depender da interpretação semântica dada à sentença. Encerramos esta seção sobre os predicados verbo-nominais em GTs, discutindo a existência de predicativos do objeto indireto. Os testes acima, além de parecerem comprovar a possibilidade de aqueles constituintes serem analisados como POIs, atestaram a possibilidade de que sentenças com POIs sejam ambíguas.

Na próxima seção, verificamos outro contexto para a ocorrência de PC, além do predicado verbo-nominal, segundo a análise da GT.

1.3 A noção de PC após a NGB: as orações reduzidas

Além do predicado verbo-nominal, existem construções descritas pela GT também com PC, em que um mesmo NP parece receber predicacões de mais de um verbo nas sentenças. Começamos analisando as sentenças em que uma das predicacões parece ser atribuída por um verbo no infinitivo (exemplos adaptados de BARBOSA, 1962, p. 120-123):

- (31) O guarda viu *o prisioneiro sair*
 (32) Delfim sentiu *o coração bater*
 (33) A mãe ouviu *o filho chorar*
 (34) O professor deixou *o aluno falar*
 (35) O susto fez *a formanda cair*
 (36) Mandei *o fã sumir*

Nas orações acima, o verbo principal pertence à classe semântica dos verbos perceptivos (*ver, sentir, ouvir*) ou causativos (*deixar, fazer, mandar*). O objeto direto desses verbos (*o prisioneiro, o coração, o filho, o aluno, a formanda, o fã*) é, segundo Bechara (2004, p. 530), ao mesmo tempo sujeito do verbo no infinitivo que aparece após o objeto. Por isso, dizemos que esse objeto parece receber predicacões de itens diferentes: do verbo da oração matriz e do verbo no infinitivo. A possibilidade de se tratar de um objeto é confirmada caso o NP possa ser substituído por um pronome átono objeto direto (sentenças (a) abaixo). Já a possibilidade de esse NP ser sujeito do verbo no infinitivo torna-se mais clara, quando a concordância de número e pessoa é expressa no infinitivo nos casos em que se trata de um nome no plural (sentenças (b)). Lembramos aqui que caso o nome esteja no plural, o morfema *-em* de número e pessoa pode estar expresso no verbo ou não (sentenças (c)). Mas se é o pronome que está no plural, a única possibilidade é de que esse morfema não seja expresso (sentenças (d)). Podemos contrastar essas possibilidades com as orações completas em (e)²³ (exemplos adaptados de MIOTO et al., 2005):

- (31') (a) O guarda viu-*o sair*
 (b) O guarda viu *os prisioneiros saírem*
 (c) O guarda viu-*os/ os prisioneiros sair*
 (d) * O guarda viu-*os saírem*
 (e) O guarda viu *que os prisioneiros saíram*
- (32') (a) Delfim sentiu-*o bater*
 (b) Delfim sentiu *os corações baterem*
 (c) Delfim sentiu-*os/ os corações bater*
 (d) *Delfim sentiu-*os baterem*

²³ Chamamos aqui a atenção para o fato de que o aspecto expresso pelo verbo da oração encaixada, nos exemplos acima, não é livre, isto é, depende do aspecto expresso pelo verbo da oração dependente. Por exemplo, em *O*

- (e) Delfim sentiu *que os corações batiam*
- (33') (a) A mãe ouviu-*o chorar*
 (b) A mãe ouviu *os filhos chorarem*
 (c) A mãe ouviu-*os/ os filhos chorar*
 (d) *A mãe ouviu-*os chorarem*
 (e) A mãe ouviu *que os filhos choravam*
- (34') (a) O professor deixa-*o falar*
 (b) O professor deixa *os alunos falarem*
 (c) O professor deixa-*os/ os alunos falar*
 (d) *O professor deixa-*os falarem*
 (e) O professor deixa *que os alunos falem*
- (35') (a) O susto fê-*la cair*
 (b) O susto fez *as formandas caírem*
 (c) O susto fê-*las cair*
 (d) *O susto fê-*las caírem*
 (e) O susto fez *com que as formandas caíssem*
- (36') (a) Mandei-*o sumir*
 (b) Mandei *os fãz sumirem*
 (c) Mandei-*os/ os fãz sumir*
 (d) *Mandei-*os sumirem*
 (e) Mandei *que os fãz sumissem*

Segundo a GT, os verbos acima em *itálico* constituem orações classificadas como *orações reduzidas de infinitivo substantivas objetivas diretas*. São orações reduzidas, porque não são iniciadas por conjunções subordinativas, e tem o verbo em uma das formas nominais, o infinitivo. E são objetivas diretas, porque exercem a função de objeto direto do verbo da oração principal. Porém, de acordo com Bechara (2004, p. 530), os verbos em *itálico* exercem a função de predicativo do objeto direto, o que confirmaria a hipótese de que esse verbo predica sobre aquele elemento. Também podemos encontrar esse tipo de PC em *orações reduzidas de infinitivo substantivas objetivas indiretas*, desde que prediquem sobre o objeto de um verbo causativo. Em (37), na sentença (a), o objeto do verbo *obrigar*, *o preso*, receberia predicação do verbo *saltar* da oração objetiva indireta encabeçada pela preposição *a*, assim

guarda viu que os prisioneiros saíram, o verbo da oração principal expressa o aspecto de perfeito; logo, o verbo da oração dependente expressa o aspecto de imperfeito.

como a sua forma pronominalizada em (b). Já (c) mostra que o objeto na sua forma no plural pode ocorrer com o verbo *saltar* concordando com essa forma no plural ou com a forma no singular. A sentença em (d) é agramatical, pois a forma pronominalizada no plural do objeto é seguida do verbo concordando com essa forma, mas a em (e) é gramatical, pois a forma pronominalizada no plural do objeto está contida em uma oração encaixada com verbo finito:

- (37) Obrigaram *o preso a saltar o fosso*.
- (a) Obrigaram-*no a saltar o fosso*
 - (b) Obrigaram *os presos a saltarem o fosso*
 - (c) Obrigaram-*nos/ os presos a saltar o fosso*
 - (d) *Obrigaram-*nos a saltarem o fosso*
 - (e) Obrigaram *que os presos saltassem o fosso*

Podemos encontrar o mesmo tipo de PC em orações reduzidas com outras formas nominais do verbo. Começemos analisando as *orações reduzidas de participio*:

- (38) O professor, *formado em Direito*, trabalha aqui
- (39) *Lido com atenção*, este livro interessa a muitos
- (40) *Ocupada com a dissertação*, Júlia não foi à festa
- (41) *Comprada pela biblioteca*, João restaurou a obra
- (42) Doei as roupas ao orfanato *destruído pelo incêndio*

Em (38), o verbo no participio *formado* parece atribuir uma predicação ao sujeito da oração principal *o professor*, que, por sua vez, também parece receber uma predicação do verbo *trabalhar*; em (39), ocorre a mesma situação: o constituinte *este livro*, sujeito da oração principal, parece receber predicações do verbo *ler* no participio e do verbo *interessar*; em (40), o sujeito *Júlia* parece receber predicação do verbo principal *ir* e do verbo no participio, *ocupar*; em (41), o objeto *a obra* parece receber predicação do verbo *restaurar* e do verbo no participio *comprar*; e em (42), o objeto indireto parece receber predicação do verbo *doar* e do verbo no participio *destruir*, apesar de a aceitabilidade dessa sentença ser discutível. Ao contrário das orações reduzidas de infinitivo, em que a PC estava somente relacionada ao objeto da oração principal, podemos ver que a PC nas orações participiais podem se referir a outros constituintes da oração principal: em (38), (39) e (40), a PC se refere ao sujeito; em (41), a PC se refere ao objeto direto *a obra*, e em (42), a PC se refere ao objeto indireto.

Podemos perceber que essas orações, caso não estivessem intercaladas e caso o verbo na forma nominal fosse entendido como um adjetivo, poderiam ser analisadas como predicativos. Porém, as orações reduzidas participiais que podem apresentar PC, segundo a análise tradicional, são classificadas da seguinte maneira: (38), como uma *oração adjetiva explicativa*; (39), como uma *oração adverbial condicional*; (40), uma *oração adverbial causal*; e em (41) e em (42), como *orações adjetivas restritivas*.

Podemos encontrar o mesmo tipo de PC em orações reduzidas gerundiais, como nas seguintes sentenças (exemplos adaptados de Cunha e Cintra, 1981):

- (43) Vejo crianças *brincando* na rua
- (44) O rapaz, *mascando chiclete*, não respondia nada
- (45) João saiu *pulando de alegria*
- (46) *Estudando*, ela aprenderá
- (47) *Chegando à estação*, comprou duas passagens
- (48) *Estando doente*, dispensaram o empregado
- (49) *Tendo muito dinheiro*, não dava esmolas

Como podemos ver acima, as orações gerundiais não parecem ter restrições quanto ao tipo de verbo com que ocorrem (já que não fazem parte da estrutura argumental do verbo da oração principal) ou quanto ao constituinte a que se referem. Em (43) e (44), temos orações adjetivas, sendo a primeira restritiva e a segunda, explicativa. De (45) a (49), temos orações adverbiais, sendo (45), uma oração adverbial *modal* (não listada pela NGB); (46), uma *condicional*; (47), uma *temporal*; (48), uma *causal*; e (49), *concessiva*.

Em gramáticas pré-NGB, a classificação atribuída a essas orações não é muito diferente da classificação apresentada acima. A gramática de Góis (1943), por exemplo, apresenta a mesma classificação atual. Said Ali (1966, p. 132), chama essas orações de *orações implícitas*, que podem ser das mesmas três espécies apontadas pela NGB: infinitiva, gerundial e participial. Não encontramos em Carneiro Ribeiro (1955) e em Almeida (1900), uma análise que correspondesse à apresentada acima. Já Perini (1996) propõe que há dois tipos de orações reduzidas. Na próxima seção, verificamos a análise de construções nominais com PC, de acordo com autores que, como Perini, não seguem a GT.

1.4 Outras análises

Dedicamos a última parte do primeiro capítulo a análises que não seguem fielmente as premissas da análise tradicional. Como vemos abaixo, as propostas utilizam os mesmos termos, mas os critérios para identificação e análise são diferentes. Por exemplo, para alguns autores, como o predicado verbo-nominal expressa as mesmas ideias contidas no predicado verbal e no predicado nominal, o *status* do predicado verbo-nominal seria questionável. Além disso, as semelhanças entre predicativo e objeto direto são discutidas e levam a considerar ambos como tipos de complemento. É o que constatamos, por exemplo, na análise de Mattoso Camara Jr., que será apresentada na próxima subseção.

1.4.1 A análise de Mattoso Camara Jr.

Analizamos as seguintes obras de Mattoso Camara: *História e estrutura da língua portuguesa* (1976) e *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa* (1981), de modo a verificar suas contribuições aos estudos sobre o predicado e o predicativo, apesar de o autor ser mais conhecido por suas contribuições à Fonêmica e à Morfologia. Encontramos algumas semelhanças com a abordagem tradicional, no que concerne à manutenção de alguns termos. No entanto, as semelhanças param por aqui.

No *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa* (1981), a diferenciação entre predicado nominal e verbal é colocada em termos da categoria morfossintática do núcleo: “Temos um predicado verbal, quando o seu núcleo é um processo expresso por uma forma verbal (oração verbal), e um predicado nominal, quando o seu núcleo é um complemento predicativo em nexos com o sujeito (oração nominal)” (CAMARA JR., 1981, p. 197). É nesta diferenciação que a análise de Mattoso Camara se aproxima da análise tradicional, pois os critérios para distinguir entre uma função e outra são os mesmos. Sobre a denominação da oração, em *História e estrutura da língua portuguesa* (1976, p. 233), o autor afirma que “de acordo com a natureza do predicado – verbo ou nome – a frase portuguesa, como sucedia com a frase latina, é respectivamente verbal ou nominal”. De acordo com essa perspectiva, como poderíamos classificar as orações com predicado verbo-nominal? Seriam como orações verbais ou nominais?

Notamos que, mesmo sem mencionar o termo *predicado verbo-nominal*, o autor parece admitir a possibilidade de um predicado que reúna as características dos dois tipos de predicados, uma vez estando presente o predicativo do objeto – percebemos aqui, ainda que não mencionada, a ideia de fusão. Como o autor afirma no dicionário analisado (1981, p. 198), com “o predicativo do objeto combina-se na oração o caráter verbal, do nexa entre o verbo e o sujeito, e o caráter nominal do nexa entre o objeto e seu predicativo”. Entretanto, parece-nos claro que a posição do autor não é semelhante à tradicional, pois considera o predicativo como complemento.²⁴

Segundo Mattoso Camara (1981, p. 76), o complemento predicativo *completa* a comunicação ao apresentar duas funções: (i) estabelecer, como predicado, um nexa com o sujeito, como em *Pedro é bom*, sendo a essência das orações nominais – ou seja, ter a função hoje denominada como predicativo do sujeito, núcleo do predicado nominal; e (ii) esclarecer a significação do verbo em relação ao seu objeto, como em *Considero-o justo*, em que o adjetivo *justo* estaria especificando a significação do verbo *considerar* em relação ao objeto (não apenas o considero, como considero-o justo). Como podemos ver acima, a análise de Mattoso Camara não parece abranger os casos de predicativos do sujeito em orações que apresentam verbos nocionais, como em *João saiu triste* e *João leu a carta ultrajado*. Nesses casos, o predicativo não é exatamente a única essência desse predicado, como ocorre nas orações nominais. Se tomarmos a citação do autor mostrada acima sobre o predicativo do objeto (em que haveria a combinação entre o caráter nominal e o caráter verbal), a mesma análise seria possível para os predicativos do sujeito nessas orações. Uma das diferenças é que, nas orações verbais com predicativo do sujeito, o caráter nominal e o caráter verbal se dirigem ao mesmo constituinte, o sujeito. Isto é, com o predicativo do sujeito combina-se o caráter verbal, do nexa entre o verbo e o sujeito, e o caráter nominal do nexa entre o próprio sujeito, e seu predicativo. Outra diferença estaria no caráter de complemento que o predicativo de objeto teria em comparação ao caráter de complemento do predicativo do sujeito naquelas orações, como assim propôs Mattoso Camara (1981, p. 76). Poderíamos afirmar que o adjetivo *triste* ou o adjetivo *ultrajado* estão especificando a significação dos verbos em suas respectivas orações em relação ao sujeito? Aparentemente, sim, já que podemos dizer que João não apenas saiu, como saiu triste, e que João não apenas leu a carta, como a leu ultrajado.

²⁴ As mesmas predições são encontradas no *Dicionário de Filologia e Gramática* (1964, p. 281) e *Dicionário de fatos gramaticais* (1956, p. 59). Estão presentes em ambas as obras a noção de predicado como um conjunto

Como vimos nesta subseção, Mattoso Camara não distingue um predicado especial para o que atualmente é tratado como predicado verbo-nominal. Vimos também que, apesar de não reconhecer o predicativo do sujeito em orações com verbos nocionais, considera essa função como a de um complemento. Neste ponto, podemos reconhecer alguns traços verificados na abordagem tradicional anteriormente à NGB. Por exemplo, no caso das sentenças com verbos copulares, Almeida (1957) analisa o completivo subjetivo e o completivo predicativo tanto como adjuntos quanto como complementos (ou seja, que completa o sentido do predicado, constituído pelo verbo). E, para Góis (1943), o predicativo será o predicado por excelência (núcleo do predicado), se aparecer em uma construção em que o verbo principal é um verbo copulativo, e será classificado como um termo completivo, pois completa o sentido dos verbos de ligação. Na próxima subseção, veremos como Bechara (2004) aborda a questão do predicativo em sua gramática.

1.4.2 A análise de Bechara (2004)

Para Bechara (2004, p. 426), o predicado verbo-nominal não é considerado um tipo específico de predicado, pois, a distinção entre predicado verbal e nominal não é clara.²⁵ Para Bechara, os verbos de ligação:

Apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo-se aí os morfemas de gênero, número, pessoa, tempo e modo; daí acompanharmos neste livro os linguistas e gramáticos que defendem a não distinção entre *predicado verbal* e o *predicado nominal*, incluindo também a desnecessidade de distinguir o *predicado verbo-nominal*. (BECHARA, 2004, p. 426, grifos do autor)

Bechara ainda afirma que o fato de o predicativo ser um nome não justifica a diferenciação entre predicados nominais e verbais: "Além da sem-razão dessa diferença (...),

enunciativo de uma oração que contém uma informação nova ao ouvinte e a noção de predicativo como complemento do sujeito, em orações nominais, ou do objeto, em orações verbais.

²⁵ A não distinção entre os tipos de predicado parece refletir uma concepção próxima àquela encontrada na perspectiva da Gramática Gerativa, em que a diferença entre verbos nocionais (transitivos e intransitivos) e verbos de ligação não é preponderante para a distinção entre os predicados. Na perspectiva gerativa, a predicação é considerada uma instância da atribuição de papel temático por uma projeção máxima (CARDINALETTI e GUASTI, 1995, p. 4). Assim, a relação predicativa pode ser encontrada mesmo em construções que não são consideradas orações plenas propriamente ditas.

cabe lembrar que funcionam como predicativo outras classes de palavras, inclusive advérbios" (BECHARA, 2004, p. 426).²⁶

Apesar de não estabelecer diferenças entre as estruturas que podem constituir o predicado, Bechara diferencia dois tipos de *predicativo*: (i) o *complemento predicativo* (ou apenas *predicativo*), que corresponde ao predicativo do sujeito em predicados denominados pela NGB como *nominais*; e (ii) o *anexo predicativo*, que corresponde ao predicativo do sujeito ou do objeto em predicados denominados pela NGB como *verbo-nominais*. Dito de outro modo, o predicativo será considerado um complemento se estiver ligado a um verbo de ligação, e um adjunto se estiver seguindo um verbo nocional. A justificativa para essa diferenciação reside em três características gerais:

(i) categoria morfossintática: enquanto o complemento predicativo pode ser um adjetivo, substantivo, pronome, advérbio, etc., o anexo predicativo aparece geralmente como um adjetivo;

(ii) nível da relação semântica com o verbo: no complemento predicativo, a relação semântica com o verbo parece ser mais direta, enquanto que no anexo predicativo, a relação semântica é intermediária "entre a realidade comunicada pelo verbo e uma qualificação ao signo lexical núcleo do sujeito ou do complemento verbal" (BECHARA, 2004, p. 429). Deve-se a essa relação menos direta com o verbo a possibilidade de o anexo predicativo ser suprimido sem causar agramaticalidade - o que não é possível no caso dos completivos predicativos;

(iii) possibilidade de comutação: complementos predicativos podem ser comutados pelo pronome invariável *o* (*Ele é estudioso/ Ele o é; Ela é minha irmã/ Ela o é*); já os anexos predicativos podem comutar com palavras de natureza adverbial (*Ele estudou atento / Ele estudou assim / Ele estudou atentamente*).²⁷

Segundo Bechara (2004, p. 428), são também características do anexo predicativo:

²⁶ Como vimos anteriormente, para Almeida (1957, p. 335), o predicado seria *adverbial* se o termo denominado *completivo subjetivo* fosse um advérbio (como *bem* na oração *Ele está bem*) e Macambira também aceita essa possibilidade. Outro ponto em que Bechara parece estar próximo dos gramáticos pré-NGB está no fato de considerar a estrutura *verbo + complemento* como uma estrutura com predicado complexo.

²⁷ Além de ambos se referirem, de alguma forma, à ação expressa pelo verbo, seria esta também uma característica que possibilita que advérbios sejam interpretados como predicativos? Outra pergunta que, neste trabalho, não poderemos responder.

(i) Podem aparecer em predicados simples (formados por verbos intransitivos) e complexos (formados por verbos transitivos), em que o verbo pode ser referido ao sujeito (*Os trens chegaram atrasados, O auditório ouviu os conferencistas atento*), ao complemento direto (*A polícia encontrou a porta arrombada*), ao complemento relativo (*Tratou-se da questão como insolúvel*) e ao complemento indireto (*Nós lhe chamávamos doutor*).

(ii) No caso do complemento indireto, o anexo predicativo só parece ocorrer com o verbo *chamar* (*Chamaram-lhe de tolo*).

(iii) No caso do complemento direto, os verbos que permitem a ocorrência do anexo predicativo são: (a) os que significam *chamar* e *ter na conta de*, como *considerar, julgar, supor, declarar, crer, ter* e *haver por, dar* e *tomar por*, etc; e (b) os verbos *deixar, ver, ouvir, encontrar* em construções como *Deixei-o de cama e encontrei-o sarado*.

(iv) Pode vir precedido por preposição ou por palavra equivalente (*A maioria tinha o réu por (ou como) inocente*).

(v) Pode exprimir a situação anterior e a que resulta da mudança ou consequência do processo verbal (*O secretário passou José de auxiliar a chefe*).

Em Bechara (2004), verificamos novamente a possibilidade de o predicativo ser analisado como um tipo de complemento, assim como vimos na análise de Mattoso Camara (1981). Entretanto, Bechara, além de mencionar o predicativo do sujeito com verbos nocionais, diferencia dois tipos de predicativo, sendo um deles adjunto (o predicativo do objeto e o do sujeito com verbos nocionais), e o outro, complemento (predicativo do sujeito em predicados nominais). Na próxima subseção, veremos como Perini analisa essas características.

1.4.3 A análise de Perini (1989, 2006 e 2007)

Tanto na obra de 1989 como em sua gramática de 2006, Perini reserva o nome *predicativo* para um tipo de constituinte diferente daquele indicado pela GT. Os itens grifados nas sentenças abaixo são considerados por Perini como exemplos de predicativo:

(50) Todos acharam essa peça *péssima*

(51) Alda considera seu marido *um escroque*

Analisando de acordo com a NGB, diríamos que a função denominada *predicativo* para Perini refere-se a predicativos do objeto em predicados verbo-nominais. Segundo Perini (2006, p. 84), o predicativo apresenta as seguintes características:

(i) Pode ser retomado por *o que* (indicado pelo traço [+Q]) no final da frase, como em *Todos acharam essa peça o quê? Todos acharam essa peça péssima; Alda considera seu marido o quê? Alda considera seu marido um escroque.*

(ii) O predicativo não possui concordância verbal (indicada pelo traço [CV]) com esse constituinte. Por isso, apresenta o traço [-CV].

(iii) O predicativo e o nome que esse constituinte predica expressam concordância nominal (indicada pelo traço [CN]) entre si - daí traço [+CN] também estar presente.

(iv) A anteposição (indicada pelo traço [Ant]) parece ser o único traço que distingue o predicativo (que apresenta o traço negativo) do complemento do predicado (que apresenta o traço positivo). As sentenças *Um ator, Zé é* e *Sozinho, João partiu*, com complemento predicado, são gramaticais. Por outro lado, de acordo com Perini (2006, p. 84), as seguintes sentenças seriam agramaticais: **Uma droga, todos acharam essa peça*, e **Um escroque, Alda considera seu marido*. Dois traços distinguem claramente um objeto direto de um predicativo: o fato de o predicativo ser passível de concordância nominal com o objeto direto que o antecede (o traço +CN), e a impossibilidade de o predicativo estar anteposto no início da frase, como os objetos diretos (o traço -Ant).

Podemos então compor a seguinte matriz de traços para o predicativo: [-CV, -Ant, +Q, +CN].

Em *Princípios de Linguística...* (2007), Perini utiliza novamente o termo *predicativo do objeto* ao constituinte definido acima apenas como *predicativo*. Além disso, Perini (2007, p. 117) caracteriza o predicativo do objeto por sua posição, obrigatoriamente após o objeto direto. Entretanto, não é o que demonstram os dados abaixo.²⁸ Nas sentenças em (a), o predicativo está após o constituinte com função de objeto direto. Para essas sentenças, podemos atribuir tanto a interpretação do adjetivo como predicativo do objeto como adjunto adnominal. Nas sentenças em (b), o adjetivo aparece antecedendo o constituinte que funciona como objeto direto, o que parece garantir a interpretação desse adjetivo como predicativo,

²⁸ Além disso, lembramos que, como vimos na subseção 1.2.3, quando o predicativo do objeto aparece à frente do determinante do nome que funciona como objeto direto, é dissipada a possível ambiguidade ocasionada pela interpretação de um item como predicativo ou como adjunto adnominal.

ainda que haja alguma modificação de sentido da sentença em comparação às sentenças com o predicativo após o objeto:

- (52) (a) João considera a mesa *limpa* (leitura como predicativo e adjunto)
 (b) João considera *limpa* a mesa (leitura como predicativo)
- (53) (a) Ele desenhou este círculo *torto* (leitura como predicativo e adjunto)
 (b) Ele desenhou *torto* este círculo (leitura como predicativo)
- (54) (a) Maria comeu a carne *crua* (leitura como predicativo e adjunto)
 (b) Maria comeu *crua* a carne (leitura como predicativo)
- (55) (a) ?O juiz julgou a arguição do candidato *péssima* (leitura como predicativo e adjunto)
 (b) O juiz julgou *péssima* a arguição do candidato (leitura como predicativo)

Apesar de a gramaticalidade ser preservada, podemos notar que há certa diferença de sentido. Quando o predicativo antecede o objeto, parece que se trata de uma resposta a uma pergunta diferente, como se a mudança de posição ocorresse apenas por determinadas condições. No caso de predicados verbo-nominais com predicativo do sujeito, é possível anteceder o predicativo ao objeto, como em (56'). No que concerne a construções resultativas, como foram definidas por Lobato (2004), vemos novamente que a mudança de posição do predicativo não altera a gramaticalidade das sentenças (57), (58) e (59):

- (56) João leu a carta *ultrajado*
 (56') João leu *ultrajado* a carta
- (57) Elegeram João *deputado*
 (57') Elegeram *deputado* o João
- (58) Ela costurou a saia *justa*
 (58') Ela costurou *justa* a saia
- (59) João fabricou a cadeira *torta*
 (59') João fabricou *torta* a cadeira

No caso de orações reduzidas, Perini (1996, p. 129) propõe que, de um lado, estão as construções de infinitivo e de gerúndio, que constituem orações separadas; de outro, as construções de participípio, que, segundo o autor, “não são orações, mas sintagmas adjetivais

bastante regulares”. Para as construções de infinitivo e de gerúndio, Perini salienta que há dois conjuntos de traços de transitividade: o do verbo na forma finita e o do verbo na forma nominal. Considerando o que afirma Perini, os exemplos

(60) O guarda viu *o prisioneiro sair*

(61) João saiu *pulando de alegria*

apresentam cada um duas orações, pois cada verbo (*ver* e *sair*) possui seus próprios traços de transitividade. Em (60), o verbo *sair* tem sua área própria de transitividade, que apenas seleciona seu sujeito, *o prisioneiro*, assim como o verbo *ver* seleciona o objeto, também constituído por *o prisioneiro*. Mas, para (61), podemos fazer a mesma afirmação? Sim, se considerarmos que os verbos *sair* e *pular* selecionam o mesmo constituinte, *João*, que desempenha a função sintática de sujeito.

Já a construção de participípio teria as características de um adjetivo, pois, “não apenas concorda em gênero e número (...), mas seus complementos têm a forma de complementos de adjetivo, e não de complementos de verbo” (PERINI, 1996, p. 128). Uma das evidências apontadas pelo autor para a análise desse constituinte como sintagma modificador é o fato de não poder ser anteposto ou clivado. Entretanto, algumas orações participiais (repetidas abaixo) parecem contradizer a conclusão de Perini:

(62) O professor, *formado em Direito*, trabalha aqui

(63) *Lido com atenção*, este livro interessa a muitos

(64) *Ocupada com a dissertação*, Júlia não foi à festa

(65) *Comprada pela biblioteca*, João restaurou a obra

Nesta seção, vimos três análises que não seguem as premissas de uma análise mais tradicional: a análise de Mattoso Camara (1976, 1981), de Bechara (2004) e de Perini (1989, 2006, 2007). Podemos constatar algumas semelhanças entre essas análises e as encontradas em algumas gramáticas pré-NGB, como considerar o predicativo (ou um dos tipos de predicativo) como um tipo de complemento e não fazer a diferenciação entre os predicados a partir da categoria do núcleo ou do tipo de verbo, se de ligação ou nocional (obviamente, com exceção da análise de Mattoso Camara).

Sobre o predicativo, verificamos que cada um dos autores propõe uma análise diferente. Mattoso Camara analisa os predicativos como tipos de complementos, podendo ser

nominais ou verbais, mas não menciona a possibilidade de o predicativo do sujeito ocorrer em sentenças com verbos nocionais. Bechara distingue entre *complemento predicativo* e *anexo predicativo*, sendo que o primeiro corresponde ao predicativo do sujeito em predicados nominais, e o último, ao predicativo, do sujeito e do objeto, encontrado em predicados verbo-nominais. Já Perini restringe o termo *predicativo* para os predicativos que ocorrem em predicados verbo-nominais. Em sua gramática (2006), a noção de predicativo permanece e a de predicativo do sujeito (já que apresenta concordância nominal com o sujeito, ao contrário do objeto direto) passa a ser denominado como *complemento do predicado*, tanto em predicados nominais como em predicados verbo-nominais.

No primeiro capítulo desta dissertação, discutimos as análises empreendidas por autores que adotam a abordagem tradicional. Iniciamos o capítulo discutindo as diversas (e por vezes divergentes) análises para o predicado apresentadas por gramáticos antes da promulgação da NGB. Estruturas atualmente analisadas como *predicado verbo-nominal* foram encontradas com outras classificações ou não foram encontradas naquelas obras.

Apresentamos também a unificação dessas análises e o esvaecimento de uma discussão profícua sobre os predicados com a NGB. Além de uniformidade, podemos perceber que a análise ganhou generalidade: apenas três tipos de predicado são identificados, de acordo com a categoria morfossintática de seu núcleo. O predicado verbo-nominal é assim tratado como uma "construção sintética, que congloba ou funde duas orações" (*ibidem*, p. 30). A fusão entre duas orações é dada através de um termo, "associado a duas proposições diferentes" (PEREIRA, 2005, p. 15). Entretanto, atestamos que não é uniforme para todas as orações a hipótese de que orações com predicados verbo-nominais apresentem essa fusão.

Quanto à categoria morfossintática do predicativo, vimos que, apesar das evidências levantadas por Macambira (1997), restam ainda algumas dúvidas para admitirmos que advérbios possam exercer a função de predicativo. Quanto à relação entre predicativo e preposição, duas características podem ser observadas: (i) quando a preposição antecede o predicativo, a leitura preferencial deste último parece ser a de como predicativo, e não como outra função sintática; e (ii) quando a preposição antecede o objeto ao qual o predicativo se refere, ou seja, nos casos de objeto indireto, algumas condições precisam ser atestadas, como a de que o predicativo ocorra após o objeto indireto e de que, se houver uma preposição, a possibilidade de haver ambigüidade diminui.

Analizamos algumas questões relevantes à análise desse tipo de predicado, como a possibilidade de o predicativo do objeto ser analisado como um adjunto adnominal. A

classificação parece depender da interpretação semântica dada às propriedades dos constituintes: se uma dessas propriedades é a de ser transitório, então temos um predicativo; se uma dessas propriedades é a de ser duradouro, então temos um adjunto. Também testamos sentenças consideradas com predicativos do objeto indireto. Os testes parecem comprovar a possibilidade de aqueles constituintes serem analisados como POIs, além de atestarem a que sentenças com POIs parecem ser ambíguas.

Verificamos também construções com PC em que um mesmo NP parece receber predicacões de dois verbos. Segundo a GT, essas construções constituem *orações reduzidas*, porque não são iniciadas por pronomes relativos nem por conjunções subordinativas, e tem o verbo numa das formas nominais: infinitivo (como em *O guarda viu-o/ o prisioneiro sair*), gerúndio (como em *Vejo crianças brincando*) e em participio (como em *Lido com atenção, este livro interessa a muitos*). Nas orações de infinitivo consideradas aqui com PC, o verbo principal pertence à classe semântica dos verbos perceptivos (*ver, sentir, ouvir*) ou causativos (*deixar, fazer, mandar*). Essas orações são classificadas como *orações reduzidas substantivas objetivas diretas*. As orações reduzidas participiais com PC podem ser classificadas como orações adjetivas ou adverbiais. Já as orações gerundiais podem ser orações adjetivas ou adverbiais. Além disso, não parecem ter restrições quanto ao tipo de verbo com que ocorrem ou quanto ao constituinte a que se referem – como veremos no próximo capítulo, são orações que estão adjuntas à oração principal.

Na última seção deste capítulo, vimos três análises que não seguem as premissas da análise tradicional: a análise de Mattoso Camara (1976, 1981), de Bechara (2004) e de Perini (1989, 2006, 2007). Uma característica que distingue a análise desses autores da abordagem tradicional pós-NGB é o fato de reconhecerem o predicativo (ou um dos tipos de predicativo) como um complemento e de não fazerem a diferenciação entre os predicados a partir da categoria do núcleo ou do tipo de verbo (com exceção da análise de Mattoso Camara) – posição próxima de alguns gramáticos pré-NGB.

Na abordagem gerativa, construções consideradas sintaticamente semelhantes na GT recebem tratamento diferenciado. Portanto, no próximo capítulo, apresentamos a análise de construções com PC na perspectiva da Gramática Gerativa.

2 A PC NA ABORDAGEM GERATIVA: AS *SMALL CLAUSES*

Neste capítulo, dando continuidade à descrição das construções com PC, apresentamos a análise dessas construções segundo o gerativismo. A oração *A Joana acha o João lindo* seria analisada pela GT como contendo um predicado verbo-nominal, [acha o João lindo], em que [o João] constitui o *objeto direto* do verbo transitivo direto *achar*, e [lindo], o *predicativo do objeto direto*. Já na abordagem gerativa, observamos a relação de predicação existente entre o constituinte [o João] e o constituinte [lindo]: o adjetivo [lindo] predica sobre o sintagma [o João]. Como essa predicação não possui como núcleo uma flexão verbal, esses constituintes não formam uma oração plena: [o João lindo], em que [o João] é o sujeito, e [lindo], o predicado. Parte dessa estrutura (a predicação entre o predicativo e o NP sujeito ou objeto) constitui uma estrutura oracional própria. Assim, não temos uma oração e uma PC, mas sim duas orações diferentes, cada uma com a sua própria predicação.

Iniciamos o capítulo com um breve resumo sobre os principais conceitos envolvidos na perspectiva gerativista. A segunda seção é dedicada à análise dessas estruturas de acordo com o trabalho de Bisol (1975), que segue basicamente o modelo desenvolvido em *Aspects of the Theory of Syntax*, de Noam Chomsky (1965). Na terceira seção e seguintes, apresentamos os tipos de *small clauses* (SCs) de acordo com a categoria lexical do item que ocupa a posição de predicado, começando com as SCs nominais. Também diferenciamos dois tipos de SCs, as que ocupam posição de complemento e as que ocupam posição de adjunto, onde analisamos a possibilidade de construções resultativas em português. Na décima seção, esboçamos as diferenças entre as duas principais perspectivas de análise sobre a *small clause* na Teoria Gerativa: a *Teoria da SC* e a *Teoria da Predicação*, detalhando aqui a análise de Williams (1983, 1994) para essas estruturas. No final deste capítulo, discutimos a presença de categorias flexionais na representação de *small clauses*, considerando suas diferenças e semelhanças das orações plenas (*full clauses*), e propomos uma representação para as *small clauses* com base na análise encetada nas seções anteriores.

2.1. O gerativismo: linguagem, aquisição, princípios e parâmetros

Um dos objetivos propostos pelo gerativismo é o de descrever os princípios que regem a linguagem humana, pois estes permitirão a solução de uma parcela do *problema de Platão*: como podem as crianças adquirir uma língua diante de tão poucos estímulos? O argumento de Chomsky, denominado argumento de *pobreza de estímulo*, é aparentemente simples: entre os 18 e 24 meses de idade, toda criança (salvo por sérios problemas patológicos) é capaz de dominar um conjunto complexo de princípios básicos que constituem um sistema linguístico com extrema facilidade e rapidez, mesmo estando exposta a uma fala cheia de frases truncadas e incompletas (SCARPA, 2006, p. 207). Então, parece ser natural a conclusão de que a mente humana conta com um componente inato capaz de converter o *input* acessado pela interação em um sistema de conhecimento de uma língua particular. Podemos reconhecer no gerativismo uma volta à tradição racionalista, identificada na gramática de Port-Royal de 1660, em que as propriedades da linguagem são deduzidas de princípios da lógica considerados universalmente válidos (LYONS, 1987, p. 214-219). Como aponta Chomsky (1986, p. 21), para os gramáticos racionalistas do século XVIII, como Roger Bacon, existe uma *gramática geral* que é uma e a mesma para todas as línguas, pois é anterior a todas elas. Os princípios dessa gramática geral são os mesmos que regulam a razão humana; logo, estudar a linguagem torna-se o mesmo que estudar a natureza da mente. Existem também as *gramáticas particulares*, mas estas, ao contrário da gramática geral, não constituem uma ciência, mas "uma técnica que mostra o modo como certas línguas realizam os princípios gerais da razão humana" (CHOMSKY, 1986, p. 21). Considerando os pressupostos dessa tradição, podemos dizer que as línguas possuem uma mesma gramática e que apenas se distinguem quanto ao modo como expressam os princípios dessa gramática.

Há, portanto, uma distinção entre o que é próprio do comportamento e o que é próprio do conhecimento linguístico, entendido como um estado da mente/cérebro: a distinção entre *competência* e *desempenho*, basilar já nos primeiros trabalhos do programa gerativista. A *performance* ou *desempenho* refere-se ao comportamento linguístico do falante, isto é, segundo Raposo (1992, p. 29), ao uso concreto da linguagem, determinado por uma série de fatores não linguísticos (convenções sociais, crenças, pressupostos sobre a atitude do interlocutor, etc.) e pela *competência*. A *competência* refere-se ao conhecimento mental puro que um falante tem de uma língua particular (RAPOSO, 1992, p. 29).

O conceito de *língua* no gerativismo também é diferente do conceito atribuído àquele termo no estruturalismo. Novamente, uma perspectiva mais psicológica é privilegiada em detrimento de uma perspectiva mais social. Os conceitos de *língua* para o estruturalismo saussureano (*língua* como um produto social, fruto de uma convenção) e bloomfieldiano (*língua* como um somatório de todos os enunciados que podem ser produzidos em uma comunidade linguística) estão mais próximos do que Chomsky denomina como *língua-E*. "A *língua-E* (...) é agora encarada como um epifenômeno", ou como "meros artefatos", pois "não são objetos do mundo real, mas sim objetos artificiais, de alguma forma arbitrários, e talvez construções não muito interessantes" (CHOMSKY, 1986, p. 44-45). A única *língua* real é a *língua-I*, "elemento na mente da pessoa que conhece a *língua*, adquirido por quem aprende e usado pelo falante-ouvinte" (*ibidem*, p. 41), pois se refere a "elementos reais de mentes/cérebros particulares, aspectos do mundo físico" (*ibidem*, p. 45). É a *língua-I*, portanto, o objeto de investigação da teoria gerativa.²⁹

De acordo com Borges (2004, p. 96), essas concepções sobre o conhecimento linguístico constituem parte do núcleo que faz do gerativismo um *Programa de Investigação Científica*: um empreendimento coletivo, mais geral do que uma teoria linguística, que, sob a liderança de Noam Chomsky, contribuiu para o desenvolvimento de ciências interdisciplinares, a partir de uma nova concepção de *língua*. O núcleo é constante nesses cinquenta anos de história do gerativismo. Entretanto, os modelos representacionais do conhecimento linguístico sofreram diversas alterações.

A história da Gramática Gerativa se inicia em torno de 1957, com a publicação de *Syntactic Structures*, do próprio Chomsky. O primeiro modelo de análise proposto por Chomsky consiste, basicamente, em uma forma sofisticada de gramática de constituintes imediatos acrescida de um componente transformacional. A gramática deveria associar a cada sentença uma representação formal em cada um dos níveis linguísticos. O componente sintático é, portanto, autônomo e independente do significado: ou seja, só se atingiria a semântica, quando houvesse pleno entendimento da primeira. Por exemplo, apesar de sem sentido, a sentença *Colorless green ideas sleep furiously* é reconhecida como gramatical por qualquer falante nativo de inglês. O que estaria em jogo não é a gramaticalidade da sentença, mas sim a sua aceitabilidade - um critério muito mais ligado ao desempenho.

²⁹ Essa concepção de *língua* difere radicalmente da concepção encontrada nas gramáticas tradicionais, em que prevalece o caráter prescritivo. A análise de certos fenômenos linguísticos baseada nos preceitos da Gramática Gerativa tem um caráter mais descritivo, pois tem como objetivo principal "explicar a competência linguística do falante, explicitando os mecanismos gramaticais que subjazem a ela". (MIOTO ET AL., 2005, p. 21)

A questão da autonomia da sintaxe foi discutida por autores como Katz e Fodor (1963) e Katz e Postal (1964), que procuraram desenvolver um arsenal semântico que operasse na gramática de forma a barrar a produção de orações sem sentido. Chomsky incorporou os resultados desses trabalhos ao modelo que aparece em *Aspects of the theory of syntax* (1965) - modelo que ficou conhecido como *Teoria Padrão*. É nesse período que surge a questão do inatismo como hipótese de trabalho. O léxico passa a ser relevante e recebe uma primeira formulação teórica consistente: comporta traços sintáticos (traços de subcategorização estrita - número de argumentos de um predicado e traços categoriais, N, V, etc.), traços semânticos (de seleção: humano, animado, etc.) e traços fonológicos. Surge também a noção de *estrutura profunda* (DS, do inglês *Deep Structure*): estrutura projetada pelos componentes de base da gramática, que se transforma em uma estrutura bem formada superficialmente. Na *Teoria Padrão*, a forma da gramática apresenta-se organizada em três componentes maiores: um componente sintático, que é gerativo, na medida em que é o único componente que constrói representações; e dois componentes interpretativos, o componente semântico e o componente fonológico. O processo de geração das sentenças se inicia no componente sintático que tem a seguinte estrutura interna: um subcomponente de base (responsável pela geração da DS) e um subcomponente transformacional (que converte as DSs em estruturas superficiais). Neste modelo, gramática e componente sintático aparecem como termos de certo modo semelhantes. A primeira é definida como "um sistema de regras que une os sinais fonéticos às interpretações semânticas" (CHOMSKY, 1966, p. 12). Dito de outro modo, um sistema que une sons a significados. Já o componente sintático é o componente central da gramática, pois é o que permite o estabelecimento dessas relações entre o conteúdo semântico e a forma fonética das expressões linguísticas.

A partir da década de 1970, a *teoria padrão* sofre diversas alterações. A adequação descritiva dos fenômenos é substituída pela adequação explicativa, obtida através do estabelecimento de condições sobre a aplicação de regras. Além disso, nesse modelo, a informação sobre a subcategorização parece ser apresentada duas vezes: primeiramente, de maneira implícita no léxico, como uma propriedade do item lexical; e, novamente, por regras do componente categorial. Essas regras passam a ser impostas por teorias auxiliares novas, como a teoria X-barrado, a teoria da regência e a teoria do Caso. Conseqüentemente, o número de regras de movimento é reduzido a apenas uma - o *mova α* . Porém, é outra alteração que parece ter contribuído para a construção de um novo modelo. À concepção modular da linguagem (defendida em modelos anteriores), que prediz ser a linguagem um módulo independente da mente, adjunge-se a concepção de que a estrutura interna da gramática

também é modular (MOINO, 1994, p. 122). O modelo que emerge dessas modificações é chamado de *Teoria Padrão Estendida* (TPE). Nessa perspectiva, o objeto de investigação passa a ser a estrutura da faculdade da linguagem, e não mais as regras e representações de estruturas sintáticas.

A partir de 1981, Chomsky começa a construir um novo modelo, denominado *Teoria de Princípios e Parâmetros* (TPP). Como afirma Raposo (1992, p. 54), esse modelo parece incorporar os resultados da TPE, assim como a concepção da gramática em módulos. Cada módulo apresentaria uma organização e princípios independentes e teria como objeto domínios diferentes da linguagem. Além disso, a TPP é um modelo formado unicamente por princípios gerais, distribuídos entre os componentes da gramática, já que a TPP mantém a tendência do modelo anterior de eliminar as regras. A outra característica da TPP é a adoção de um princípio que parece evitar a redundância na apresentação da subcategorização: o *Princípio de Projeção*, segundo o qual as propriedades de subcategorização dos itens lexicais são mantidas em cada nível sintático.³⁰

Para Chomsky (1986, p. 23), uma teoria do conhecimento linguístico deve tentar responder a, pelo menos, três questões: (i) como esse conhecimento é constituído?; (ii) como esse conhecimento é adquirido?; e (iii) como esse conhecimento é utilizado?. O foco, no programa gerativista, é buscar respostas à pergunta (ii), que reflete a hipótese inatista. A TPP responde a essa pergunta da seguinte maneira: de um lado, existem os *princípios*, asserções gerais que constituem um núcleo fixo e invariável entre as línguas, pois são geneticamente determinados. De outro lado, existem princípios que são variáveis entre as línguas, pois constituem possibilidades de ocorrência, isto é, são biologicamente determinados, mas ainda não apresentam um valor fixado. Os princípios não fixados são chamados de *parâmetros*. Enquanto os princípios constituem o que há de universal entre as línguas, os parâmetros carecem de um valor (positivo ou negativo) que só será fixado durante a aquisição a partir do *input* que a criança recebe (MIOTO *et al.*, 2005, p. 35). Assim, a TPP estipula que tanto os princípios como os parâmetros são previstos biologicamente, pois fazem parte da *gramática universal* (GU). De acordo com essa teoria, todo ser humano vem equipado com uma GU, definida como "a soma de princípios linguísticos" comuns às línguas humanas (RAPOSO, 1992, p. 46-7). A GU é, nesse sentido, o estágio inicial da aquisição de uma língua (S_0 , do

³⁰ O *Princípio de Projeção* é formulado por Chomsky (1981, p. 38, tradução nossa) como segue (sendo L_i e L_j variáveis para níveis sintáticos):

- (i) Se β é um constituinte imediato de γ no L_i , e $\gamma = \alpha'$, então α marca tematicamente β em γ
- (ii) Se α seleciona β em γ como uma propriedade lexical, então α seleciona β em γ no nível L_i
- (iii) Se α seleciona β em γ no nível L , então α seleciona β em γ no nível L_j

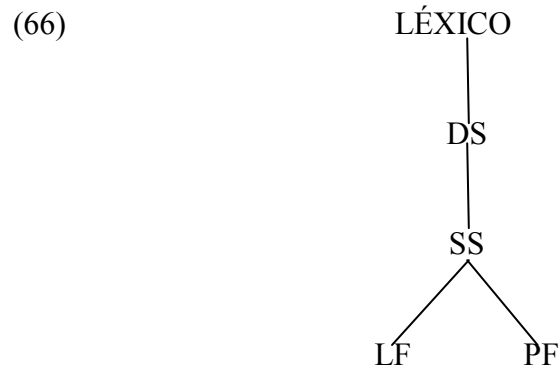
inglês *stage 0* ou E_0 de *estado zero*), pois constitui o estado inicial de um módulo da mente/cérebro responsável pela aquisição da linguagem. Esse módulo é denominado *mecanismo de aquisição da linguagem* (LAD, do inglês *language acquisition device*) ou, simplesmente, *faculdade da linguagem*. A faculdade da linguagem é um componente inato e específico da espécie humana, e, como qualquer outro órgão biológico, desenvolve-se segundo um percurso determinado por instruções genéticas (CHOMSKY, 1986).

Como consequência da hipótese inatista e de uma concepção modular da mente, a faculdade da linguagem é concebida como um módulo distinto, pois além de ser responsável por uma habilidade única que é a aquisição de uma língua, sua relação com outros componentes cognitivos ou comportamentais é apenas indireta (SCARPA, 2006, p. 209). Segundo Chomsky (1986, p. 44), "dada a experiência apropriada, esta faculdade passa de um estado inicial E_0 para um estado final relativamente estável E_E ". O processo de aquisição da linguagem consiste, portanto, em uma formatação da faculdade da linguagem, através da fixação dos valores dos parâmetros previstos na GU. A fixação desses valores é determinada pelas evidências indiretas do input. Quando todos os parâmetros estão marcados com os devidos valores, temos uma *gramática particular* (GP). O conhecimento final, estágio de estabilização em que a criança apresenta uma gramática próxima à do adulto (S_S , do inglês *stable stage*, ou E_E , de *estado estável*), é resultado da interação entre os princípios inatos e o contato com uma língua particular. Esse conhecimento final é denominado *língua-I* (língua interna). Acredita-se que o estado estável seja atingido no início da adolescência: as mudanças que podem ocorrer a partir desse momento são apenas periféricas, como a aquisição de um novo vocabulário.

Assim sendo, a TPP apresenta um modelo de análise em três níveis: um nível para a *Estrutura Profunda* (DS, do inglês *Deep Structure*), um nível intermediário chamado *Estrutura Superficial* (SS, do inglês *Surface Structure*) e um nível superficial, onde ocorre a relação entre o som de uma sentença, a *Forma Fonética* (PF, do inglês *Phonetic Form*), e seu sentido, a *Forma Lógica* (LF, do inglês *Logic Form*). Como afirma Miotto *et al.* (2006, p. 119), "a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, isto é, ao conjunto de elementos que temos em nossas mentes quando somos falantes de uma língua". Esse léxico mental contém as informações relevantes de cada item lexical para a formação das sentenças, como a categoria morfossintática, os argumentos internos e externos, etc. O modelo estruturado dessa maneira tenta dar conta do fato de que,

[p]ara construirmos uma sentença, devemos recorrer ao léxico da língua (...) e, fazendo uso das informações aí presentes, construir uma primeira estrutura, DS. Na passagem de DS para SS, podemos movimentar constituintes (...). É a representação da sentença em SS que será enviada para PF para ser pronunciada; é também essa representação que será enviada para LF para ser interpretada semanticamente. (MIOTO *et al.*, 2005, p. 28)

Esse modelo, de uma maneira geral, pode ser assim representado:



A partir da década de 90, outras ideias passam a ser trabalhadas. Considerado como parte do quadro da TPP, o Programa Minimalista (PM) parece seguir a mesma linha que levou o programa gerativista a substituir regras transformacionais por princípios universais (BORGES, 2004, p. 124). Entretanto, apesar de o PM ser mais recente e de algumas previsões sobre estruturas com PC baseadas no PM serem divergentes das baseadas na TPP, neste trabalho, adotamos o modelo da TPP para a descrição da construção que é nosso objeto de análise, já que as análises sobre construções com PC realizadas com o modelo TPP têm sido bastante profícuas. A partir dessas considerações, passamos à discussão de como a perspectiva gerativa analisa estruturas com PC, começando com a análise realizada de acordo com o que se tem chamado de Teoria Padrão.

2.2 A PC na Teoria Padrão: a análise de Bisol (1975)

Por onde começamos quando analisamos estruturas nominais com PC de acordo com a perspectiva gerativa? O trabalho de Bisol (1975), *Predicados complexos do português: uma análise transformacional*, que segue basicamente o modelo desenvolvido em *Aspects of the Theory of Syntax*, de Noam Chomsky (1965), tornou-se uma referência nesses estudos.

Não apenas pela análise cuidadosa daquelas estruturas, mas por mostrar que “construções superficialmente semelhantes são, em essência, diferentes, porque cada uma delas possui um processo de estruturação interna, do qual decorre um sentido específico” (BISOL, 1975, p. 11), pois considera que “o componente sintático pode estabelecer diferenças ou variações de significação não reveladas pela forma externa” (*ibidem*, p. 18). Diferentemente do postulado pela GT que analisa essas estruturas com predicados verbo-nominais indistintamente, as diferentes estruturas nominais que envolvem PC possuem histórias derivacionais distintas, ou seja, apresentam DSs diferentes para SSs semelhantes. Embora essa noção de transformação entre os níveis de representação tenha sido abandonada, devido à estipulação do *Princípio de Projeção*, a análise proposta por Bisol identifica semelhanças entre aquelas estruturas e construções copulares e as incorpora na história derivacional de cada sentença.³¹ Desse modo, a análise de Bisol identifica cinco tipos de estrutura que envolvem construções nominais com PC. Vejamos cada estrutura:

Estrutura I: O menino chegou cansado

O primeiro tipo de estrutura identificado por Bisol (1975, p. 17) é analisado pela GT como uma oração com predicado verbo-nominal, formado por um verbo intransitivo seguido por um predicativo do sujeito. Na análise de Bisol, a estrutura subjacente dessa oração apresenta um esquema de duas orações simples em relação de dominância: “uma matriz com adjetivo, que expresse propriedade não inerente, domina uma constituinte de verbo de atividade” (BISOL, 1975, p. 17).

Desse modo, a partir de uma mesma DS e da aplicação ou não de certas regras transformacionais, seriam semelhantes, por exemplo, *O menino estava cansado quando chegou*, *O menino estava cansado ao chegar* e *O menino chegou cansado*.³² Segundo Bisol

³¹ No modelo utilizado por Bisol (1975, p. 13), a gramática compreende três componentes: o sintático, o fonológico e o semântico. O componente sintático contém um subcomponente de base, responsável por gerar DSs, por meio de regras de estrutura frasal, e que compreende também um léxico, considerado como um conjunto não ordenado de entradas lexicais, cada uma apresentando traços semânticos, fonológicos e sintáticos. O componente sintático, por sua vez, também contém um sistema de “regras transformacionais, que convertem estruturas profundas em marcadores derivados (...), até que se atinjam marcadores finais, que representam estruturas de superfície” (*ibidem*, p. 14). Como é nas camadas mais subjacentes da sentença onde estariam as verdadeiras relações gramaticais, a estipulação de uma determinada DS deve abarcar as possibilidades de realização dessas sentenças.

³² A autora, neste ponto, cita uma nota de Said Ali, onde o gramático assinala a existência de duas proposições distintas encontradas na mesma estrutura, para justificar a inserção de uma cópula na DS daquelas estruturas. Podemos perceber aqui uma das semelhanças entre a análise da GT e as primeiras análises gerativas, em que a fusão seria realizada à medida que regras transformacionais são aplicadas. À medida que outros modelos gerativos são desenvolvidos, essa representação se distancia da GT, embora atualmente ainda se identifiquem correspondências entre as estruturas nominais com PC e construções copulares. Lembramos aqui que, no primeiro capítulo deste trabalho, na subseção 1.2, analisamos a possibilidade de orações com predicado verbo-

(1975), nas estruturas em que o verbo da oração mais alta é a cópula *estar*, os adjetivos envolvidos são aqueles que expressam *propriedades não inerentes*. A autora também não se limita aos tipos de adjetivo, ao afirmar que “[n]esta posição também aparecem nomes, em geral classificatórios, que ocorrem com *ser*” (BISOL, 1975, p. 29, grifo da autora). Para tanto, “a cópula copia do adjetivo o traço não inerente” e realiza-se como *estar*. Já o verbo nocional posicionado na oração mais baixa possui o traço [-estático], pois admite imperativo (*Chegou cedo!*, **Tenha dois carros*), e pode ocorrer em contextos de clivagem, como *O que N fez foi...* (*O que João fez foi chegar cansado*, **O que João fez foi ter dois carros*). Esse verbo assumiria, com o alçamento, o traço cópula, tornando-se um verbo misto.

Estrutura II: Pedro encontrou Maria doente

O segundo tipo de estrutura identificado por Bisol (1975, p. 31) seria analisado pela GT como uma oração com predicado verbo-nominal, formado por um verbo transitivo, seguido por um objeto direto e um predicativo desse objeto direto. Bisol (1975, p. 36) propõe uma diferenciação entre os verbos que podem ocorrer nesse tipo de estrutura, ao notar que respostas naturais para a pergunta em (67) não o são para (68), com exceção de (c).

(67) Você encontrou Maria doente?

- (a) Sim, ela estava doente.
- (b) Não, ela não estava doente.
- (c) Sim, eu (a) encontrei doente.

(68) Você conheceu Maria doente?

- (a) ??? Sim, ela estava doente.
- (b) ??? Não, ela não estava doente.
- (c) Sim, eu (a) encontrei doente.

Essa diferença distribui os verbos dessa estrutura em dois grupos:

(i) Verbos que não admitem uma oração encaixada, pois carregam o traço [-objeto oracional] marcado negativamente, como: *encontrar*, *recolher*, *pegar*, *perseguir*, *achar*, etc., formando uma determinada DS, em que a oração com cópula e adjetivo domina a oração com verbo de atividade, estando as duas orações relacionadas pelo complementizador *quando*.

nominal ser uma fusão entre duas orações, uma com predicado verbal e outra com predicado nominal, como o próprio nome indica.

(ii) Verbos que admitem uma oração encaixada, pois carregam o traço [+objeto oracional], como o verbo *conhecer*, e seus semelhantes *reconhecer*, *imaginar*, *aceitar*, etc., que formam uma DS diferente da dos verbos em (i). Nesta DS, a oração com verbo de atividade domina a oração com cópula e adjetivo, estando as duas orações relacionadas pelo complementizador *quando* (1975, p. 37).

Não é, portanto, apenas a regra de subcategorização que diferencia os dois grupos de verbo: na história derivacional de sentenças com verbos do tipo de *conhecer*, há o cancelamento do item idêntico e da cópula peculiar aos verbos do tipo *conhecer*. Ainda sobre o tipo de verbo que ocorre com aquelas estruturas, cabe dizer que os verbos da Estrutura I e da Estrutura II ambos são marcados pelo traço [-estático]. Bisol (1975, p. 38) exclui verbos que têm sentido semelhante a *denominar* (pois envolveriam outro tipo de estrutura) e verbos que, como *criar*, teriam em sua base uma *pro forma* com causativo, formando uma estrutura diferente, que será tratada como a *Estrutura V*. Quanto ao papel do verbo cópula na formação dessa estrutura, segundo Bisol (1975, p. 40), a cópula não inerente (*estar*) ocorre na DS dessas orações, mas que se realiza como *ser se*, na posição de adjetivo, figurar um substantivo e com verbos como *conhecer* (*Conheci Pedro estudante em Paris*).

Estrutura III: João julga Pedro inocente

Na terceira estrutura com predicados complexos (*ibidem*, p. 41), estão os verbos que admitem um objeto de natureza oracional, como: (i) verbos de entendimento (opinativos ou judicativos): julgar, acreditar, crer, supor, considerar, etc.; (ii) saber, sentir, dizer, confessar, etc.; e (iii) verbos volitivos: querer, desejar, esperar, exigir, etc. A partir da regra de categorização, Bisol distingue dois tipos de verbo envolvidos nessa construção. O primeiro corresponde a verbos judicativos, como *considerar*, cuja posição de complemento é ocupada por um NP oracional. Uma das evidências para haver esse tipo de NP naquela posição é a possibilidade de aquele verbo admitir passivização, mantendo o objeto oracional como sujeito de uma estrutura passivizada. Por exemplo, para a sentença *Pedro considerou Maria infeliz*, podemos ter *Que Maria era infeliz foi considerado por Pedro*. Já verbos como *deixar* e *tornar*, denominados pela autora como verbos causativos, apresentam uma regra de subcategorização diferente, cuja posição de complemento não é ocupada por um NP oracional, mas sim por um VP. Esses verbos não poderiam ter um NP oracional na posição de complemento, pois não parecem admitir passivização nas mesmas condições expostas a verbos como *considerar*. Por exemplo, para a sentença *Pedro deixou Maria infeliz*, não poderíamos construir **Que Maria ficasse infeliz foi deixada por Pedro*. Apesar de

apresentarem regras de subcategorização diferentes, verbos judicativos (que possuem um NP oracional na posição de complemento) e verbos causativos (que possuem um VP na posição de complemento), segundo Bisol (1975, p. 45), configuram DSs semelhantes, isto é, com a mesma estrutura.³³

No que concerne à cópula de estruturas com verbos de entendimento, Bisol afirma que possui os dois traços, o de inerente e de não inerente. Por isso, a cópula pode ser realizada com o verbo *ser* ou com o verbo *estar*. A determinação da cópula se dá através da compatibilidade com os mesmos traços do adjetivo. Quanto aos verbos causativos, a cópula pode ser tanto *ficar* como *ser*.

Estrutura IV: Os amigos chamam Pedro (de) sábio

A quarta estrutura identificada por Bisol (1975, p. 51) inclui verbos *de nomear*. São eles: *batizar, chamar, apelidar, apontar, intitular, tachar*, etc., entre outros citados pela autora. Essa estrutura difere das demais por envolver apenas uma regra transformacional: o cancelamento do NP correferencial e do verbo copular. Ainda assim, essa regra opera sobre a condição de correferencialidade obrigatória entre o NP objeto da oração matriz e o NP sujeito da subordinada³⁴. Esses verbos não admitem objeto abstrato oracional, ao contrário de verbos de entendimento (que aparecem nas estruturas III), que admitem objeto abstrato oracional (BISOL, 1975, p. 52). Por exemplo:

(69) Os amigos julgam que Pedro é sábio

(70) *Os amigos chamam que Pedro é sábio

Bisol também afirma que a estrutura possui geralmente uma cópula com traço inerente, que se realiza como *ser*, apesar de poder haver manifestações com *estar*. Aparentemente, a cópula se realiza como inerente ou não inerente, de acordo com o traço compartilhado com o adjetivo. São exemplos de Bisol (1975, p. 55):

³³ Na seção 2.5 deste trabalho, mostramos as categorias de verbos que estariam envolvidos na estrutura de SCs complementos (nome dado por alguns pesquisadores gerativistas à estrutura de um NP oracional e seu predicado que funcionam como argumento interno de determinados verbos). Como veremos, os verbos são os mesmos apresentados por Bisol.

³⁴ Na discussão sobre SCs adjuntas, veremos que a correferencialidade identificada por Bisol nessas estruturas será analisada através da coindexação entre o NP objeto da oração matriz e uma categoria vazia (denominada como *PRO*), sendo que esta receberá a predicação do AP.

- (71) Classificaram-na de indecisa, mas ela não é/está indecisa
 (72) Tacharam-na de ignorante, mas ela não é/*está ignorante

*Estrutura V: Deus criou os homens fracos*³⁵

A quinta estrutura diferencia-se das demais por envolver uma noção de causatividade presente a partir da combinação do verbo com os outros elementos da construção, de modo que essa noção somente é delineada na estrutura subjacente (BISOL, 1975, p. 62). Assim sendo, podemos dizer que a causatividade, para Bisol, seria derivada sintaticamente. Também se diferencia por possuir na oração matriz não um verbo em sua forma abstrata, mas uma *pro forma* de causativo, com realização de *fazer* ou *deixar* ou ainda sem realização explícita, em que o constituinte analisado como seu objeto direto não é o sujeito lógico de uma oração com aquele verbo.

A DS dessa sentença apresenta uma sentença encaixada em que o sujeito e o objeto são correferenciais, sendo o objeto marcado por [+Qu] para relativização. Bisol (1975, p. 58) justifica a proposição dessa DS considerando a possibilidade de ocorrência das seguintes orações, que seriam originadas a partir da inserção de um nominalizador e da superficialização da *pro forma* como *fazer*:

- (73) Deus fez com que os homens que criou fossem fracos

Outra justificativa para a DS está nas possíveis respostas à interrogativa relacionada àquela oração:

- (74) Deus criou os homens fracos?
 (a) Sim, ele fez isso.
 (b) Não, criou-os fortes.
 (c) ? Sim, eles são fracos.
 (d) Não, eles são fortes.

³⁵ Na seção sobre predicados resultativos (2.4.1), veremos que Lobato (2004) argumentará que essa sentença consiste em um exemplo de construção resultativa no PB – construção resultante da combinação entre um verbo transitivo de criação e um adjetivo que expressa propriedade relacional. Lembramos aqui que Bisol não denomina esse tipo de estrutura como uma construção resultativa, mas como uma estrutura com verbo causativo.

Como entre as respostas aceitáveis àquela interrogativa estão aquelas em que há a presença de um causativo, não sendo necessária a presença do adjetivo, vemos assim que, na concepção de Bisol (1975, p. 59), o adjetivo não pertence à oração mais alta. Por outro lado, as respostas de *sim* e *não* superficializam o verbo da oração matriz, por isso, na análise de Bisol, o verbo passa por uma transformação que o torna elemento da oração matriz.

Esse verbo, caracterizado pelos traços [+sujeito animado] e [-objeto oracional], assume o traço causativo somente por transformação, independentemente da informação lexical que certos verbos possuem. Na oração matriz desse tipo de estrutura, há sempre uma *pro forma* de causativo ou factivo que funciona como um operador, posicionando os componentes da construção. Esse operador permite, por exemplo, que haja relação de paráfrase entre as seguintes sentenças, sendo (a) a que possui predicado complexo.

- (75) (a) O engenheiro construiu a ponte sólida
 (b) O engenheiro fez ser sólida a ponte que construiu
 (c) O que o engenheiro fez foi que a ponte que construiu fosse sólida.

Sobre a cópula, a autora afirma que a cópula na DS pode ser *estar* ou *ser*, dependendo das propriedades dos adjetivos, se *inerentes* ou *não inerentes*. Como podemos ver, o trabalho de Bisol (1975) destaca uma função importante para o verbo copular. A sua realização, entretanto, está relacionada ao adjetivo, que, segundo Bisol (1975, p. 62), “sempre faz parte da frase verbal como elemento que subcategoriza verbos. É um constituinte do sintagma verbal”.

À medida que os modelos gerativistas se desenvolvem, a análise dessas estruturas como contendo uma cópula subjacente (próxima à análise de uma fusão, como ocorre na GT) é substituída por uma análise em que se enfatiza a noção de constituinte oracional presente já na DS, respeitando o *Princípio de Projeção*. De posse dessas informações, na próxima seção veremos como essas estruturas – e outras não analisadas por Bisol, mas que se encaixam no que entendemos aqui por PC – são analisadas no modelo da TPP.

2.3 A análise atual da PC: a *small clause*

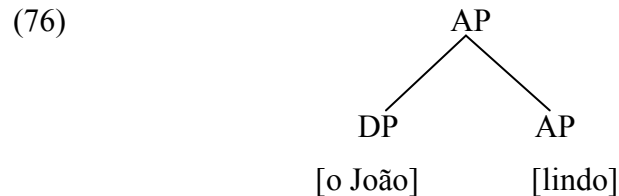
Para entendermos como a PC é analisada de acordo com a TPP, precisamos antes salientar alguns pontos sobre a relação de predicação, tal como é entendida nessa abordagem³⁶. A relação de predicação entre dois itens é geralmente entendida como "uma associação entre x e y, de modo que y predica de x" (PEREIRA, 2005, p. 39). Um predicado é um elemento que possui "lacunas a serem preenchidas pelos argumentos que selecionam" (MIOTO *et al.*, 2005, p. 121). Isto é, cada predicado, para que se constitua uma sentença gramatical, precisa coocorrer com determinados elementos. Assim, a relação de predicação é considerada uma instância da atribuição de papel- θ por uma projeção máxima (CARDINALETTI e GUASTI, 1995, p. 4).

Analisemos a estrutura temática do verbo *considerar*. Trata-se de um predicado que seleciona dois argumentos. O elemento que ocupar a posição de sujeito precisa ter os traços [+animado], [+humano]. Por exemplo, podemos dizer *Maria considera João inteligente*, mas não podemos dizer **A pedra considera João inteligente*, porque [A pedra], que é sujeito de *considerar* nessa sentença, não possui esse traço. Portanto, a esse argumento o verbo e seu complemento atribuirão o papel- θ de *Experienciador*. Já o elemento que ocupar a posição de objeto do verbo *considerar*, por sua vez, precisa ter como característica principal o de ser uma proposição, que servirá como argumento interno do verbo e também receberá um papel- θ deste.

A declaração selecionada pelo verbo pode ser expressa através de uma oração finita, como em *Maria considera que João é inteligente*; ou de uma espécie de oração cujo núcleo não é um verbo (ou uma flexão verbal), como em *Maria considera João inteligente*. Esse tipo de oração é particularmente interessante, pois contém uma espécie de predicação, mas não há categorias morfológicas que a identifiquem como uma oração plena. Desse modo, podemos dizer que a relação predicativa pode ser encontrada mesmo em construções que não são consideradas orações plenas propriamente ditas. Um exemplo de construção em que se encontra uma predicação, mas sem outras características de oração, é a *small clause* (SC), ou *minioração*, ou ainda *oração pequena*. De acordo com os estudos desenvolvidos principalmente por Stowell (1983, 1995), denominados como *Teoria da SC*, a SC é um constituinte oracional, que expressa o mesmo tipo de relação de predicação semântica entre

³⁶ A análise a ser empreendida nesta seção tem, como principal fonte teórica da abordagem gerativista, a *Teoria da SC*, de Stowell. Discutimos essa perspectiva na seção 2.10 deste trabalho.

um predicado e seu sujeito encontrada nas orações plenas, mas difere destas, por não conter verbos auxiliares ou material morfológico que expresse tempo ou aspecto e por ser a projeção máxima da categoria de seu predicado. A representação atribuída a uma SC como [o João lindo], de *A Joana acha o João lindo*, é mostrada a seguir.



Uma evidência de que se trata de uma predicação independente está no alcance dos advérbios. Considerando que o escopo dos advérbios limita-se ao constituinte em que ocorre, Gomes (2006, p. 81) afirma que, se os advérbios “não tiverem alcance sob a sentença matriz, estão numa estrutura que forma um único constituinte, ou seja, numa *small clause*”. Como podemos ver no exemplo (77b) (adaptado de Gomes, 2006, p. 81), um advérbio como *muito* tem escopo apenas sobre a SC complemento, e não sobre a sentença matriz. Essa hipótese é confirmada na sentença (77c), em que a inclusão de dois advérbios não torna as sentenças agramaticais:

- (77) (a) Maria considera João inteligente
 (b) Maria considera João *muito* inteligente
 (c) *Raramente* Maria considera João *absurdamente* inteligente

Façamos uma comparação entre a análise tradicional e a análise gerativa. A diferença entre uma abordagem e outra parece residir na maneira como cada uma realiza a segmentação dos constituintes. A oração *A Joana acha o João lindo* seria analisada pela GT como contendo um predicado verbo-nominal, [acha o João lindo], em que [o João] constitui o *objeto direto* do verbo transitivo direto *achar*, e [lindo], o *predicativo do objeto direto*. Na abordagem tradicional, uma oração com a estrutura *verbo nocional + (objeto) + predicativo do sujeito/do objeto* é considerada uma só oração constituída de um predicado composto, isto é, um predicado verbal (predicação entre o verbo e o NP sujeito) e um predicado nominal (predicação entre o predicativo e o NP sujeito ou objeto). Parece haver, portanto, uma separação entre o que seria argumento interno do verbo (*o João*) e a predicação sobre esse argumento (*lindo*). Já na abordagem gerativa, observamos a relação de predicação existente

entre o constituinte [o João] e o constituinte [lindo]: o adjetivo [lindo] predica sobre o sintagma [o João]. Como essa predicação não possui como núcleo uma flexão verbal, esses constituintes não formam uma oração plena, mas sim uma SC: [o João lindo], em que [o João] é o sujeito, e [lindo], o predicado. Parte dessa estrutura (a predicação entre o predicativo e o NP sujeito ou objeto) constitui uma estrutura oracional própria. Assim, não temos uma oração e uma PC, mas sim duas orações diferentes, cada uma com a sua própria predicação.

Essa diferença na segmentação dos constituintes permite que construções consideradas sintaticamente semelhantes na GT recebam tratamento diferenciado pela abordagem gerativa. E, além disso, a noção de *predicado complexo* (como por vezes o predicado de estruturas com PC é referido), na abordagem gerativa, é atribuída a uma estrutura semelhante à encontrada na GT, isto é, a estrutura formada por um verbo, o argumento desse verbo e um predicado para esse argumento, sendo que esse predicado também seria selecionado pelo verbo. Trata-se de uma análise um tanto oposta à análise de SCs. Veremos essa diferença na subseção em que discutimos os predicados resultativos e na seção em que discutimos a presença de categorias flexionais nas SCs.

Desse modo, a representação em LF da sentença (77) não poderia ser a que aparece em (78), já que seria bloqueada pelo *Princípio de Projeção*:

(78) Maria [considera]_{VP} [João]_{NP} [inteligente]_{AP}

O verbo *considerar* exige como complemento uma estrutura oracional e, para não violar o *Princípio de Projeção*, a natureza desse complemento deve ser mantida em outros níveis sintáticos. Por isso, no nível de representação em LF, a estrutura em (78) não seria aceita, pois apresenta um NP objeto (CHOMSKY, 1981, p. 33).

Como podemos perceber, as construções identificadas tradicionalmente como predicados verbo-nominais correspondem às construções denominadas na abordagem gerativa como SCs nominais, isto é, SCs cujo predicado é constituído por um nome. Quando analisamos o lugar da SC nominal em relação à estrutura argumental da sentença, dois tipos de SCs são atestadas: as que são adjuntas ao VP e as que são complementos de VP. Começamos a análise com as SCs adjuntas, já que apresentam uma estrutura mais complexa em relação às SCs complementos.

2.4 Sobre as SCs adjuntas

Chamamos de *SC adjunta* o constituinte oracional que, sendo uma SC, não é um argumento do verbo, e sim um adjunto. Por isso, são chamadas de *construções depictivas*, isto é, construções em que há a atribuição de uma propriedade. Essa SC é considerada adjunta ao sintagma verbal VP, *pois não faz parte da estrutura temática da sentença*. Os predicados das SCs adjuntas podem ser analisados como *predicados secundários*. Os predicados secundários subdividem-se em: (i) predicados secundários orientados para o sujeito, por exemplo, em *João partiu brabo*; (ii) predicados secundários orientados para o objeto, como em *Maria comeu a carne crua*; e (iii) predicados resultativos, que trataremos na próxima seção. Segundo Pereira (2005, p. 41), "os predicados secundários são aqueles cujos elementos dos quais eles são predicados não dependem dos APs para suas funções gramaticais". Por isso, a possibilidade de o adjetivo ser apagado sem causar a agramaticalidade da sentença parece justificar a hipótese de um constituinte adjunto ao VP. É o que podemos constatar nas sentenças abaixo:

(79) João partiu brabo

(79') João partiu

(80) Maria comeu a carne crua

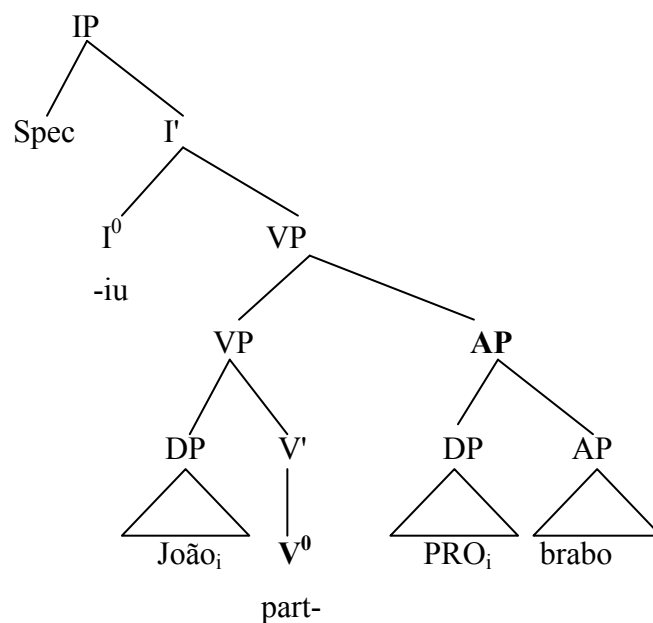
(80') Maria comeu a carne

Além disso, a predicação secundária se caracteriza por "aparentemente, o seu sujeito receber um papel temático de outro núcleo lexical" (PEREIRA, 2005, p. 39). Em princípio, na sentença *Maria comeu a carne crua*, o NP [a carne] poderia receber diretamente papel- θ do verbo e do adjetivo *crua*, já que ambos possuem papéis- θ para atribuir. Da mesma forma, na oração *João partiu brabo*, também identificamos uma predicação secundária, em que o NP [o João] poderia receber papel- θ de *Agente* do verbo *partir* e do adjetivo *brabo*, que também predica sobre o mesmo NP. Porém, um NP não pode ser duplamente tematizado, pois não atenderia às exigências do Critério- θ . Segundo o Critério- θ , todo argumento (ou cadeia-A) deve receber um e um só papel- θ e todo papel- θ deve ser atribuído a um e a um só argumento, o que garante que todos os argumentos recebam um papel- θ e todos os papéis- θ sejam atribuídos (RAPOSO, 1992, p. 303).

Por esse motivo, de acordo com os estudos de Chomsky (1981), alegamos que o adjetivo não predica diretamente sobre o NP, mas sobre uma categoria vazia (*ec*, do inglês *empty category*) coindexada àquele NP. Isto é, o papel- θ que o adjetivo precisa atribuir é dado a essa categoria vazia, que constitui o sujeito dessa SC adjunta. Essa *ec* é denominada PRO.³⁷ Assim, as SCs adjuntas formam o constituinte oracional [PRO XP]. O PRO é entendido como uma variável de DP, que possui uma identidade referencial com um constituinte da oração matriz e está submetida a uma relação de controle. O PRO deve ser coindexado com um antecedente apropriado, como o NP, para funcionar como receptor de papel- θ do AP e estabelecer com esse AP uma relação de predicação. Estando coindexado ao NP, determina-se o valor referencial de PRO, que é controlado por esse NP.

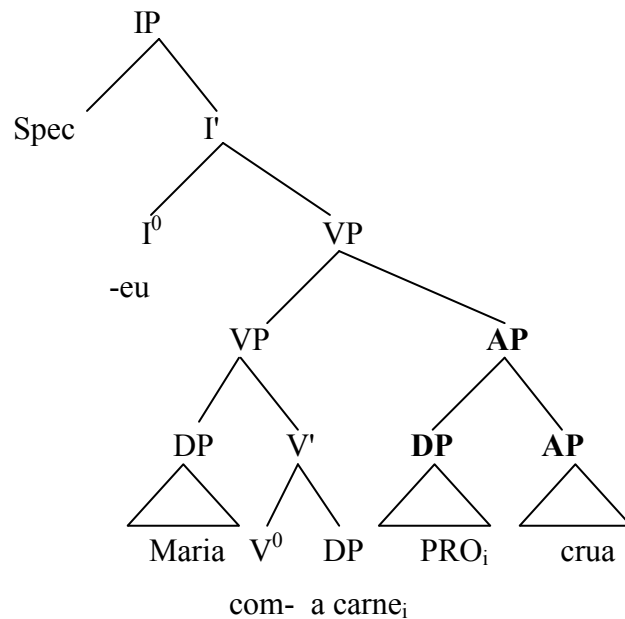
Podemos representar a estrutura das orações acima da seguinte maneira:

(79'') João partiu brabo



³⁷ A categoria vazia PRO coloca em xeque a Condição de Visibilidade, que determina que todo DP, para receber interpretação temática adequada, precisa estar marcado com caso, já que o caso torna DP visível para a interpretação temática em LF. Como PRO não pode ser analisado como um NP, Chomsky estipula que PRO possui *Caso Inerente*, atribuído na DS, junto com o papel- θ . Dessa forma, a categoria vazia PRO, que é capaz de receber papel- θ , é também capaz de receber Caso abstrato. Lembramos aqui que entre as propriedades de PRO estão a de poder ser controlado (coindexado a um NP referencial) e a de poder ser arbitrário. PRO em SCs adjuntas é sempre controlado e possui os traços do NP ao qual está coindexado: singular ou plural, masculino ou feminino – daí podermos identificar que o predicado da SC esteja em concordância com o NP.

(80'') Maria comeu a carne crua



Nessas circunstâncias, o adjetivo [crua], na oração *Maria comeu a carne crua*, não atribui papel- θ diretamente ao NP [a carne], pois, nesse caso, apenas o NP [a carne] é subcategorizado pelo verbo, e não a SC inteira, como ocorre com a SC complemento. O adjetivo forma, portanto, um constituinte diferenciado, em que predica sobre PRO coindexado ao NP objeto [a carne]. Esse constituinte, por não ser subcategorizado pelo verbo e, conseqüentemente, não fazer parte da estrutura temática da sentença, recebe o nome de *SC adjunta*, em que a ec constitui o sujeito e o adjetivo, seu predicado. O mesmo constituinte é encontrado no exemplo anterior, porém com PRO coindexado ao NP sujeito da oração [João]_{NP}.

A diferença entre predicados secundários orientados para o sujeito e predicados secundários orientados para o objeto não reside apenas na função sintática que receberá a predicação. De acordo com Guéron e Hoekstra (1995, p. 98) e Déchaine (1992), um AP adjunto relacionado ao sujeito pode ocorrer em posição inicial na sentença, como em *Sentada, Maria comeu a carne*. Mas será considerada agramatical uma sentença cujo AP adjunto relacionado ao objeto aparece em posição inicial: **Crua, Maria comeu a carne*. Outra diferença está na possibilidade de elipse de constituintes. Por exemplo, a sentença (81) abaixo, em que há a elipse do VP, sendo o predicado direcionado ao sujeito, seria aceitável em inglês, enquanto que a sentença (82), com a mesma elipse, mas com o predicativo direcionado ao objeto, não seria (GUÉRON e HOEKSTRA, 1995, p. 99):

- (81) John_i read the letter outraged_i and Bill_j did upset_j
 (82) *John submitted his text_i finished_i and Bill did unfinished_j

Segundo Guéron e Hoekstra (1995, p. 98-99), a diferença entre os dois adjuntos predicativos pode ser explicada se assumimos que os APs adjuntos relacionados com o sujeito são ligados à projeção AgrS (projeção de AgrP de concordância com o sujeito). Já os APs relacionados com o objeto não estão ligados à projeção AgrO (projeção de AgrP de concordância com o objeto). Por exemplo, na sentença (81), mostrada acima, temos um predicado secundário cujo AP é relacionado com o sujeito, o que nos permite postular a ligação desse AP com AgrS. Já na sentença (82), temos um predicado secundário cujo AP é relacionado com o objeto, mas o objeto está elidido, o que explicaria a agramaticalidade da segunda sentença. Entretanto, as mesmas sentenças em português parecem ser ambas aceitáveis³⁸:

- (83) João_i leu a carta ultrajado_i e Bill_j transtornado_j
 (84) João apresentou seu texto_i terminado_i e Bill incompleto_i

Vejamos a seguir um caso particular de SC, geralmente tratada como adjunta e de pouca produtividade no português: os predicados resultativos.

2.4.1. Sobre os predicados resultativos

Na seção anterior, vimos que "os predicados secundários são aqueles cujos elementos dos quais eles são predicados não dependem dos APs para suas funções gramaticais" (PEREIRA, 2005, p. 41). Quando o predicado secundário se refere ao objeto, há a possibilidade de uma leitura resultativa, em que o adjetivo final caracteriza o estado do NP objeto, um estado que *resulta* da ação ou do processo descrito pelo verbo. O predicado secundário que apresenta essa possibilidade recebe o nome de *predicado resultativo*. Na literatura, encontramos como exemplos desse tipo de predicado as seguintes sentenças:

³⁸ A aceitabilidade dessas sentenças em português pode ser explicada se postularmos a existência de uma lacuna parasita (e) entre o NP *Bill* e o adjetivo *incompleto*. Essa lacuna teria o mesmo índice do DP [seu texto]: João apresentou seu texto_i terminado_i e Bill e_i incompleto_i

- (85) Deus criou os homens *fracos*
 (86) João cortou a grama *curta*
 (87) O ferreiro martelou o ferro *quente*

Em (85), o adjetivo *fracos* descreveria o estado final dos homens após a sua criação. As sentenças (86) e (87) apresentam cada uma duas leituras possíveis. Em (86), a grama pode ter resultado curta graças à ação de João de cortá-la ou o tipo de grama que João cortou (que não era a grama alta, mas sim a grama curta). E, na sentença (87), na leitura resultativa, o ferreiro, de tanto martelar o ferro, deixou-o quente; e, na segunda leitura, em que o adjetivo é parte do sintagma formada pelo NP, o ferreiro martelou um pedaço de ferro que já estava quente³⁹.

Para Lobato (2004), a sentença (87) não seria uma construção resultativa. Em seu trabalho, a autora afirma que, na construção resultativa, (i) a predicação do predicado secundário ocorre sobre o objeto, e não sobre a proposição (o que distingue essa construção da construção com interpretação adverbial); (ii) uma nova propriedade é atribuída ao referente por efeito da ação verbal (o que a distingue das construções com adjunto adnominal); e (iii) o evento é interpretado como delimitado (*ibidem*, p. 147). Os verbos licenciadores da construção resultativa são os verbos transitivos (que expressam processo culminado) e verbos inacusativos (que expressam culminação). Começemos com a análise dos verbos transitivos, de acordo com as respectivas classes semânticas (exemplos adaptados de LOBATO, 2004)⁴⁰:

- (88) Verbos transitivos de criação:
- (a) Deus criou os homens *fracos/ fraquíssimos*
 - (b) O engenheiro construiu a ponte *sólida/ solidíssima*⁴¹
 - (c) Ele fabricou a cadeira *torta / tortíssima*
 - (d) ≠ João fabricou a cadeira *amarela/ (ok) amarelíssima*

Com os verbos transitivos que expressam criação, a leitura resultativa somente é permitida se o adjetivo expressa propriedade relativa à ação ou função do indivíduo ou

³⁹ Na pesquisa realizada com alunos do 3º ano do Ensino Médio, nenhum deles aceitou a leitura resultativa de *O ferreiro martelou o ferro quente*.

⁴⁰ Assim como utilizado por Lobato (2004), utilizaremos o símbolo ≠ à frente de uma sentença para indicar quando essa não possui leitura resultativa, e a expressão *ok* entre parênteses, quando há a leitura resultativa.

⁴¹ Na seção 2.2, vimos que a análise de Bisol considera essas estruturas como sentenças formadas com um verbo causativo ou factivo e com uma derivação distinta das demais estruturas com predicado complexo. Essas construções correspondem à Estrutura V.

propriedade relacional (os adjetivos *fraco*, *sólida* e *torta* nas sentenças (a), (b) e (c)). Caso o adjetivo expresse propriedade física da matéria do indivíduo, como o adjetivo *amarela* na sentença (d), a leitura resultativa só é licenciada com a forma superlativa desse adjetivo, o que comprovaria, segundo a autora, que essa forma carrega os traços lexicais necessários para tornar a leitura resultativa com esses verbos. Uma vez que os traços dos adjetivos são importantes, a leitura resultativa é licenciada a partir da combinação de determinados traços lexicais, tanto de adjetivos como de verbos. Vejamos a análise de outros verbos transitivos:

(89) Verbos transitivos de criação com especificação do meio de criação

- (a) Ele desenhou o círculo torto
- (b) João pintou (criou a imagem da) a casa torta
- (c) ≠ João pintou a casa amarela
- (d) João pintou a casa amarelíssima/ amarelinha/ bem amarelinha.
- (e) João pintou a mulher morena loura

Os verbos acima parecem ser uma classe específica dos verbos de criação; logo, a leitura resultativa só seria licenciada com a forma básica dos adjetivos, se esses expressarem propriedade relacional (exemplos (a) e (b)). Caso expressem propriedade física da matéria do indivíduo, a leitura resultativa está restrita a construções com a forma superlativa do adjetivo (exemplo (d)) ou com a presença de outro predicado, em que um apresenta uma adjunção ao NP (*morena*) e o outro (*loura*), o resultativo. A partir desses exemplos, a autora conclui que, se o tipo de adjetivo parece ser uma característica essencial para termos uma leitura resultativa, então, a relação de predicação de propriedade física do indivíduo se estabelece necessariamente antes das relações estabelecidas pelo verbo, de modo que o NP e o AP sejam tratados como sintagma. Vejamos outros exemplos de construções resultativas com verbos transitivos:

(90) Verbos de ação sobre sujeito pré-existente com situação resultativa:

- (a) Ela cortou o cabelo curto
- (b) Ela costurou a saia justa
- (c) Os colegas elegeram Ana a líder da turma
- (d) ≠ Ela colocou a toalha na mesa esticada / (ok) esticadíssima
- (e) ≠ Ela arrumou os livros na estante apertados / (ok) apertadíssimos
- (f) ≠ João varreu o chão limpo/ ≠ limpíssimo

- (g) ≠ João poliu o carro brilhante / ≠ brilhantíssimo
 (h) ≠ Maria areou a panela brilhante / ≠ brilhantíssima

Não parece claro qual critério permite que a leitura resultativa seja possível para alguns dos exemplos acima e para outros, não. Com os verbos *colocar* e *arrumar*, a leitura é licenciada através da forma superlativa, mas não com os verbos dos exemplos (d) a (h). Ainda assim, não poderíamos deixar de lado o papel dos traços verbais. Se apenas os traços lexicais do adjetivo licenciam a construção resultativa, como poderíamos explicar que as sentenças com os verbos *varrer*, *polir* e *arear* não licenciam a leitura resultativa, mesmo pertencendo à mesma classe semântica de *colocar* e de *arrumar*, e mesmo quando o adjetivo aparece na forma superlativa? Como conclui Lobato (2004, p. 165), o que parece acontecer com a construção resultativa é que “o português lê os traços da estrutura lexical dos verbos e da estrutura lexical dos adjetivos para formar sentenças resultativas, e vem da compatibilidade ou incompatibilidade entre os traços de uma e outra estrutura o julgamento das sentenças”.⁴²

Ainda assim, não são apenas os verbos transitivos que aparecem com construções resultativas em português. Os verbos inacusativos licenciam a leitura resultativa se dois critérios são respeitados: (i) o adjetivo expressa propriedade relacional, e, se expressar propriedade física, deve aparecer na forma superlativa; e (ii) o verbo não pode expressar movimento inerentemente direcionado (como *vir*, *chegar*, *ir*). É o que mostram os seguintes exemplos adaptados de Lobato (2004):

(91) Verbos inacusativos de mudança de estado:

- (a) *O rio congelou sólido / (ok) solidíssimo/ (ok) bem sólido
 (b) A manteiga congelou torta
 (c) ≠ Maria chegou atrasada

Barbosa (2008), por sua vez, argumenta que as construções atestadas por Lobato constituem um tipo diferente de construção que não pode ser chamada de resultativa, tal como a construção é denominada para sentenças em inglês. Para Barbosa, na construção resultativa do inglês, o predicado resultativo denota o estado resultante da ação, configurando uma construção resultativa genuína; já na chamada construção resultativa do português, o

⁴² Essa afirmação, que coloca os traços lexicais como os responsáveis pela leitura resultativa de uma sentença, não está em contradição com a conclusão de Levin e Rappaport (1994, p. 54) sobre as construções resultativas

predicado secundário é, na verdade, um modificador do estado resultante. Uma das primeiras evidências demonstradas por Barbosa (2008, p. 63) é o fato de as construções resultativas genuínas exibirem uma relação de acarretamento (sentença (92)), que não está disponível nas sentenças equivalentes do PB (exemplos (93) e (94)). Destacamos algumas das sentenças exemplificadas pelo autor:

(92) John hammered the metal flat (*John martelou o metal plano*)

(a) The metal was hammered (*O metal foi martelado*)

(b) The metal got flat (*O metal ficou achatado/plano*)

(c) The metal was flattened (*O metal foi achatado*)

(93) João pintou a casa bem amarelinha

(a) A casa foi pintada

(b) A casa ficou bem amarelinha

(c) ?? A casa foi amarelada

(94) Ele martelou o prego torto

(a) O prego foi martelado

(b) O prego ficou torto

(c) ?? O prego foi entortado⁴³

Outro teste apresentado pelo autor sobre a impossibilidade de construções resultativas do português é verificar a gramaticalidade da sentença em contextos com afixação do prefixo re-. Sentenças verdadeiramente resultativas, segundo Barbosa (2008, p. 65), não seriam gramaticais quando passam pelo processo de afixação. Essa impossibilidade ocorre com sentenças do inglês ((95) e (96)), mas não com sentenças do português ((97) e (98)):

(95) *John re-hammered the metal flat

(96) *John re-painted the house yellow

(97) João repintou a casa bem amarelinha

(98) Deus recriou os homens fracos

do inglês: “a construção resultativa é mais sintática do que lexical”, já que a combinação entre os traços lexicais se dá no nível sintático.

⁴³ Lembramos aqui que os pontos de interrogação antes da sentença indicam ausência de “resultabilidade”, isto é, ausência da relação de acarretamento, e não de gramaticalidade.

De modo a esclarecer esse teste, Barbosa (2008, p. 65) menciona Beck (2005), que analisa os tipos de predicado que podem ocorrer com o elemento adverbial *again* (*novamente*, em português). Segundo Beck, construções resultativas apresentam duas leituras, uma *repetitiva* e outra *restitutiva*, nas quais a modificação feita por *again* pode recair sobre diferentes constituintes (BARBOSA, 2008, p. 65). Na leitura repetitiva, *again* tem escopo sobre a ação (a ação de martelar, por exemplo), e, na leitura restitutiva, tem escopo apenas sobre o estado resultante do evento (o de ser plano, por exemplo). Barbosa (2008, p. 65) mostra que, no caso de resultativas do inglês, essa segunda leitura é encontrada (99); no caso das chamadas resultativas do português (100), essa leitura não é encontrada:

(99) Sally hammered the metal flat again

(99') Sally hammered the metal flat, and the metal had been hammered flat before
(*repetitiva*)

(99'') Sally hammered the metal flat, and the metal had been flat before
(*restitutiva*)

(100) João pintou a casa bem amarelinha novamente

(100') João pintou a casa bem amarelinha, e a casa já havia sido pintada bem amarelinha antes (*repetitiva*)

(100'') João pintou a casa bem amarelinha, e a casa já havia ficado bem amarelinha antes (*restitutiva*)

Outra característica das resultativas do inglês que compromete a análise de determinadas construções como resultativas em português reside no tipo de processo expresso pelo verbo. Lobato (2004, p. 147) admite que, nas construções em português, o evento é interpretado como télico, isto é, como se expressasse um *processo culminado* (*accomplishments*). Porém, observa Barbosa (2008, p. 67) que, no inglês, o acréscimo de um PP delimitado (*for one hour*) não torna uma sentença agramatical (101a). Porém, se a sentença tem uma leitura de processo culminado, é incompatível com um PP delimitado, sendo agramatical (101b):

- (101) (a) John painted the house (in one hour/ for one hour)
 (b) John painted the house yellow (in one hour/ *for one hour)⁴⁴

Desse modo, podemos dizer, com Barbosa, que o predicado resultativo viabiliza a leitura com processo culminado e bloqueia a leitura de atividade. Barbosa (2008, p. 70) defende que em PB os *accomplishments* não são causados pela adição do predicado resultativo, já que o estado resultante é inerente ao conteúdo semântico do verbo. Porém, no caso do português (exemplos (102) e (103)), a adição de um PP delimitado (*por uma hora*) torna a sentença com predicado resultativo agramatical, assim como no inglês. Sem o predicado resultativo, a adição do PP delimitado não cria o mesmo efeito. Ou seja, podemos dizer que o predicado resultativo, também no caso do português, viabilizaria a leitura com processo culminado e bloqueia a leitura de atividade:

- (102) (a) João pintou a casa (em uma hora/ por uma hora)
 (b) João pintou a casa bem amarelinha (em uma hora/ *por uma hora)
 (103) (a) Ela cortou o cabelo (em uma hora/ por uma hora)
 (b) Ela cortou o cabelo curto (em uma hora/ *por uma hora)

Vejamos a representação sintática atribuída ao predicado resultativo. Por um lado, os predicados resultativos poderiam ser tratados como adjuntos, pois as sentenças *João pintou a casa*, *Maria lavou as roupas*, *João cortou a grama*, *O ferreiro martelou o ferro*, em que o adjetivo é apagado, continuam gramaticais. Por outro lado, sabemos que a representação sintática da sentença deve demonstrar de alguma forma que o adjetivo é resultado da ação descrita pelo verbo, e sem o adjetivo a leitura resultativa não é possível. Nesse caso, o adjetivo não seria adjunto, mas argumento do verbo. Como demonstra Pereira (2005, p.43), essa posição está de acordo com Rothstein (1983) e Rapoport (1986). Para Rapoport (1986), o AP do predicado resultativo é projetado na posição de complemento, pois é um modificador do verbo e forma um predicado complexo com o verbo matriz.

Para Rothstein, os predicados resultativos ocorrem como filhos de V' devido à sua semântica: descrevem o resultado da ação denotada pelo verbo sobre o objeto do verbo.⁴⁵

⁴⁴ Para Lobato (2004, p. 145), a agramaticalidade dessas sentenças resultativas em inglês deve-se ao “acréscimo do predicado secundário, pois passa a haver incompatibilidade entre o caráter delimitado do predicado verbal [tético] e o não-delimitado do PP”, que seria o PP expresso em *for an hour*.

⁴⁵ Outra justificativa para a representação de predicados resultativos como filhos de V' poderia estar relacionada a estruturas com verbos causativos que selecionam SCs complementos verbais. Por exemplo, a sentença *O*

Considerando que o predicado resultativo e o verbo formam um verbo complexo, a atribuição de papel- θ ao NP não sofre interferência de nenhum outro item lexical. Isto é, o verbo e o adjetivo resultativo atribuem juntos um papel- θ ao NP. Uma evidência para essa análise seria a possibilidade de os predicados resultativos precederem os secundários orientados para o objeto quando aparecem juntos, pois os resultativos, de acordo com essa análise, são filhos de V' e os secundários, adjuntos a VP (PEREIRA, 2005, p. 45). Sendo assim, podemos supor que a leitura resultativa é consequência da posição dos adjetivos: isto é, independentemente da propriedade que o adjetivo expressar, o primeiro AP seria interpretado como resultativo. Entretanto, não é o que evidenciam os exemplos adaptados de Lobato (2004):

(104) (ok) João fabricou a cadeira *amarela torta*

(105) (ok) João fabricou a cadeira *torta amarela*

(106) (ok) João fabricou a cadeira *torta amarelíssima*

A sentença (104) pode ser interpretada de duas formas: (i) João fabricou uma cadeira que era amarela e era torta; e (ii) João fabricou uma cadeira que era amarela e ficou torta como resultado da fabricação, ou seja, a cadeira amarela foi fabricada torta. Na segunda interpretação, em que há a leitura resultativa, o predicado descritivo, constituído de um adjetivo que expressa propriedade física, *amarela*, é seguido por um predicado resultativo, constituído por um adjetivo que expressa propriedade relacional, *torta*. Dito de outra forma, o primeiro AP não é interpretado como resultativo, uma vez que está mais próximo do NP sobre o qual predica. Na sentença (105), há a inversão dos adjetivos: o adjetivo que expressa propriedade relacional (*torta*) antecede o adjetivo que expressa propriedade física (*amarela*). A sentença possui duas interpretações: (i) João fabricou uma cadeira que era torta e era amarela; e (ii) João fabricou uma cadeira torta e que acabou ficando amarela⁴⁶ como resultado dessa fabricação. Como podemos ver, mesmo com a inversão dos adjetivos, a leitura resultativa licenciada é a de que o último predicado (*amarela*) é o resultativo e o primeiro (*torta*), o descritivo. A sentença (106), em que o adjetivo de propriedade física aparece na

pedagogo deixou o aluno recalçado é considerada por Lobato (2004, p. 171) como um misto de construção causativa e resultativa. A sentença possui um verbo causativo que parece selecionar uma SC complemento, tendo como sujeito o DP *o aluno* e como predicado o VP no particípio *recalçado*. Entretanto, se pretendermos estender essa análise às demais estruturas com predicados resultativos, deveríamos, primeiramente, assumir que essas estruturas podem ser analisadas como SCs complementos com predicados verbais – posição que não é uniforme entre os gerativistas (ver seção 2.8), embora a tenhamos assumido aqui.

⁴⁶ Lembramos aqui que, apesar do adjetivo *amarela* expressar uma propriedade relacional e, em princípio, não poderia licenciar a leitura resultativa, a presença de dois adjetivos parece sobrepujar essa propriedade permitindo a leitura resultativa.

forma superlativa, parece confirmar a hipótese de que o último adjetivo é interpretado como resultativo. O fato de o predicado resultativo estar adjacente ao verbo não impede que o NP, que está entre o verbo e o predicado resultativo, tenha um adjunto. Como dissemos anteriormente, Lobato (2004, p. 162) conclui que, se o tipo de adjetivo parece ser uma característica essencial para termos uma leitura resultativa, então, a relação de predicação de propriedade física do indivíduo se estabelece necessariamente antes das relações estabelecidas pelo verbo. Assim, o NP e o primeiro AP são tratados como um só sintagma com uma leitura adnominal.

Chomsky (1981, 1986), por outro lado, argumenta que os predicados resultativos devem ser analisados como adjuntos, assim como todos os predicados secundários, apesar de ocuparem posição de complemento. Ele observa que, com relação ao movimento de constituintes, esses predicados comportam-se como complementos, ou seja, o DP aparece separado do AP. Embora esses predicados estejam semanticamente relacionados aos verbos com os quais ocorrem, podem ser retirados sem causarem agramaticalidade da sentença. Além disso, o fato de tais predicados não serem θ -marcados corrobora a condição de adjunto dos predicados resultativos. Isto é, o verbo atribui papel- θ ao NP separadamente, e não ao constituinte oracional que seria formado pelo NP e pelo AP resultativo. Nesse caso, os predicados resultativos seriam representados como SCs adjuntas.

A questão sobre representar uma estrutura com predicado resultativo ou como uma SC adjunta demonstra a necessidade de diferenciarmos entre interpretação resultativa e construção resultativa. Se afirmarmos que a interpretação resultativa é consequência de um predicado complexo formado pelo verbo e pelo predicado secundário, estamos aceitando que a interpretação é consequência de uma construção específica, a construção resultativa, que somente ocorre com determinadas classes semânticas de verbos e de adjetivos. Nesse caso, o verbo e o adjetivo resultativo atribuem juntos um papel- θ ao NP - ainda que haja a interferência de outro item lexical em adjunção ao NP. Mas se pendemos para a hipótese de que estruturas com predicados resultativos formam uma SC adjunta, assim como outras estruturas com predicado secundário, então, não há exatamente uma construção resultativa, mas uma interpretação resultativa, possível a partir de traços lexicais individuais dos verbos e adjetivos envolvidos. Logo, a atribuição de papel- θ da SC envolve apenas um item lexical, o AP, e a relação existente entre o AP e o PRO coindexado ao NP.

Analisaremos outras propriedades das SCs adjuntas quando a compararmos com as SCs complementos. Por ora, passamos à discussão sobre as últimas.

2.5 Sobre as SCs complementos

São analisadas como SCs complementos as SCs que constituem o argumento interno de determinados verbos. Como vimos acima, a sequência [João inteligente], em *Maria considera João inteligente*, forma uma SC complemento, pois sujeito (*João*) e predicado (*inteligente*) formam juntos um constituinte único que é selecionado como argumento interno pelo verbo.⁴⁷ Assim, o apagamento do sujeito ou do predicado daquela SC resulta na agramaticalidade da sentença:

(107) Maria considera [[João]_{NP} [inteligente]_{AP}]_{SC}

(108) *Maria considera [inteligente]_{AP}

(109) *Maria considera [João]_{NP}

O sujeito de uma SC complemento se caracteriza por ser regido e marcado com Caso – por isso, não pode ser uma ec como PRO (CHOMSKY, 1981, p. 107). A representação para uma SC complemento como na sentença *Maria considera João inteligente* é a que se segue:

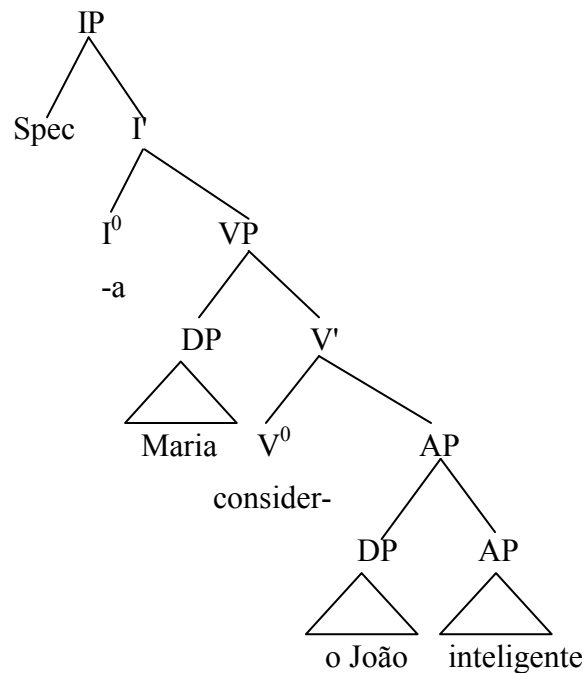
⁴⁷ No caso dos verbos de ligação, segundo Rothstein (1995, p. 43), alguns autores propõem que o verbo *be*, do inglês, exige uma estrutura de SC complemento e não atribui qualquer papel- θ a seu sujeito. Desse modo, quando a estrutura apresenta uma categoria lexical, como um adjetivo, há uma relação de predicação e o alçamento do sujeito θ -marcado da SC é obrigatório, atendendo assim ao Filtro do Caso. Já as construções que apresentam dois NPs referenciais expressando uma relação de identidade são representadas por outro tipo de estrutura, pois não atenderiam às exigências da predicação. Quando há dois NPs referenciais, o verbo subcategoriza um NP e o alçamento não acontece. Não há violação do Filtro do Caso, pois o Caso só é obrigatório para argumentos e os argumentos são θ -marcados ainda na DS. Para tanto, é preciso considerar que o verbo copular pode c-selecionar categorias que não constituem seus argumentos, pois, sendo tematicamente vazio, não há papel- θ para atribuir. A possibilidade de os verbos copulares serem tematicamente vazios poderia explicar o fato apontado em Safir (1983, p. 731) de que esses verbos permitem que categorias frasais ocupem a posição de sujeito – o que não é permitido por outros verbos. Entre essas categorias frasais, está a própria SC que atua como um NP honorário, pois também parece sofrer alçamento. Como mostram os exemplos abaixo (adaptados de SAFIR, 1983, p. 731), o fato de o verbo *ser* ter que aparecer no singular é evidência de que a SC complemento comporta-se como um NP honorário somente com verbos copulares (exemplo (i)), e com outros verbos, é preciso que estes estejam em concordância em número com o NP sujeito da SC (exemplos (ii) e (iii)):

(i) [Trabalhadores irritados com o pagamento]_{SC} é o tipo de situação que a campanha tentou evitar.

(ii) *[Trabalhadores irritados com o pagamento]_{SC} agrada ao sindicato.

(iii) [Trabalhadores irritados com o pagamento]_{SC} agradam ao sindicato.

(107') Maria considera João inteligente



Podemos dizer que parece existir uma restrição quanto ao tipo de verbo que ocorre com SCs complementos: apenas verbos que c-selecionam uma proposição selecionam SCs complementos, pois são verbos que exigem como argumento interno uma proposição, uma sentença, seja ela uma SC ou uma oração com tempo finito. De acordo com Stowell (1995, p. 285), quanto à oração *Maria considera João inteligente*, não se entra em uma relação direta com o estado de inteligência de João, mas, sim, em relação com a crença de Maria na proposição de que João é inteligente. Os verbos que permitem que SCs sejam seus argumentos internos parecem pertencer a cinco tipos de classes semânticas:

(i) *Verbos opinativos ou judicativos*: acusar, julgar, considerar, supor, achar, crer;

(110) O juiz julgou *a ré culpada*

(111) Creio num *Deus presente*

(ii) *Verbos volitivos*: querer, desejar, precisar, esperar;

(112) A Joana quer *o João de terno*

(113) Maria deseja *o João ganhando o prêmio*

(114) A revista precisa do *João acordado*

(iii) *Verbos perceptivos*⁴⁸: ver, notar, perceber, sentir e ouvir;

(115) O guarda viu *o prisioneiro sair*

(116) Delfim sentiu *o coração batendo*

(117) A mãe ouviu *o filho chorar*

(v) *Verbos causativos*: mandar, deixar, fazer;

(118) O pedagogo deixou *o aluno recalçado*

(119) O susto fez *a formanda cair*

(120) Mandei *o fotógrafo sumir*

(vi) *Verbos de nomear*: chamar, batizar, apelidar, classificar, etc.

(121) Os amigos chamam *Pedro de sábio*

(122) João nomeou *Maria sua herdeira*

(123) O professor classificou *o atraso como injustificável*

Além disso, esses verbos se diferenciam dos demais devido à marcação excepcional de caso (ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*). "A ECM se distingue da marcação canônica por envolver um núcleo que atribui Caso a argumentos de outro núcleo" (MIOTO *et al.*, 2005, p. 184). No caso das SCs complementos, o verbo da oração matriz não atribui papel- θ ao DP sujeito da SC, mas sim a toda a proposição que a SC constitui. Segundo Schein (1995, p. 51, grifos do autor), apesar de se posicionar contrário à estipulação de certos princípios sobre a SC, o princípio sobre a natureza do papel- θ é o que se segue: "O papel- θ atribuído é de *oração* ou *proposição*, exigindo uma sentença fechada". Por isso, as SCs complementos também são chamadas de *small clauses θ -marcadas*.

Esse DP recebe papel- θ de outro núcleo lexical, o adjetivo, que ocupa a posição de predicado dessa SC. Entretanto, esse adjetivo, apesar de atribuir papel- θ , não é capaz de atribuir Caso a esse DP, já que se trata de um nome. Esse DP, então, para atender ao Filtro do Caso, que prediz que todo DP pronunciado deve receber Caso, recebe Caso Acusativo do verbo da oração matriz. Podemos ver que o DP sujeito de SCs complementos recebe Caso Acusativo ao substituímos os DPs por pronomes:

⁴⁸ As estruturas com verbos perceptivos e causativos, como as que estão expostas acima, serão analisadas detalhadamente na seção sobre SCs verbais.

(124) Maria considera-o inteligente

(125) A Joana acha-o lindo

Vejamos mais detalhes sobre a SC complemento em comparação às SCs adjuntas na próxima seção.

2.6 Diferenças entre SCs adjuntas e SCs complementos

Pereira (2005) e Gomes (2006, p. 81-83) mostram que existem diversas propriedades que diferem SCs complementos e SCs adjuntas. São elas:

(i) *Noção de acarretamento*: Gomes (2006, p. 81) afirma que o acarretamento permite mostrar se o verbo matriz está selecionando como seu complemento uma estrutura oracional ou apenas um objeto direto. Assim, em orações com predicados secundários, há acarretamento: uma oração como *Encontrei o livro aberto* acarreta *Encontrei o livro*. Porém, em orações com SCs complementos, como *Maria considera João inteligente*, não há acarretamento: *Maria considera João inteligente* não acarreta *Maria considera João*.

(ii) *Interpretação dos adjetivos*: Como mostram Raposo e Uriagereka (1995, p. 179), o adjetivo que aparece na SC complemento atribui uma propriedade do tipo individual (*individual level*), isto é, os predicados dessa SC "são sobre" seu sujeito morfológicamente designado. Por exemplo, em *Maria considera João inteligente*, o sujeito da SC complemento, *João*, é escolhido no próprio evento (o evento de Maria considerar João inteligente) e o predicado, *inteligente*, atribui uma propriedade a esse sujeito. Raposo e Uriagereka (1995, p. 179) argumentam que esses predicados em algum sentido pragmático "são sobre" um argumento proeminente. Já o adjetivo que aparece nas SCs adjuntas atribui uma propriedade do tipo de estágio (*stage level*), isto é, os predicados "são sobre" o evento que introduzem. Nas sentenças *João partiu brabo* e *Maria comeu a carne crua*, os sujeitos das SCs adjuntas, *João* e *a carne*, não são escolhidos (isto é, selecionados pelos adjetivos), mas introduzidos como um dos participantes do evento que envolve a introdução de um evento no discurso. Assim sendo, as SCs complementos determinam uma interpretação *individual level* de seus adjetivos. Já nos predicados secundários, os adjetivos são interpretados como de *stage level* (GOMES, 2006, p. 82).

(iii) *Inserção da cópula*: Pereira (2005, p. 69) mostra que as SCs complementos, em (126) e (127), podem ser parafraseadas com a cópula *ser* antecedendo a sua estrutura, devido ao caráter *individual level* de seu predicado. SCs adjuntas, em (128) e (129), não admitem essa paráfrase – provavelmente devido à coindexação existente entre PRO e o NP objeto:

(126) Maria considera (ser) o João inteligente

(127) A Joana acha (ser) o João lindo

(128) * João partiu (ser) brabo

(129) * Maria comeu a carne (ser) crua

No capítulo anterior, dissemos que a diferença entre adjetivos com função sintática de predicativo e adjetivos com função sintática de adjuntos está na expressão de propriedade transitória dos primeiros. Considerando as possibilidades de paráfrases com o verbo *ser* (com propriedade duradoura), podemos dizer que, nas SCs complementos, a propriedade transitória expressa pelo predicado dessas SCs (classificado como *predicativo* pela GT) é menos evidente. Como se trata de uma proposição selecionada por um verbo judicativo, não poderíamos supor que essa propriedade fosse inerente àquele objeto. Nas SCs adjuntas, as paráfrases ocorrem com orações coordenadas que contêm o verbo *estar* (sentenças (130) e (131)). Em contraste, esse tipo de paráfrase não é possível para SCs complementos (sentenças (132) e (133)):

(130) João partiu e estava brabo

(131) Maria comeu a carne e a carne estava crua

(132) ??? Maria considera João e está inteligente / e que está inteligente

(133) ??? A Joana acha o João e está lindo / e que está lindo

(iv) *Oração encaixada com tempo finito*: Ainda em relação a paráfrases, construções com SCs complementos podem ser parafraseadas por uma oração encaixada com tempo finito, já que a seleção é de uma oração, seja ela uma SC ou uma estrutura oracional com marcas de Tempo e Aspecto (sentenças (134) e (135)). O mesmo não acontece com SCs adjuntas relacionadas ao sujeito (sentença (136)). No caso de SCs adjuntas relacionadas ao objeto, o sentido muda e o AP é interpretado como um adjunto: a carne já era crua antes de

Maria comê-la (sentença (137)). Notemos que as paráfrases de SCs complementos, são mais aceitáveis quando ocorrem com o verbo *ser*, e menos quando ocorrem com o verbo *estar*:

- (134) Maria considera João inteligente
 (134') Maria considera *que João é inteligente/ ? que João está inteligente*
 (135) A Joana acha o João lindo
 (135') A Joana acha *que o João é lindo/ que João está lindo*
 (136) João partiu brabo
 (136') *João partiu *que é brabo/*que está brabo*
 (137) Maria comeu a carne crua
 (137') *Maria comeu *que a carne é crua/*que a carne está crua*

(v) *A possibilidade de predicado DP*: Outra característica que diferencia as SCs complementos das adjuntas é a possibilidade de haver um DP na posição de predicado das primeiras, o que comprova que DPs são predicados de indivíduos (PEREIRA, 2005, p. 70). Desse modo, enquanto as SCs complementos aceitam um predicado DP (*Considero Maria uma doida*), SCs adjuntas não aceitam (**Encontrei Pedro um gênio*) (GOMES, 2006, p. 82-83). Comparemos as sentenças com SCs complementos em (138) e (139) abaixo com as sentenças com SCs adjuntos em (140) e (141):

- (138) Maria considera João nosso melhor amigo
 (139) A Joana acha o João um gato
 (140) *João comprou o carro quebrado nosso pai
 (141) * Maria comeu a maçã um minuto

(vi) *Diferenças na atribuição de papel- θ e de Caso*: Em uma SC complemento, um mesmo NP recebe papel- θ e Caso de núcleos lexicais diferentes: recebe papel- θ de seu predicado e recebe Caso do verbo da oração matriz. Já em uma oração com SC adjunta, como em *Maria comeu a carne crua*, o papel- θ e o Caso do NP objeto são atribuídos pelo mesmo núcleo lexical, o verbo, já que a SC forma o constituinte separado [PRO AP]. Em uma oração com SC adjunta cujo predicado é orientado para o sujeito, como em *João partiu brabo*, o papel- θ de [João]_{NP} é atribuído pelo verbo (e o seu complemento, quando houver) e o Caso pela morfologia flexional desse verbo.

(vii) *Tipos de SCs relacionadas*: SCs complementos (142 a 144) e SCs adjuntas (145 a 147) podem ser constituídas por outros tipos de predicados, além do nominal. Ambos os tipos de SCs admitem predicados verbais no gerúndio (143, 146) ou no particípio (144, 147). Entretanto, apenas SCs complementos podem ter predicados verbais no infinitivo (142) - SCs adjuntas não admitem predicados verbais no infinitivo (145):

- (142) O guarda viu [[o prisioneiro]_{DP} [sair]_{VP}]_{SC Compl}
 (143) Maria deseja [[o João]_{DP} [[ganhando]_{VP} [o prêmio]_{DP}]]_{SC Compl}
 (144) O pedagogo deixou [[o aluno]_{DP} [recalcado]_{VP}]_{SC Compl}
 (145) *Joana_i destruiu o carro [[PRO_i [bater]_{VP}]_{SC Adjunta}
 (146) Joana_i destruiu o carro [[PRO_i [batendo a porta]_{VP}]_{SC Adjunta}
 (147) Joana destruiu o carro_i [[PRO_i [batido]_{VP}]_{SC Adjunta}

De posse dessas informações sobre as SCs em relação à sua posição na estrutura argumental do verbo da oração matriz, nas próximas seções, apresentamos as SCs de acordo com a categoria lexical do item que constitui seu predicado. Por exemplo, as SCs que possuem como predicado um nome (um NP), com ou sem um determinante (um DP), ou que possuem como predicado um adjetivo, ou seja, o constituinte AP, serão denominadas *SCs nominais*; as SCs que possuem como predicado um verbo, um VP, serão denominadas *SCs verbais*; e as SCs que possuem como predicado uma preposição, isto é, um PP, serão denominadas como *SCs preposicionais*. Começamos com as SCs nominais.

2.7 SCs nominais

Chamamos de *SC nominal* o constituinte oracional que possui como predicado um nome, seja ele um substantivo (NP), encabeçado ou não por um determinante (um DP), ou um adjetivo (um AP). Estas podem ser chamadas de *SCs adjetivais* e constituem as SCs mais facilmente identificáveis, pois a predicação entre os dois itens, o AP e o NP (ou PRO coindexado a um NP) parece ser bastante clara. Contreras (1995), por exemplo, propõe uma divisão entre os predicados, em que apenas os predicados adjetivais e verbais constituem verdadeiras SCs.

Para Contreras (1995, p. 136-137), como os predicados adjetivais⁴⁹ e verbais possuem o traço [+V], as estruturas com predicados adjetivais e verbais possuem um sujeito e são domínios opacos para ligação. No caso de predicados adjetivais, o AP contém traços de seu sujeito. A existência de um sujeito⁵⁰ e de um domínio opaco⁵¹ seria evidenciada pela agramaticalidade das sentenças (149) e (151):

- (148) Nós consideramos [Maria orgulhosa]
 (149) *Nós_i consideramos [Maria orgulhosa com nós mesmos_i]
 (150) Nós consideramos [Maria_i orgulhosa consigo mesma_i]
 (151) *Nós consideramos [Maria_i orgulhosa com ela_i]

Em (148), temos um exemplo de uma estrutura com predicado adjetival. Em (149), a anáfora [nós mesmos] está ligada ao antecedente [Nós]. Segundo o Princípio A da Teoria da Vinculação, toda anáfora deve estar ligada ao seu domínio de vinculação. Se entendermos que a estrutura oracional [Maria orgulhosa de nós mesmos] constitui o domínio de vinculação da anáfora, seria nesse domínio que ela deveria estar ligada. Entretanto, em (149), essa anáfora está ligada a um elemento que se encontra fora desse domínio. Assim sendo, de acordo com a proposta de Contreras, a agramaticalidade de (149) é explicada pela presença de um NP que ocupa a posição de sujeito [Maria] na estrutura oracional [Maria orgulhosa com nós mesmos]. A presença desse sujeito bloqueia a ligação entre a anáfora [nós mesmos] e seu antecedente [Nós], pois mostra que há uma estrutura oracional onde a anáfora deveria estar ligada. Já a sentença (150) é gramatical, pois respeita a esse mesmo princípio. Assumindo com a posição de Contreras de que se trata de uma SC com predicado adjetival, essa SC constitui um domínio, e o sujeito [Maria] está ligada a uma anáfora, [si mesma], dentro desse domínio. A agramaticalidade em (151) (em que temos uma SC com predicado

⁴⁹ Contreras se refere adjetivos formados a partir de substantivos, como *orgulhosa* e *inteligente*. Isto é, o autor não está se referindo apenas a adjetivos formados a partir de verbos na sua forma participial, como *preocupada* ou *desajeitada*. Na seção 2.8, sobre as SCs verbais, apresentaremos a representação de verbos no participio como SCs verbais.

⁵⁰ A hipótese de que a presença de um sujeito constitua um domínio opaco é enfraquecida pelo fato de alguns dados sugerirem que a anáfora pode ser sujeito de outro constituinte oracional. É o que mostram as sentenças a seguir cuja gramaticalidade não parece ser discutível. Em (i) a anáfora *se*, sujeito da SC complemento [se inteligente], está coindexada ao constituinte *Maria*, que está fora do domínio de vinculação da anáfora. Já em (ii) a anáfora *se*, sujeito da SC complemento [se cantar na TV], está coindexada ao constituinte *Maria*, que também está fora do domínio de vinculação da anáfora:

- (i) Maria_i considera [se_i inteligente]_{SC compl}
 (ii) Maria_i viu [se_i cantar na TV]_{SC compl}

⁵¹ “O domínio de vinculação de α é o XP mínimo que contém α , o regente de α e

- (i) um sujeito que é distinto de α e que não contém α ; ou

adjetival cujo sujeito, [Maria], está ligado ao pronome) pode ser explicada, se admitirmos que há uma estrutura oracional que constitui um domínio de vinculação onde o pronome não poderia aparecer ligado a outro elemento.⁵²

Porém, quando os predicados apresentam o traço [-V], ou seja, no caso de predicados nominais com substantivos e preposições, não há bloqueio para anáfora - isto é, não haveria um sujeito bloqueando a ligação entre a anáfora e seu antecedente. Portanto, aos predicados nominais com substantivos e predicados preposicionais, Contreras (1995, p. 141) propõe a estrutura de um predicado complexo. Vejamos os exemplos adaptados de Contreras (1995, p. 141) de predicados com substantivos encabeçados por determinantes:

- (152) Nós consideramos Maria a nossa melhor amiga
- (153) Joana_i considera Maria a melhor amiga dela_i
- (154) As alunas_i consideram Maria a melhor amiga de cada uma_i
- (155) *Joana_i considera Maria a melhor amiga de si mesma_i
- (156) Joana considera Maria_i a melhor amiga de si mesma_i

Em (152), temos um exemplo de sentença com predicado [-V], que é [a nossa melhor amiga]. O exemplo (153) contém um pronome que, estando ligado apenas ao sujeito da sentença, não está ligado em um determinado domínio, daí a gramaticalidade da sentença. Em (154), a anáfora [cada uma] está ligada ao sujeito [as alunas], sujeito da oração.⁵³ Essa sentença parece mostrar que, ao contrário das sentenças de (148) a (151), não há um domínio, uma estrutura oracional, no qual a anáfora deveria estar ligada. Isto é, como afirma Contreras (1995, p. 136), a categoria regente para as anáforas contidas em (155) e (156) é maior do que a categoria apresentada nas sentenças de (148) a (151). Assim sendo, em (155), o predicado encaixado [-V] não possui sujeito, ou seja, [Maria] não é o sujeito de uma estrutura oracional. Entretanto, a sentença em (155), em que a anáfora está ligada ao sujeito da oração, não parece gramatical, contrastando com (156), em que a anáfora está ligada ao constituinte [Maria], que pode ser considerado o sujeito de um determinado domínio. Vejamos outro teste.

De acordo com Contreras (1995, p. 137), sentenças com predicados [+V], que constituiriam SCs, não podem sofrer *reconstrução*. Isto é, quando aparecem fronteados, os

(ii) a flexão que atribui Caso Nominativo para *α*.” (MIOTO ET AL., 2005, p. 230)

⁵² Asserções similares podem ser feitas em relação a estruturas cujos predicados são verbais. Essas asserções serão analisadas na seção sobre SCs verbais.

⁵³ Menuzzi e Simões (comunicação pessoal, 2009) lembram que “cada” pode ser analisado como um *floating quantifier*.

predicados carregam traços de seus sujeitos, o que inviabiliza que esses predicados apareçam ligados a anáforas. Essa hipótese colocaria SCs adjetivais e verbais em oposição a predicados preposicionais, [-V], em que a reconstrução parece ser possível. Vejamos como ficam os exemplos acima:

(148') [O quão orgulhosa de cada um_i] eles_i consideram a Maria?

(152') [O quão amiga de cada um_i] eles_i consideram a Maria?

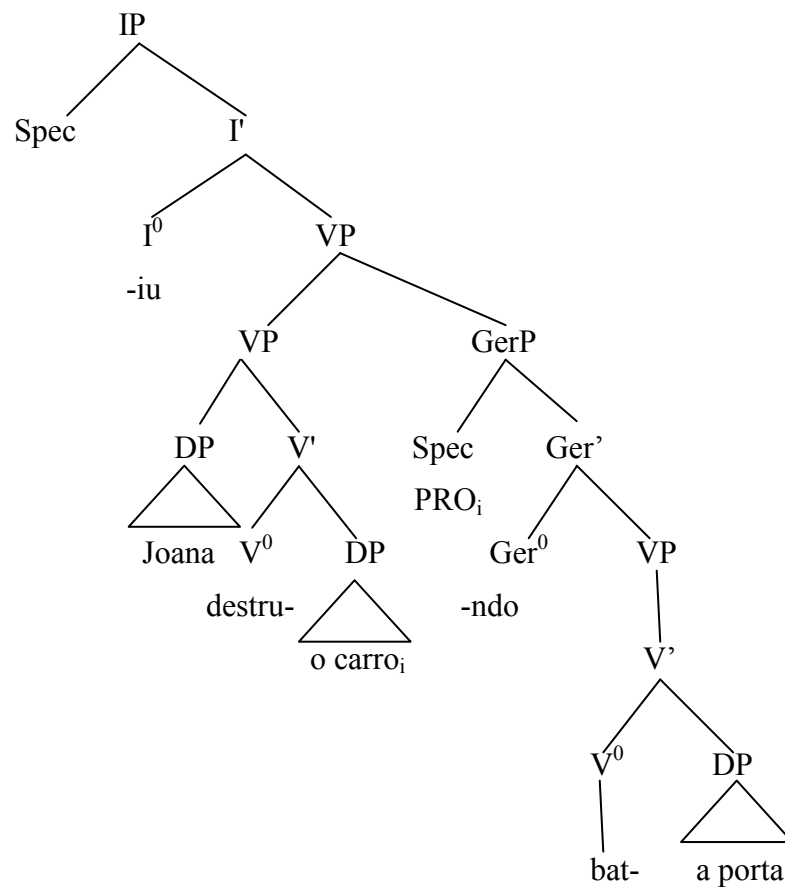
Se os predicados podem ser fronteados e ligados a anáforas, então, de acordo com Contreras, não se trata de SCs, pois os traços dos sujeitos não estariam presentes naqueles predicados. Entretanto, as duas sentenças acima parecem gramaticais, tanto (157), com predicado [+V], como (152), com predicado [-V], ainda que a aceitabilidade possa ser discutida. Diante desse contraste e por questões de generalidade, trataremos ambos os tipos de estruturas com predicado nominal como SCs nominais.

Passemos para a análise de SCs verbais.

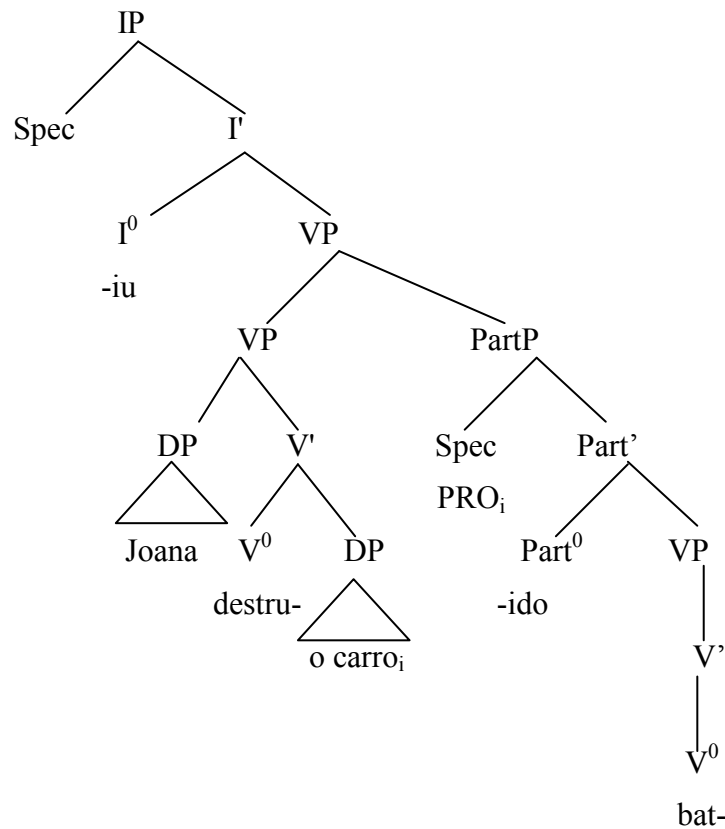
2.8 SCs verbais

Consideramos como SCs verbais as SCs que apresentam um verbo como predicado. Como dissemos na seção anterior, SCs complementos e SCs adjuntas admitem predicados verbais no gerúndio ou no particípio. Entretanto, enquanto SCs complementos podem ter predicados verbais no infinitivo, SCs adjuntas não os admitem. Ainda assim, as SCs adjuntas não parecem ter restrições quanto ao tipo de verbo com que podem ocorrer. Por isso, a estrutura da representação de SCs adjuntas não parece diferir dos demais tipos de SC, pois estão em adjunção ao VP da oração principal. PRO ocupa a posição de sujeito e recebe o papel- θ do verbo situado no VP, que, por sua vez, ocupa a posição de predicado. Vejamos a representação das SCs abaixo:

(157) Joana_i destruiu o carro [[PRO_i [batendo a porta]_{VP}]_{SC Adjunta}



(158) Joana destruiu o carro_i [[PRO_i [batido]_{VP}]_{SC Adjunta}



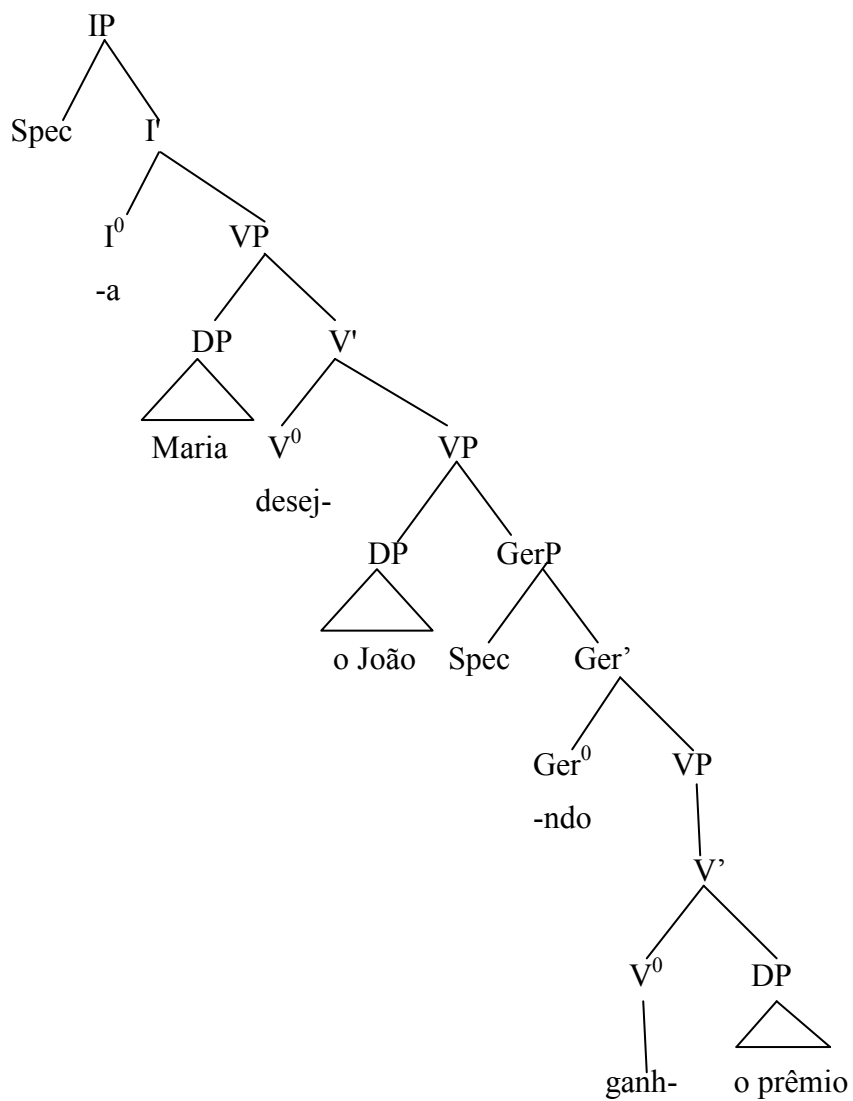
Começemos com a análise da segunda sentença.⁵⁴ Em (158), PRO, que está coindexado ao DP objeto [o carro], recebe papel- θ de *Tema* do verbo no particípio *batido*. Em (157), a atribuição de papel- θ e de Caso ocorre de uma maneira diferente. O verbo no gerúndio, *batendo*, atribui papel- θ de *Tema* ao DP [a porta] e Caso Acusativo ao mesmo DP. Já o PRO, sendo sujeito da SC, recebe papel- θ da mesma forma como os sujeitos de orações plenas: recebe papel- θ de agente do VP [batendo a porta]. Como ambos os verbos não apresentam a projeção de AgrP, não há atribuição de Caso Nominativo envolvida.

As SCs complementos com predicado verbal parecem poder ocorrer com os seguintes tipos de verbo, já mencionados anteriormente: volitivos, perceptivos e causativos. Assim como ocorre nas SCs adjuntas, as estruturas com SCs complementos com predicado verbal também não são diferentes de outros tipos de SCs: ocupam a posição de argumento interno do verbo, sendo DP, o sujeito, e VP, o predicado. Os verbos que c-selecionam essas SCs complementos atribuem Caso Acusativo ao NP, caso o verbo no infinitivo não apresente

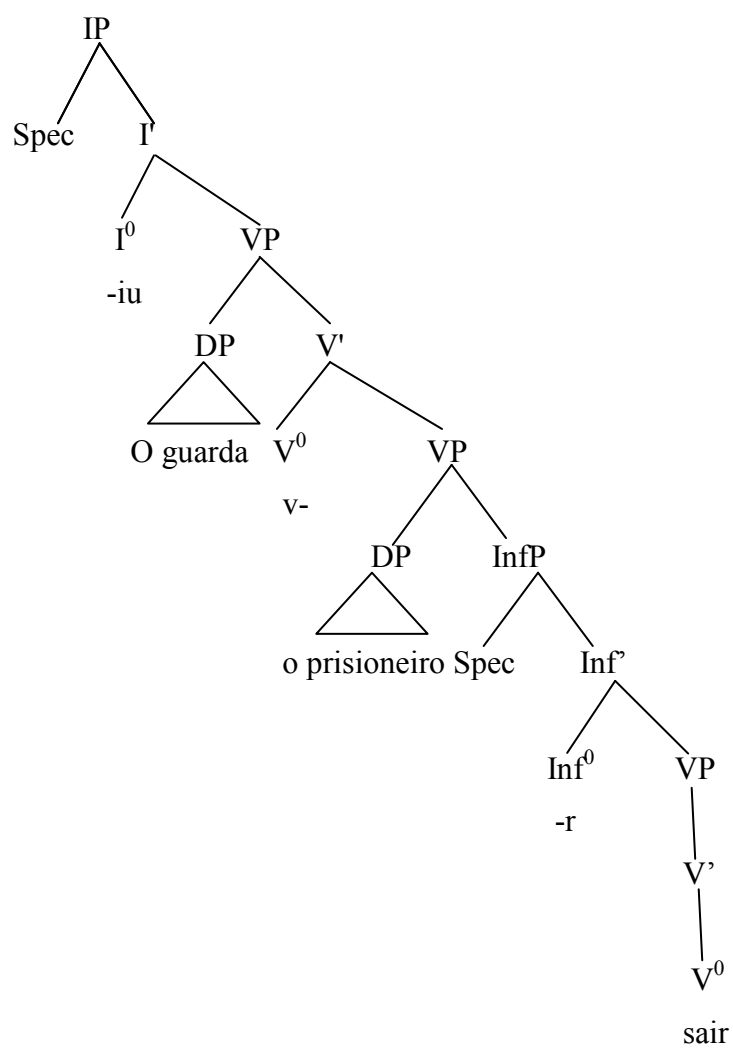
⁵⁴ Como podemos ver acima, as projeções funcionais que expressam o particípio do passado (PartP) e o gerúndio (GerP) aparecem dominando a projeção do VP – o que parece contribuir para a análise das SCs como constituintes oracionais, como será visto nas últimas seções deste capítulo.

IP, que congrega os traços [+Agr] e [+Tense], responsáveis por atribuir Caso Nominativo ao DP que o c-comanda. Vejamos a representação de alguns exemplos:

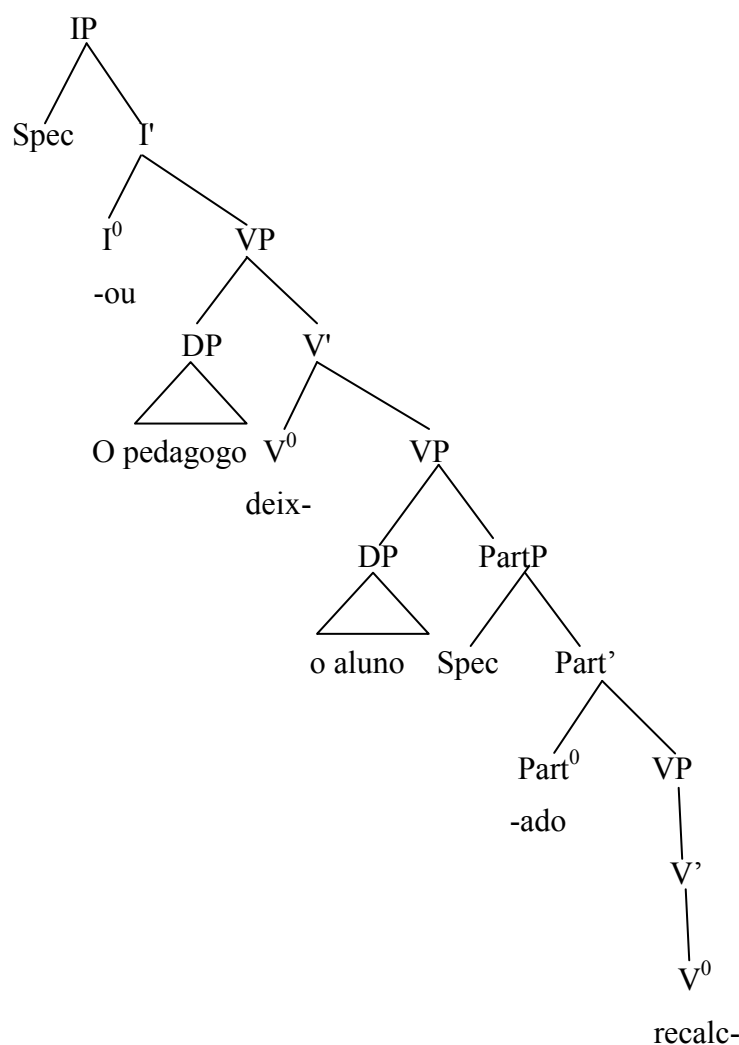
(159) *Maria deseja o João ganhando o prêmio*



(160) O guarda viu o prisioneiro sair

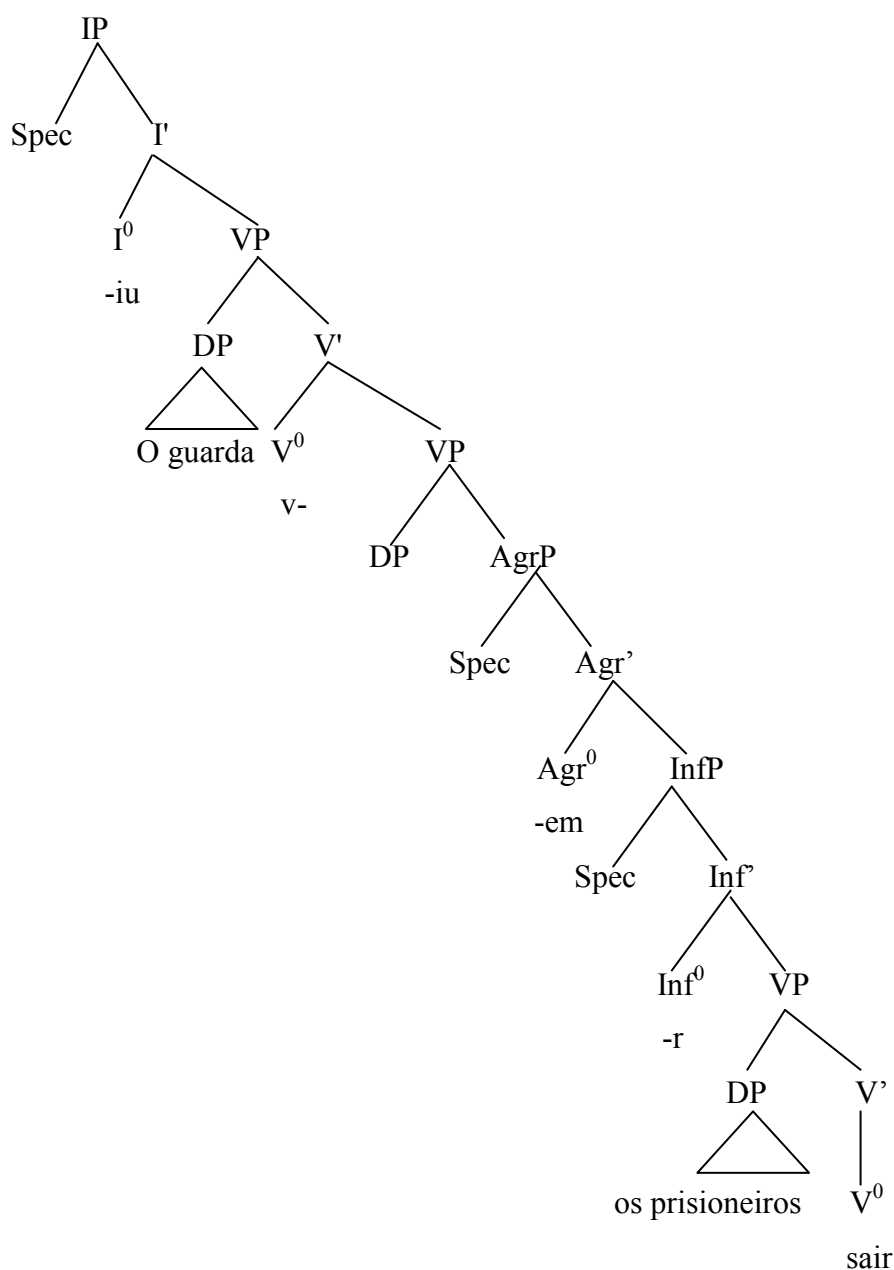


(161) O pedagogo deixou o aluno recalcado



Sobre as SCs verbais, cabe dizer que o português apresenta uma particularidade que aproxima a análise dessas estruturas como constituintes oracionais: a possibilidade de concordância no infinitivo. Essas estruturas foram analisadas como orações reduzidas de infinitivo no primeiro capítulo. Para essas sentenças, podemos propor a representação geral abaixo, em que a projeção de AgrP aparece dominando InfP, que, por sua vez, domina VP. Em SS, o verbo se movimenta primeiramente para Inf⁰, para adquirir a desinência de infinitivo, e, após, para Agr⁰, para adquirir a desinência de concordância número-pessoal, respeitando assim a Restrição de Movimento de Núcleo (HMC, do inglês *Head Movement Constraint*):

(162) O guarda viu os prisioneiros saírem



Duas características podem ser constatadas a partir dessa representação: (i) a atribuição de papel- θ é similar à das demais SCs verbais infinitivas: V⁰, *sair*, atribui papel- θ ao DP sujeito da SC, *os prisioneiros*; (ii) a atribuição de Caso, por sua vez, não é similar: com a presença de AgrP, o DP sujeito da SC recebe o Caso Nominativo, assim como os DPs sujeitos de orações plenas; e (iii) as projeções funcionais AgrP e InfP também fazem parte do predicado desse tipo de SC, ou seja, mesmo não havendo relevância do ponto de vista semântico, a presença dessas projeções parece ser crucial para atestarmos que o VP atua em

uma estrutura oracional separada, com sujeito e predicado próprios. Autores como Contreras (1995, p. 137) parecem admitir a mesma análise para as estruturas acima. Como mostramos na seção 2.4, Contreras (1995, p. 136-137), propõe que as SCs constituem domínios opacos para a ligação. Quando os predicados possuem o traço [+V], no caso de predicados verbais e adjetivais, o sujeito bloqueia a ligação de anáforas, o que parece favorecer a análise de que se trata de uma construção com uma SC. Nesse caso, as estruturas com predicados verbais possuem um sujeito e são domínios opacos para ligação. É o que podemos constatar nas sentenças abaixo:

(163) Nós vimos [Maria_i envergonhar-se_i]

(164) *Nós vimos [Maria_i envergonhá-la_i]

Nas sentenças (163) e (164), temos predicados verbais. Em ambas as sentenças, o NP [Maria] parece constituir o sujeito dentro de um determinado domínio. Em (164), a sentença é agramatical, pois o pronome aparece coindexado ao NP [Maria]. Em (163), a sentença é gramatical, pois temos uma anáfora ligada a um sujeito em um determinado domínio. Assim, podemos supor que o domínio em questão é uma SC.

Entretanto, nem todos os autores parecem aceitar a análise das sentenças acima como SCs verbais, como Miotto e colaboradores (2005). Os casos aqui identificados como de SCs gerundiais não são apresentadas como estruturas oracionais, mas estruturas que apresentam como projeção máxima GerP (exemplo (165)). Já quanto a SCs verbais infinitivas, os autores propõem uma análise diferenciada. Por exemplo, para a sentença *Maria viu os amigos rirem*, Miotto e colaboradores (2005, p. 189) propõem um CP vazio que c-seleciona um AgrP (exemplo (166)):

(165) A Maria [telefonou [[chorando]_{GerP}] VP] VP

(166) A Maria [viu [Ø [os amigos rirem] AgrP] CP]

Apesar das particularidades do infinitivo no português e da amplitude de nosso objeto de análise, a PC, assumiremos neste trabalho que as estruturas acima podem consistir exemplos de SCs verbais. Passemos neste momento para a análise das SCs preposicionais.

2.9 SCs preposicionais

São considerados exemplos de SCs preposicionais⁵⁵ construções cujo predicado é composto por uma preposição e um nome, que parecem atribuir, juntos, papel-□ ao seu sujeito, seja ele um DP ou NP, como nas SCs complementos, ou um ec, como nas SCs adjuntas.⁵⁶

(167) O professor classificou [[o atraso]_{DP} [como injustificável]_{PP}] SC compl

(168) Todos consideravam [[João]_{DP} [como um aventureiro]_{PP}] SC compl

(169) João chamou [[Joana]_{DP} [de santa]_{PP}] SC compl

(170) Eu fiz dois barcos_i [[PRO]_i [de papel]_{PP}] SC adjunta

(171) Maria_i saiu [[PRO]_i [de saia]_{PP}] SC adjunta

Seguindo a análise de Contreras (1995, p. 136), os predicados preposicionais e nominais não formam SCs, mas sim predicados complexos, pois não apresentam domínios opacos ou sujeitos. Por esse motivo, a inserção de anáforas ligadas a NPs externos a supostos domínios de vinculação, como SCs, não causaria a agramaticalidade dessas sentenças. Vejamos o que podemos atestar com os exemplos abaixo:

(167') (a) O professor_i classificou o atraso como injustificável para si mesmo_i

(b) ? O professor classificou o atraso_i como injustificável por si mesmo_i

(c) ? O professor_i classificou o atraso como injustificável para ele_i

(d) * O professor classificou o atraso_i como injustificável para/por ele_i

(168') (a) Matheus_i considerava João como um aventureiro para si mesmo_i

(b) Matheus considerava João_i como um aventureiro para si mesmo_i

(c) Matheus_i considerava João como um aventureiro para ele_i

⁵⁵ Lembramos que é o predicado da SC preposicional que possui uma preposição, e não o sujeito – desse modo, a estrutura da SC preposicional não pode ser confundida com a estrutura com predicativo do objeto indireto, tal como foi discutida no primeiro capítulo. Não encontramos na literatura sobre a teoria gerativa dados com predicativo do objeto indireto e, em princípio, não haveria restrições a esse predicativo, de acordo com essa perspectiva.

⁵⁶ Notemos que exemplos como o de (171), em que a predicação recai sobre o sujeito da oração do verbo matriz, podem ser analisados, de acordo com uma perspectiva tradicional, como adjuntos adverbiais, já que parece difícil considerar como um elemento predicador do sujeito [de moto] em *Maria saiu de moto*. A diferença entre uma construção e outra parece merecer uma análise mais extensiva, que não encontra espaço neste trabalho. Por isso, aqui entenderemos que estamos diante de SCs preposicionais.

- (d) ? Matheus considerava João_i como um aventureiro para ele_i
 (169') (a) João_i chamou Joana de santa para si mesmo_i
 (b) João chamou Joana_i de santa para si mesma_i
 (c) João_i chamou Joana de santa para ele_i
 (d) João chamou Joana_i de santa para ela_i

Como podemos ver nas sentenças acima, não parece haver uma uniformidade quanto à aceitabilidade de sentenças com uma anáfora ou um pronome ligado a um NP sujeito de uma possível SC. Para a sentença (167), quando a anáfora está ligada a um possível NP sujeito de uma SC (sentença (b)), a aceitabilidade é discutível. Por outro lado, quando o pronome está livre em um possível domínio de vinculação (sentença (c)), a aceitabilidade também parece ser discutível, embora a ligação de um pronome nesse domínio (sentença (d)) ateste a agramaticalidade da sentença – o que parece favorecer a análise de SCs preposicionais. É o que vemos na sentença (168), cuja aceitabilidade somente é discutível quando o pronome parece estar ligado a um NP no mesmo domínio – ou seja, uma SC. Já para a sentença (169), as sentenças correspondentes tanto com anáforas como com pronomes ligados parecem ser aceitáveis. Desse modo, nem sempre os NPs com predicados preposicionais podem constituir barreiras impedindo que a anáfora esteja ligada ao NP inicial sujeito da oração matriz - ou seja, nem sempre esses NPs constituem sujeitos.

Passemos a outro teste. De acordo com a análise de Contreras (1995, p. 137), sentenças com predicados preposicionais podem sofrer *reconstrução*. Segundo Sportiche (1990), não poderia haver reconstrução no caso das SCs devido à presença de um traço de sujeito no constituinte que foi topicalizado. Como não há sujeito com predicados preposicionais, é possível fazer a reconstrução. Isto é, quando aparecem fronteados, esses predicados não carregam traços de seus sujeitos, tornando possível que apareçam ligados a anáforas. Essa hipótese colocaria os predicados preposicionais em oposição a SCs adjetivais e verbais, em que a reconstrução não parece ser possível. Analisemos os seguintes exemplos:

- (167'') [O quão injustificável]_i o professor classificou o atraso t_i?
 (168'') [O quão aventureiro]_i todos consideravam Matheus t_i?
 (169'') [De quão santa]_i João chamou Joana t_i?

Para Contreras (1995, p. 137), a gramaticalidade das sentenças (167''), (168'') e (169'') acima pode ser explicada postulando-se que, de acordo com Sportiche, os predicados

fronteados não contêm o traço de um possível NP sujeito, ou seja, *o atraso, João e Joana*, nas sentenças acima. Desse modo, parece mais correto postular um predicado complexo para os casos de PC envolvendo predicados preposicionais. Vejamos o seguinte exemplo adaptado de Contreras:

(170) Maria quer João no comitê

(171) [Eles]_i querem os partidos no comitê [de cada um]_i

(172) Eles querem [os partidos]_i no comitê [de cada um]_i

Assim, se o pronome [eles] pode estar ligado ao DP mais abaixo, [um], então não há domínio opaco. Além disso, pode haver reconstrução no caso desses predicados complexos. Contreras propõe, então, que verbos como *considerar* selecionam dois DPs distintos independentes (e não uma SC, formada por dois DPs). O autor mostra que, se, por um lado, alguns constituintes podem ser analisados como SCs, por outro lado, existem restrições internas nesses constituintes para serem analisados como SCs. Isto é, embora a análise das SCs seja possível, ela não é uniforme. Mas como explicar que o mesmo verbo pode subcategorizar dois DPs independentes e uma SC ao mesmo tempo? A não ser que a hipótese seja de que verbos não selecionam SCs devido a uma informação lexical – a relação é sintática, assim como a relação constatada nos predicados resultativos.

Como vimos no primeiro capítulo, para a GT, o predicativo pode ser precedido pelas preposições (ou locuções prepositivas) *de, por, em* e *como*. Logo, a diferença entre sentenças com preposição e sem preposição não alteraria a função sintática dos predicativos. Sendo assim, se postularmos que predicados preposicionais compõem predicados complexos, então, teríamos que admitir que é a presença da preposição que garante a formação dessa estrutura e não permite que ali haja uma SC. Por outro lado, como podemos explicar o seguinte paralelismo?⁵⁷

(173) (a) Todos consideravam [[João]_{DP} [como um aventureiro]_{PP}]_{SC compl}

(b) Todos consideravam [[João]_{DP} [um aventureiro]_{DP}]_{SC compl}

(174) (a) João chamou [[Joana]_{DP} [de santa]_{PP}]_{SC compl}

(b) João chamou [[Joana]_{DP} [santa]_{NP}]_{SC compl}

⁵⁷ Além disso, esse paralelismo sintático poderá ser de grande valia para a representação de categorias flexionais em SCs nas seções seguintes, conforme a análise de Starke (1995).

Assim sendo, o paralelismo sintático, em que a retirada ou inserção da preposição não causam efeitos na gramaticalidade das sentenças, é apenas superficial, já que as estruturas em DS seriam diferentes.

Nas seções anteriores, analisamos as SCs sob dois pontos de vista: primeiramente, em relação à estrutura argumental do verbo da oração matriz (se SCs complementos ou adjuntas); após, em relação à categoria morfossintática do predicado. Entretanto, a análise de estruturas com PC pode ainda ser conduzida de outra forma dentro da abordagem gerativa. Na próxima seção, apresentamos duas perspectivas: a *Teoria da SC*, em que as estruturas acima podem ser analisadas como constituintes oracionais, e a *Teoria da Predicação*, em que as estruturas acima podem ser analisadas como predicados complexos.

2.10 As perspectivas de análise sobre a PC na abordagem gerativa

Segundo Cardinaletti e Guasti (1995, p. 2), a análise da construção do predicado complexo, [V NP XP_{pred}], tem sido abordada por dois pontos de vista, que não se excluem mutuamente. Nesta seção, trataremos dessas duas teorias, que parecem diferir basicamente quanto à existência de SCs como constituintes sintáticos.

Para a *Teoria da SC*, que está de acordo com os estudos desenvolvidos principalmente por Stowell (1983, 1995), a sequência [NP XP] expressa o mesmo tipo de relação de predicação semântica entre um predicado e seu sujeito encontrada nas orações plenas. Assim sendo, não havendo material morfológico que expresse tempo ou aspecto, a SC é considerada a mais simples das predicações sintáticas e precisa ser considerada um constituinte oracional em todos os níveis de representação, do componente sintático à Forma Lógica (LF), onde ocorre a atribuição de papel- θ . Dito de outra forma, para a teoria da SC, toda atribuição de papel- θ ocorre dentro de um determinado domínio, que é a oração. A oração é, portanto, nessa teoria, o único ambiente para a predicação. Isto é, a atribuição de papel- θ externo, que consiste em uma relação estritamente local, somente ocorre dentro dos limites da estrutura oracional (STOWELL, 1995, p. 273). Ainda de acordo com Stowell, em princípio, qualquer categoria XP pode conter uma posição de sujeito - o que torna possível estipular uma condição local para atribuição de papel- θ : um predicado nuclear X pode atribuir papel- θ de sujeito apenas para XP que ocupa a posição temática de sujeito dentro do XP.

Para a *Teoria da predicação* (que tem como expoentes BRESNAN, 1978; SCHEIN, 1995; e WILLIAMS, 1983, 1994), não existem SCs, pois a sequência [NP XP] não forma uma unidade sintática. A predicação pode ocorrer em outros ambientes sintáticos, além da oração. Por exemplo, um predicado pode atribuir um papel- θ próprio de seu sujeito argumental a outro NP que não é verdadeiramente seu sujeito sintático (STOWELL, 1995, p. 273). Diferentemente da teoria da SC, em que a sequência [NP XP] se comporta como um constituinte oracional em todos os níveis de representação, na teoria da predicação, o nível da LF é substituído por um nível com propriedades diferentes. Stowell (1995, p. 274) afirma que é difícil comparar as duas teorias, já que a teoria da predicação faz adaptações em muitos aspectos da TPP.

Segundo Williams (1994, p. 39), em *Thematic structure in syntax*, a predicação parece realmente ter a mesma localidade que a atribuição de papel- θ por um núcleo lexical. Entretanto, a predicação, segundo Williams, não está sujeita ao parâmetro da direcionalidade temática, já que em diversas línguas é o sujeito que segue o sintagma verbal (VP). Por exemplo, Williams afirma que a predicação adjunta, como ocorre na oração *Triste, João saiu*, em que o predicativo está precedendo o nome que modifica, permite a predicação em sentido inverso, embora esteja sujeita a restrições de localidade de atribuição de papel- θ (WILLIAMS, 1994, p. 39). Na mesma obra, Williams (1994, p. 102) não questiona a existência das SCs, mas defende que a classe de estruturas identificadas como *small clauses* não é homogênea, pois é composta por estruturas oracionais e por um feixe limitado de construções que envolvem os predicados complexos.

Além da abordagem de Stowell e de Williams, Chomsky (1980) propôs que não houvesse um constituinte formado pelo NP e por XP, o predicado desse NP. O NP é, segundo essa perspectiva, o argumento de um predicado complexo formado pelo verbo principal e aquele predicado, ou seja, o verbo da oração principal se combina com o predicado adjetivo para formar um predicado complexo. Sendo um predicado descontínuo, o predicado é movido para a direita do objeto através de mova- α . Segundo Pereira, o problema dessa abordagem é que não é explicado como a noção semântica de sujeito da predicação é expressa na estrutura sintática, já que a atribuição de papel- θ se dá em um domínio estritamente local (PEREIRA, 2005, p. 58). Porém, na obra de 1986, Chomsky defende que a relação estrutural entre sujeito e predicado de uma SC é idêntica ao sujeito e ao predicado de uma oração infinitiva, pois os infinitivos não possuem características morfológicas de tempo (não possui flexão) e, portanto, as SCs devem ser verdadeiros constituintes na DS. Essa abordagem parece estar mais próxima da abordagem de Stowell, que defende que uma SC é uma projeção máxima da categoria de

seu predicado. Assim, diversos tipos de XP (NP, VP, AP, PP) podem servir como *orações*, isto é, como *domínios do predicado*. Ainda assim, se aceitamos a hipótese da teoria da SC, uma questão surge: que tipo de categoria sintática a SC é? Stowell (1995, p. 274) distingue duas versões para tratar a estrutura de uma SC.

De acordo a *Versão-XP* da teoria da SC, defendida por Stowell (1981, 1983), uma SC é uma projeção máxima da categoria de seu predicado. O sujeito, porém, é sempre um DP, que ocupa a posição de especificador dessas projeções. Isso implica dizer que as categorias lexicais N, V, P e A também podem ter um sujeito, e não apenas as categorias funcionais. Outra versão para a teoria da SC é conhecida como *Versão-IP*, desenvolvida principalmente por Kitagawa (1985) e Raposo e Uriagereka (1990). Nessa versão, as SCs podem ser categorialmente idênticas a orações completas, com a diferença de que as primeiras têm uma ou mais categorias funcionais dominando o AP, por exemplo, uma categoria como IP ou AgrP (STOWELL, 1995, p. 274). Segundo Stowell, a Versão-IP está um passo à frente da Versão-XP, ao assimilar a estrutura de orações plenas à estrutura de small clauses.

Stowell também afirma que a Versão-IP pode se tornar correta, por outras razões que não a atribuição de papel- θ . Por exemplo, de acordo com Stowell (1995, p. 285), quanto à oração *Eu considero João inteligente*, não se entra em uma relação direta com o estado de inteligência de João; mas, sim, em relação com a crença na proposição de que João é inteligente. Assim, parece ser correta a afirmação de que SCs complementos de verbos proposicionais possuem pelo menos uma categoria funcional dominando a SC.

Nesta seção, verificamos as perspectivas de análise sobre as estruturas com PC. Dessa discussão, damos atenção a dois aspectos. Primeiramente, vimos outra interpretação dessas estruturas, em que não constituem um elemento oracional, já que a atribuição de papel- θ poderia ocorrer em outros contextos, além da oração – notadamente, a análise da *Teoria da Predicação*. Em segundo lugar, a aceitação da SC como um constituinte oracional, mas, diferentemente do que o nome *small clause* sugere, a projeção pode ser bastante complexa, tanto quanto a de orações plenas, com a presença de determinadas categorias funcionais. Desse modo, as próximas duas subseções são dedicadas à análise desses fatos. Começamos com abordagem tomada por Williams (1983, 1994).

2.10.1 Da Teoria da Predicação: as small clauses segundo Williams (1983, 1994)

Em 1983, Williams publicou o artigo denominado “Against small clauses”. Neste artigo, o autor não apenas questiona a estipulação de SCs, mas discute alguns argumentos que servem de base para a descrição proposta pela TPP, como o Princípio de Projeção. Primeiramente, Williams investiga a possibilidade de complementos dos verbos destacadas abaixo serem oracionais ou não a partir da definição de sujeito adotada:

(175) João *considera* Bill doente

(176) João *parece* doente

Segundo Williams (1983, p. 288), é a diferença na definição de sujeito que distingue a *Teoria da SC* e a *Teoria da Predicação*. A *Teoria da SC* tem como mote a noção de que “todos os sujeitos são sujeitos estruturais”, mesmo os sujeitos de SCs. Desse modo, se a definição estrutural de sujeito é adotada, como [NP, S], então, esses complementos podem ser considerados oracionais. Na *Teoria da Predicação*, Williams apresenta uma definição diferente, na qual o sujeito passa a ser entendido como aquele que ocupa a posição de argumento externo de uma projeção máxima. Isto é, prevalece a noção de “sujeito como argumento externo”. A noção de *sujeito* passa a ser entendida a partir da relação estabelecida entre um NP e um sintagma predicativo: o sujeito de um sintagma predicativo é o seu argumento único que está localizado fora da projeção máxima desse sintagma (WILLIAMS, 1983, p. 287). Essa noção, ao lado da *Estipulação VP*⁵⁸ (apenas VP aparece na posição vazia da regra de base para a oração $S \rightarrow NP \underline{\quad}$), barra as SCs nucleares, ou seja, SCs tematicamente dependentes, que não podem ter PRO como sujeitos (SCs complementos). Isto é, não são aceitas as estruturas em que o NP sujeito não está contido na projeção do sintagma, pois a relação *sujeito de* somente pode ser estabelecida a uma projeção máxima na qual o sujeito seja argumento externo.

De acordo com essa análise, nas sentenças (175) e (176), poderíamos dizer que em *Eu considero João doente*, João é o sujeito de *doente*, pois o NP *João* ocupa a posição de argumento externo do AP *doente*. Assim, não há a necessidade de se estipular uma estrutura

⁵⁸ Segundo Williams (1983, p. 291), trata-se de uma estipulação *ad hoc* que elimina por completo a possibilidade de análise de SCs na *Teoria da Predicação*. Assim expõe o autor: “Only VP appears in the underlined position in the base rule for S: $S \rightarrow NP \underline{\quad}$ ”.

oracional que domina o NP e o AP e que constitui, por sua vez, o argumento interno do verbo da oração matriz, isto é, um elemento oracional que domina *João* e *doente*. Porém, como o próprio Williams afirma, as duas noções de sujeito, a estrutural e a que o coloca como argumento externo, estão relacionadas. Ainda que sejam definidas diferentemente, podemos apontar os mesmos elementos como *sujeitos*.

Lembramos aqui que a estipulação de SCs assegura que o Critério- θ e Princípio de Projeção não sejam violados. Portanto, para que não haja violação do Critério- θ , Williams propõe uma restrição a esse critério e introduz a noção de *complexo argumental*, reproduzidas abaixo⁵⁹:

(i) *Complexo argumental*: Um complexo argumental consiste em um predicado, seus argumentos, os argumentos de seus argumentos, e assim por diante.

(ii) *Critério- θ restrito* (restrito a complexos argumentais): Em um complexo argumental, cada sintagma recebe apenas um único papel- θ .

Desse modo, as estruturas que aparecem nas sentenças (175) e (176) podem ser representadas como mostramos abaixo:⁶⁰

(175') João_i [considera_i Bill_j [doente]_{APj}]_{VPi}

(176') João_i [parece₀ [doente]_{APi}]_{VPi}

Em (175'), o NP *John (João)* recebe papel- θ externo do verbo *consider* (*considerar*), e de nenhum outro predicado, e o objeto, *Bill*, recebe papel- θ do adjetivo e de nenhum outro (WILLIAMS, 1983, p. 300). Em (176'), o NP *John (João)* está coindexado ao AP *sick (doente)* e recebe papel- θ externo deste AP e de nenhum outro predicado. Esse tipo de estrutura, de acordo com a análise de Williams (1983, p. 300), seria originado a partir do próprio Critério- θ , pois, não havendo NP como argumento externo de AP para receber papel- θ , o único recurso seria o argumento externo verticalmente ligado. A indexação faria a ligação

⁵⁹ De acordo com o autor: "(44) *Argument Complex*: An argument complex consists of a verb (or any other predicate), its arguments, its arguments' arguments, and so forth. (45) *The Restricted Theta Criterion* (restricted to argument complexes): In an argument complex, each phrase is assigned only one theta role" (WILLIAMS, 1983, p. 300, grifos do autor).

⁶⁰ Chamamos a atenção para a indexação utilizada nesses exemplos. Na *Teoria da Predicação*, sujeitos e predicados, assim como um sintagma e seu núcleo, devem estar coindexados. E quando um núcleo lexical não possui um argumento externo, como os verbos *parecer* e *seem*, o índice θ é atribuído a esse núcleo.

entre um e outro constituinte. Quanto à PC com predicados verbais, Williams, no mesmo artigo, propõe a seguinte análise:

(177) $Eu_i [v_i \text{ o João}_j [\text{sair}]_{VP_j}]_{VP_i}$

(178) $Eu_i [fiz_i \text{ o João}_j [\text{sair}]_{VP_j}]_{VP_i}$

Em (177), o VP *sair* atribui papel- θ ao DP *João*, categorias que estão coindexadas. O mesmo acontece em (178). Quanto a SCs adjuntas nominais, Williams propõe a seguinte representação:

(179) $Maria [comeu \text{ a carne}_i \text{ crua}_i]_{VP}$

(180) $João_i [partiu_i \text{ sozinho}_i]_{VP_i}$

Para a sentença (179), Williams explica que o DP receberia dois papéis- θ : um papel- θ interno do VP e outro externo do AP. Ainda assim, o Critério- θ não é violado, pois AP e VP, os elementos atribuidores de papel- θ , não formam um complexo argumental, já que o AP não é argumento do VP e forma sozinho um complexo argumental. A sentença em (180) pode receber explicação semelhante. O DP *João* recebe dois papéis- θ , um do VP e outro do AP, mas não há violação do Critério- θ , pois o VP e o AP juntos não formam um complexo argumental.

A definição mais conhecida de Critério- θ e a inserção de PRO, para Williams (1994, p. 28-29), seriam alternativas para não violar o Critério- θ , mas não seriam suficientes para impedir que argumentos diferentes do mesmo predicado atribuam papel- θ . A sua proposta é uma tentativa de impedir que verbos como *parecer* atribuam um papel- θ a um NP alçado à posição de sujeito. De modo a esclarecer essa posição, analisemos os exemplos abaixo, em que os papéis- θ estão coindexados aos itens que os recebem:

(181) $*João_j \text{ recomendou } Maria_i$

(Agente_j, Tema_i, Meta_i)

(182) $*João_i \text{ pareceu sair}$

(Agente_i, Agente_i)

(183) $João_i \text{ partiu sozinho}$

(Agente_i, Agente_i)

Em (182), o segundo predicado, *sair*, é argumento do primeiro, *parecer*. Havendo essa relação, há a formação de um complexo argumental, onde apenas um papel- θ pode ser atribuído, de acordo com a restrição de Williams. E, na oração (183), *João* recebe um papel- θ tanto do verbo *partir* como do AP *sozinho*, ou seja, o NP recebe papéis- θ de dois predicados diferentes que não possuem nenhuma relação entre si – daí a gramaticalidade dessa sentença. Por outro lado, em (181), dois papéis- θ são atribuídos pelo mesmo predicado, o verbo *recomendar*, o que causa a agramaticalidade da sentença. Diferentemente da *Teoria da SC*, em que a noção de oração é a noção básica, para a *Teoria da Predicação*, a relação sujeito-predicado é básica, sendo a noção de oração derivada dessa relação. Não apenas a noção de sujeito é distinta na *Teoria da Predicação*, mas a própria noção de *predicado*. Este é definido em termos de opacidade: predicados são opacos. Assim, a agramaticalidade da sentença abaixo é explicada pelo fato de o reflexivo estar livre no AP predicado:

(184) *João_i considera Maria_j [braba consigo_i]_{AP}

Williams também defende que a sua proposta é compatível com o Princípio de Projeção, diferentemente do que teria sido expresso por Chomsky (1981). Por exemplo, de acordo com Williams (1983, p. 307), a LF da sentença *Eu considero João inteligente* seria:

(185) Eu [considero [[João]_{NP} [inteligente]_{AP}]_S]_{VP}

Como vimos anteriormente, segundo Chomsky (1981, p. 33), essa LF violaria o Princípio de Projeção, pois as possibilidades de atribuição de papel- θ e de subcategorização do verbo *considerar* são diferentes das que constam no léxico. Porém, para Williams (1983, p. 307), se considerarmos que o complemento de *considerar* seja uma unidade semântica que corresponde a um constituinte sintático formado pelo sujeito e pelo seu predicado, sem haver necessidade de inserir um nó de sentença na LF (como a SC) para refletir a unicidade entre o sujeito-predicado, podemos dizer que a sentença acima é possível em LF e que não viola o Princípio de Projeção. Como a Teoria da Predicação admite a relação sujeito-predicado como primitiva, a oração é uma instanciação dessa relação, podendo ser sintagmas oracionais outras categorias, como o próprio NP, o PP e o VP. Assim, não há necessidade de se estipular um constituinte oracional como a SC para representar essa unicidade.

Porém, no trabalho de 1994, Williams admite a possibilidade de SCs, mas observa que os exemplos analisados como SCs não fazem parte de uma classe homogênea: é composta

por verdadeiras estruturas frasais e por um conjunto limitado de construções que envolvem predicados complexos. Trata-se, segundo Williams (1994, p. 102), de predicados complexos formados por uma regra lexical – ou seja, um processo bem diferente do que envolve uma SC. Além disso, para as SCs complementos, Williams propõe que verbos como *considerar* sejam analisados como verbos triádicos, isto é, como predicados de três lugares. Por exemplo, na sentença (186) abaixo, a minha consideração é sobre João, e na sentença (187) é sobre Maria, e nenhuma das duas sentenças é ambígua:

(186) Eu considero João similar a Maria

(187) Eu considero Maria similar ao João

Ainda sobre as SCs complementos, Williams (1994, p. 84) compara o papel desses verbos em suas projeções máximas e o papel que a categoria Infl desempenha na oração: “eles unem sujeito e objeto”, com a diferença de que os verbos possuem conteúdo semântico, o que não muda essa similaridade formal. Di Sciullo e Williams (1986) indicaram que algumas construções consideradas como SCs poderiam aparecer na sequência *verbo-predicado-NP*. Vejamos os seguintes exemplos (adaptados de WILLIAMS, 1994, p. 103):

(188) John wiped the table clean

(189) John wiped clean the table

(190) *John considers clean the table

(191) John considers the table clean

(192) John considers clean any table with a reflectant surface

As sentenças (188) e (189) parecem ter sido originadas a partir de uma regra lexical, aparentemente específica do inglês, que deriva um predicado complexo ao adjungir um V^0 com uma preposição ou um adjetivo. Essa regra seria puramente lexical, pois os elementos do constituinte não podem ser sintaticamente complexos e a unidade derivada possui propriedades características de itens lexicais: pode atribuir Caso, pode ser referencialmente opaco, pode ser nominalizado (*the wiping clean the table*), etc. Entretanto, Williams (p. 104) propõe que essas estruturas também sejam analisadas como SCs, pois não seria uma unidade lexical a sentença em que, na sequência *verbo-predicado-NP*, o predicado é ele mesmo complexo, como em *I wiped [very clean] the table. Uma vez que nessas estruturas há a possibilidade de haver um sintagma predicativo complexo (formado com

adjuntos adverbiais, por exemplo), que não pode aparecer antecedendo o sujeito, então, estamos diante de SCs, e não de predicados complexos formados lexicalmente. Já as sentenças (190), (191) e (192) não estariam sujeitas a essa regra, já que envolvem verbos que selecionam como complemento uma estrutura oracional. Desse modo, aceitando a hipótese das SCs, não parece ser possível haver predicados complexos com verbos que selecionam um complemento oracional.

Vejamos exemplos do PB compatíveis com os exemplos de Williams (1994, p. 103). Começemos com três construções consideradas resultativas (exemplos (193), (194) e (195)), similares às sentenças (188) e (189), de Williams. Para compararmos as sentenças (190), (191) e (192), propomos as sentenças (196) e (197). Em seguida, vejamos se SCs adjuntas estariam disponíveis à mesma regra, com a análise da sentença (198):

- (193) Ele desenhou o círculo *torto*
- (193') Ele desenhou *torto* o círculo
- (194) Deus criou os homens *fracos*
- (194') Deus criou *fracos* os homens
- (195) Ele pintou a casa *bem amarelinha*
- (195') ? Ele pintou *bem amarelinha* a casa
- (196) João considera a mesa *limpa*
- (196') João considera *limpa* a mesa/**mesa*
- (197) ? O juiz julgou a arguição do candidato *péssima*
- (197') O juiz julgou *péssima* a arguição do candidato
- (198) Maria comeu a carne *crua*
- (198') Maria comeu *crua* a carne

Podemos identificar nas sentenças acima duas características quando há a sequência *verbo-predicado-NP*: (i) algumas construções resultativas podem apresentar um grau menor de aceitabilidade, como na sentença (195'); e (ii) construções com SCs adjuntas e com SCs complementos parecem poder aparecer livremente nessa sequência. Apesar dessa possibilidade, não podemos sustentar a hipótese de que uma regra de formação de predicados complexos atue nas estruturas do PB, uma vez que a unidade que seria formada por essa regra não teria as características lexicais identificadas nas construções resultantes em inglês, como a nominalização. É o que mostram os exemplos abaixo:

- (193'') O desenho torto do círculo
- (194'') A criação fraca dos homens
- (195'') A pintura bem amarelinha da casa
- (196'') A consideração limpa da mesa
- (197'') O julgamento péssimo da arguição
- (198'') A comida crua de Maria

Apesar de gramaticais, a nominalização dessas estruturas parece impedir a leitura do AP como predicado do NP, mas sim como uma atribuição ao verbo nominalizado. Por esse motivo, não podemos considerar que aquela regra atue no português. Admitindo, portanto, que essas estruturas são melhor descritas através de SCs, passemos para a próxima seção, em que discutimos a questão sobre a projeção de categorias flexionais em SCs.

2.10.2 Da Teoria da SC: categorias flexionais na projeção de SCs

Neste capítulo, vimos que SCs são constituintes que apresentam uma relação de predicação e são geralmente representadas como a projeção máxima da categoria lexical de seu predicado. Então, o que é entendido como adjunto ou complemento de um VP é, de acordo com a sua representação, a categoria do predicado onde se estabelece uma relação de predicação: AP, NP, DP, PP ou mesmo VP. Entretanto, algumas evidências sugerem que, apesar de não apresentarem material morfológico próprio de orações plenas, as SCs são constituídas de pelo menos uma categoria funcional.

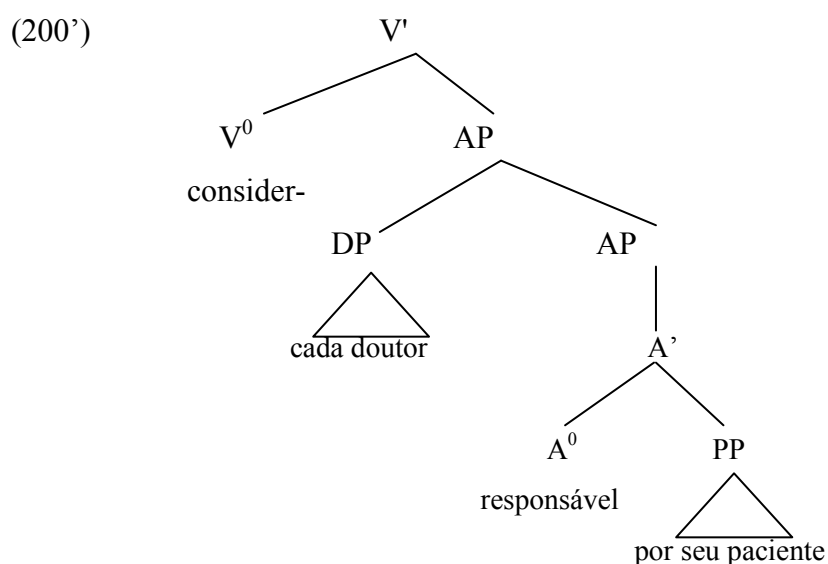
Contreras (1995, p. 138), assume que existe uma projeção funcional dominando imediatamente SCs com predicados AP e VP. Essa posição funcional é hipotetizada a partir dos fatos de reconstrução estudados por Sportiche (1990), que sugeriram que, no nível da SS, o sujeito da SC ocupa uma posição externa a essa SC. Os efeitos de reconstrução indicam que, quando aparecem fronteados, os predicados carregam traços de seus sujeitos, o que inviabiliza que apareçam ligados a anáforas ou que sejam extraídos. Assim, em SS, o sujeito de uma SC move-se para uma posição de Spec dessa projeção funcional, onde lhe é atribuído Caso pelo verbo da oração matriz. Portanto, parece-nos que essa projeção funcional está estipulada a partir da possibilidade de o verbo da oração matriz atribuir Caso Acusativo ao sujeito de SCs complementos. Outras justificativas para postular essa projeção funcional dominando

imediatamente a SC parecem surgir da assimetria entre quantificadores e pronomes. Vejamos os exemplos abaixo (adaptados de CONTRERAS, 1995, p. 139).

(199) Eu considero *seu* doutor responsável por *cada* paciente

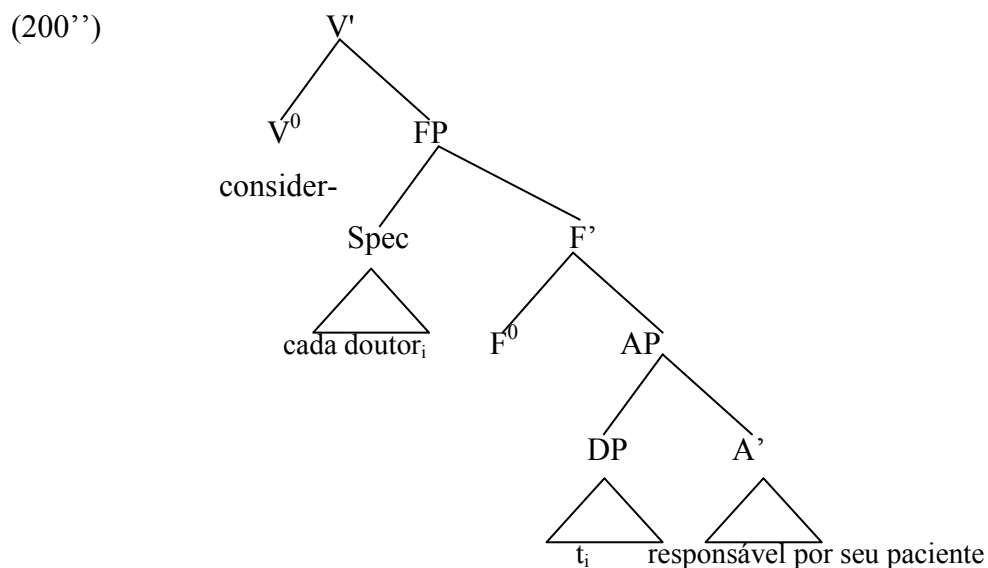
(200) Eu considero *cada* doutor responsável pelo *seu* paciente

Os estudos atuais assumem que um pronome somente é interpretado como variável se for c-comandado por um quantificador na LF. Em (199), o pronome *seu* não possui uma interpretação de variável ligada: temos duas leituras relacionadas à quantidade de pacientes, em que ou há apenas um doutor x responsável por um paciente ou um doutor responsável por vários pacientes. Porém, em (200), temos uma situação diferente. Podemos ter duas leituras: na primeira, o pronome *seu* pode ser interpretado como relacionado a um paciente desse doutor; na segunda, o pronome está relacionado a um paciente de outro doutor. Portanto, para que o pronome seja interpretado como uma variável, ou seja, de acordo com a primeira e a segunda leitura, seria necessário que o quantificador *cada* estivesse em uma posição que possa c-comandar o pronome. Se postularmos, de acordo com os estudos de Stowell, que *cada* está na posição de sujeito de uma SC, não teríamos uma relação de c-comando e não poderíamos interpretar o pronome como uma variável:



Por outro lado, se postularmos que há uma categoria funcional (representada abaixo como FP, para *projeção funcional*) dominando a projeção da SC, então poderíamos

reconhecer uma relação de c-comando entre o quantificador e o pronome. Logo, o pronome teria a interpretação de variável ligada:



Diante desses dados, que tipo de categoria funcional poderíamos estipular para a projeção de uma SC? Uma projeção de InfP, de AgrP, de TP (Sintagma de Tempo, de *Tense Projection*) ou de AspP (Sintagma de Aspecto, de *Aspect Projection*)? Cardinaletti e Guasti (1995, p. 13) fazem uma asserção similar à de Contreras sobre a posição do quantificador e parecem admitir que a projeção de AgrP domina a projeção de SC. Por exemplo, para o caso das SCs adjetivais, os estudos sobre *floating quantifiers* (quantificadores flutuantes), como *todo(as)s* e *ambos(as)*, admitem que estes marquem a posição interna do sujeito de AP, ou seja, SpecAP. Desse modo, os sujeitos de SCs adjetivais nascem na posição de especificador da projeção lexical AP, mas movem-se para a posição de especificador de AgrP.

Já quanto à projeção de TP, Cardinaletti e Guasti (1995, p. 14) afirmam que essa parece não estar presente em SCs adjetivais, em contraste com orações plenas. Uma maneira de comprovar a ausência dessa projeção é a impossibilidade de haver modificação temporal na oração. Em orações plenas, como a projeção TP está presente, é possível que haja a presença de outro advérbio de tempo na oração encaixada, o que permite a mudança temporal, como na sentença abaixo:

(201) Hoje considero que João estava doente ontem

Assim, como os exemplos de Cardinaletti e Guasti (1995, p. 14) demonstram, a SC adjetival não apresenta a projeção TP, já que a presença de um advérbio de tempo causa a agramaticalidade da sentença:

(202) *Hoje considero João doente ontem

Sobre as SCs com outros tipos de predicados, podemos fazer as mesmas afirmações. Em (203a), temos uma SC preposicional, em (204a), uma SC verbal, e em (205a), uma SC nominal. Essas SCs parecem ser dominadas por uma projeção funcional (como mostra a interpretação do pronome c-comandado por um quantificador nas sentenças em (a)), mas que não está relacionada a uma projeção de tempo, como TP ou AspP (como mostram as sentenças em (b)):

(203) (a) O professor classificou cada atraso como injustificável para seu aluno

(b) *Hoje o professor classificou o atraso como injustificável ontem

(204) (a) O guarda viu cada prisioneiro saindo com seu uniforme

(b) *Hoje o guarda viu o prisioneiro saindo com seu uniforme ontem

(205) (a) Maria considera cada aluno um bom amigo seu

(b) *Hoje Maria considera o aluno um bom amigo seu ontem

Starke (1995, p. 248), por sua vez, defende que SCs são CPs (do inglês *complementizer phrase*), que não apenas contêm uma projeção funcional, mas todo o conjunto de projeções funcionais. Segundo o autor, as SCs não apenas não fornecem evidência para variação de construções particulares, mas provam a hipótese contrária, a de que todas as estruturas sintáticas são construídas a partir de um único tipo de *oração*, independentemente da natureza categorial do predicado ou do tipo de construção. Assim sendo, SCs não são orações pequenas, mas completas, com determinadas posições vazias. Essa análise está baseada na observação de estruturas como as seguintes (exemplos adaptados de STARKE, 1995, p. 248):

(206) Maria chama João *de* covarde

(207) Maria trata João *como* covarde

(208) Eu tomo João *por* idiota

(209) Eu considero João *como* um vencedor

(210) Eu considero João *como* inteligente

Atentemos para as partículas *de*, *por* e *como* nas sentenças acima: as partículas se comportam como preposições funcionais (ocorrem sistematicamente como o elemento mais alto de sua oração ou uma projeção estendida). Por isso, Starke (1995, p. 240) as analisa como unidades sintáticas independentes e selecionadas pelo verbo. Isto é, essas preposições funcionais atuam como complementizadores. Dessa forma, as partículas de SCs formam um constituinte com o predicado. Esse constituinte é um CP e o predicado é uma cópula nula, a qual será representada por SER. Segundo o autor, duas razões se colocam para postularmos uma cópula nula: (i) a abrangência de predicados que podem ocorrer com SCs é a mesma das sentenças copulares (adjetivos, nomes e preposições); e (ii) da mesma forma como ocorre com as sentenças copulares, no caso de SCs, a concordância em gênero é opcional para os predicados constituídos de NPs (exemplos (211) e (212)), mas obrigatória para os predicados constituídos de APs (exemplos (213) e (214)).

(211) O cônjuge é um ator/ é uma atriz

(212) Maria considera o cônjuge como um ator/ uma atriz

(213) O cônjuge é muito velho/*muita velha

(214) Maria considera o cônjuge muito velho/ *muito velha

Se o predicado da SC é uma cópula nula, então as SCs são orações (estruturalmente) completas, encabeçadas por um predicado verbal (nulo) e com a projeção de um complementizador. Se aceitarmos essa proposta de análise, a estrutura da sentença seria representada da seguinte maneira: [[partícula_{C°}]_{CP} [... SER DP/PP/AP]_{VP}]

Porém, como poderíamos explicar que a inserção de partículas *como*, *por* não podem ocorrer em todos os contextos de SCs, pelo menos no português? Seria devido ao fato de a posição de cópula estar vazia e as restrições quanto às construções equativas?

(215) Eu considero o João como um vencedor

(216) Eu acho o João um chato

(217) *Eu acho o João como um chato

(218) *João partiu como brabo

Apesar de aparentemente geral, ao admitir um CP para todos os constituintes oracionais, mesmo os morfologicamente menos complexos, a análise de Starke não parece ser muito econômica.⁶¹ Assumir a existência de uma cópula nula e assumir que o CP não constitui uma barreira em casos específicos podem resultar em acréscimos desnecessários à descrição daqueles constituintes. Desse modo, se é necessário estipular uma projeção funcional para as SCs, as características a seguir parecem reforçar a hipótese de que essa projeção funcional seja AgrP:

(i) Para Haegeman (1995), SCs são projeções de um núcleo funcional Agr, uma vez que existe concordância entre o DP sujeito e o AP predicado. Obviamente, não podemos supor que a projeção funcional que domina a SC seja a mesma que apresenta a concordância entre o predicado e o sujeito da SC. Haveria, portanto, em uma SC, duas projeções de AgrP: uma que domina o constituinte identificado como SC e outra que é responsável pela concordância entre o AP e o sujeito da SC.⁶²

(ii) A projeção AgrP parece ser a única projeção funcional, entre as indicadas como possíveis projeções dominantes de SCs, que está envolvida com nomes, pelo menos no caso do português. A hipótese de AgrP é reforçada pelo fato de as SCs se comportarem como NPs honorários.⁶³ As demais projeções funcionais parecem estar envolvidas com outras categorias morfossintáticas que não são apresentadas pelas SCs, como TP. A marca temporal, como vimos, nas orações plenas não é encontrada em SCs. No caso de SCs verbais, AgrP dominaria a categoria funcional InfP, que, por sua vez, domina o VP predicado dessa SC.

(iii) Seria também a categoria funcional de AgrP a responsável pela identificação de propriedades de sujeito no próprio sujeito de SCs, como o fato de SCs constituírem domínios opacos graças à presença desse sujeito. No entanto, o núcleo funcional de AgrP (com o traço [-Tense]) seria fraco e não atribuiria Caso Nominativo ao sujeito da SC

⁶¹ Ao propor que orações plenas e orações pequenas sejam dominadas pela mesma projeção funcional, que as distinguiria de outras categorias sintáticas, Starke parece respeitar a *condição de uniformidade*, condição cara à MGG (*Mainstream Generative Grammar*), linha da abordagem gerativa que segue tradicionalmente as propostas de análise formuladas por Chomsky.

⁶² Sobre a relação entre concordância e predicação, Moro (1995, p. 114-115) explica que a predicação não pode ser derivada simplesmente pela concordância entre o sujeito e o predicado. O autor explica que, se adotarmos essa representação, o papel de mediador entre o sujeito e o predicado da SC é realizado pelo núcleo Agr⁰. Entretanto, há casos em que dois DPs entram em uma relação de predicação, mas não há concordância entre eles. Analisemos o exemplo abaixo adaptado do autor. Em (i), os dois DPs apresentam traços de feminino e de plural. Por outro lado, em (ii), o primeiro DP possui os traços de masculino e de plural e o segundo DP possui os traços de feminino e de singular – ou seja, não há concordância entre esses dois DPs:

(i) João considera [[essas meninas]_{DP} [as suas melhores amigas]_{DP}]_{SC}

(ii) João considera [[esses livros]_{DP} [a causa da revolta]_{DP}]_{SC}

⁶³ Sobre os NPs honorários, ver nota 47.

complemento, provavelmente, porque a projeção de AgrP aparece dominada por um VP, e não o contrário. Por isso, a SC é considerada dependente do verbo ECM da oração matriz.

Reforçando essa alternativa, está o fato de ser possível atribuir um AgrP dominante à representação de SCs verbais de infinitivo. Na sentença exemplificada por Cardinaletti e Guasti (1995, p. 15),

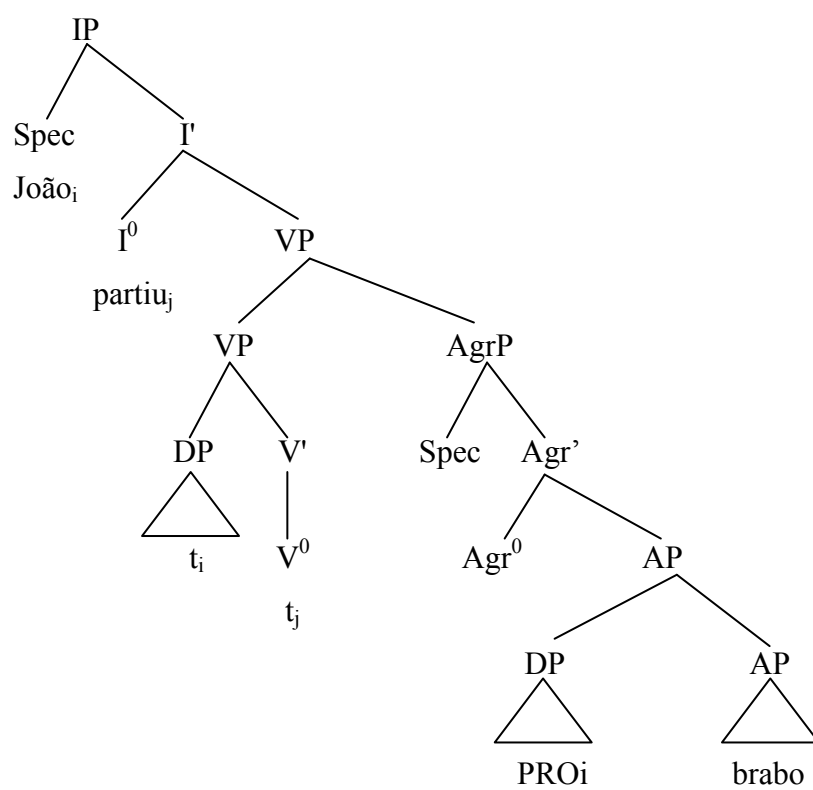
(219) John saw [Mary_i [completely [t_i destroy her car] _{VP}]_{AdvP}]_{AgrP}

o DP [Mary] não pode estar na posição de Spec de VP, pois um advérbio, [completely], intervém entre o DP e o verbo. O DP pode ter subido da posição de Spec de VP, onde foi gerado, para Spec de uma projeção funcional mais alta. Nesse caso, a projeção mais alta que domina VP é AgrP.

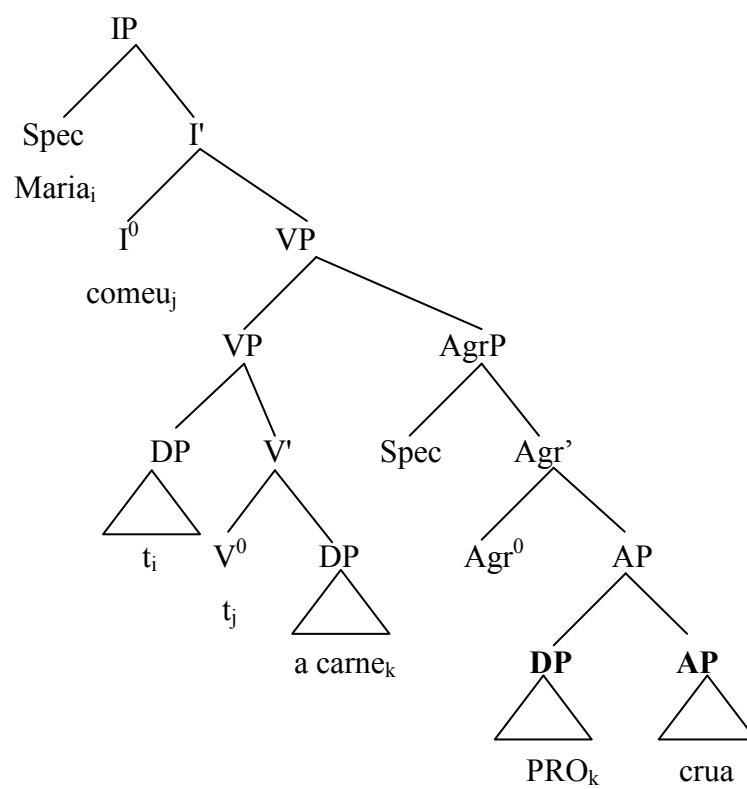
Assim, poderíamos supor que, quando o AgrP aparece dominando um VP, como no caso de orações completas, seu núcleo funcional estaria apto a atribuir Caso Nominativo ao elemento que aparece na posição de sujeito. Porém, quando aparece dominado por um VP, como nas SCs complementos, ou em adjunção ao VP, como nas SCs adjuntas, as condições para atribuição de Caso não estão presentes. Sendo assim, o sujeito da SC complemento alça-se para uma posição mais alta, respeitando-se as condições para movimento de constituintes, a de Spec de Agr, onde recebe Caso Acusativo do verbo da oração matriz. No caso das SCs adjuntas, não há alçamento, pois PRO receberia Caso Inerente e possui o *status* de sujeito das SCs, através da coindexação aos traços do NP da oração matriz a que se refere.

Desse modo, podemos propor a seguinte representação para estruturas com PC no PB. Começemos com a representação das SCs adjuntas na SS com o exemplo (220) e (221); em seguida, vemos a representação de SCs complementos na SS com o exemplo (222).

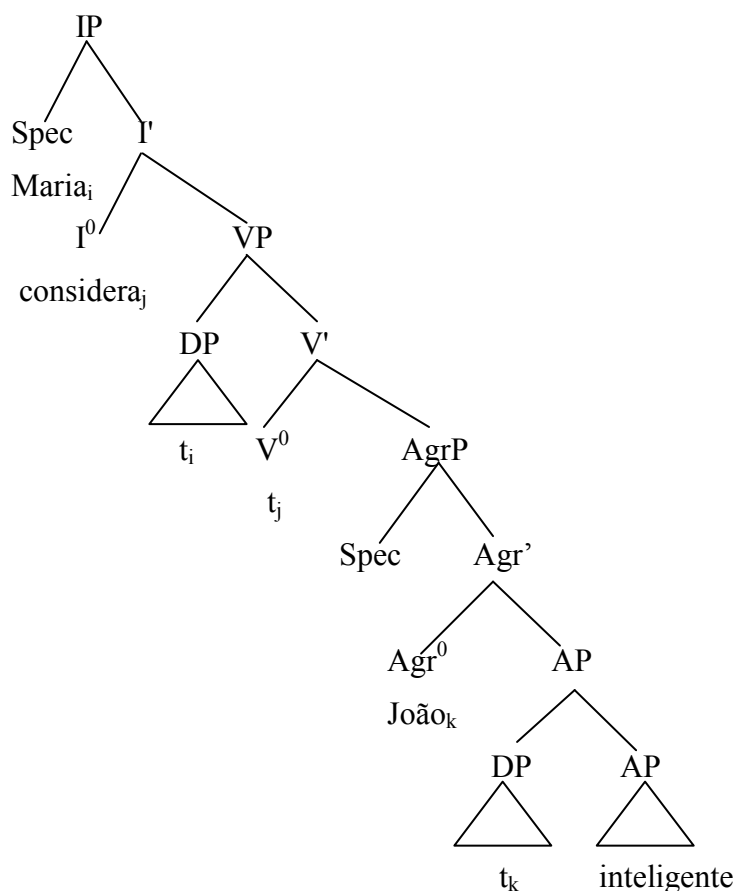
(220) João partiu brabo



(221) Maria comeu a carne crua



(222) Maria considera João inteligente



A hipótese de que SCs sejam dominadas por uma projeção de AgrP parece aceitável, considerando algumas características das SCs, como a de não apresentarem projeções de categorias de tempo, como Aspecto, ou por categorias próprias de orações plenas, como CP. Porém, análises mais recentes sobre a SC mostram que outras projeções funcionais podem constituir a projeção das SCs. Arsénio (2008, em comunicação), por exemplo, estipula que pelo menos as SCs verbais complementos possuem a projeção de aspecto. Gomes (2008, p. 125) adota a posição de Castillo (2001), que propõe um múltiplo AspP dominando a estrutura da *small clause* complemento.

Já para Al-Horais (2007), seguindo o Programa Minimalista, as SCs complementos seriam dominadas por TP. Como evidenciam as SCs gerundiais, o tempo entendido na SC gerúndio depende da semântica do verbo matriz. Por exemplo:

(223) A Maria [telefonou [[chorando]_{GerP}]_{VP}]_{SC adjunta}

(224) Maria vê [[o João]_{DP} [ganhando o prêmio]_{GerP}]_{SC compl}

Em (223), Maria chorava no mesmo momento em que telefonava. Em (224), o momento em que o João ganha um prêmio é o mesmo em que Maria vê o João. Isto é, em ambas as orações, se há alguma temporalidade expressa pela SC, ela é dependente da temporalidade expressa pela oração matriz. Para os objetivos deste trabalho, acreditamos que propor uma AgrP dominando vários tipos de SCs parece ser uma proposta mais geral, uma vez que se supõe que a partir desse AgrP outras projeções funcionais podem ser inseridas.

Assim, encerramos a descrição de estruturas com PC na abordagem gerativa segundo o modelo da TPP e a Teoria da SC. Como vimos, uma SC é um constituinte oracional que expressa o mesmo tipo de relação de predicação semântica entre um predicado e um sujeito encontrado nas orações plenas. As SCs, de acordo com a posição que ocupam em relação ao verbo da oração principal, podem ser classificadas como complementos ou adjuntas, e, de acordo com a categoria lexical de seus predicados, como nominais, adjetivais, preposicionais e verbais.

Nas SCs complementos, o verbo subcategoriza e atribui papel- θ ao constituinte oracional e o predicado da SC atribui papel- θ ao NP sujeito da SC. As SCs adjuntas formam o constituinte [PRO XP], já que o verbo da oração matriz atribui papel- θ apenas ao NP e não à SC. Sobre os predicados resultativos, vimos que não há consenso sobre a sua representação, tampouco sobre sua existência no português.

Analisamos também a hipótese de Williams (1983, 1994), e vimos que não podemos considerar que uma regra de formação de predicado complexo atue no português. Admitimos, portanto, que essas estruturas são melhor descritas através da representação de SCs que têm como projeção máxima AgrP.

No próximo capítulo, ao reavaliarmos algumas características da PC apontadas pelas análises tradicional e gerativa, identificamos esses possíveis padrões de construções com PC que parecem ocorrer no PB.

3 PADRÕES DE CONSTRUÇÃO COM PC NO PB

No início deste trabalho, nos perguntamos como determinadas abordagens podem representar uma construção em que um mesmo constituinte parece receber predicacões diferentes de constituintes diferentes. Também nos perguntamos como essas abordagens podem contribuir para uma análise geral dessas construções. Sendo objetivo desta dissertação analisar a estrutura de construções que apresentam PC no Português Brasileiro, neste capítulo, fazemos uma revisão das análises tradicional e gerativa tratadas anteriormente, de modo a verificar a possibilidade de haver padrões de construções com PC.

No primeiro capítulo, constatamos que a abordagem tradicional analisa construções com PC de dois modos: (i) como *predicado verbo-nominal*, se a PC envolve um verbo nocional predicador (transitivo ou intransitivo, na voz ativa, passiva ou reflexiva), um nome predicador (antecedido por determinante ou constituído por adjetivo ou sintagma preposicional) e um nome (sujeito, objeto direto ou indireto) que recebe a predicacão do verbo e do nome predicador; ou (ii) como *oração reduzida*, se a PC envolve uma oração subordinada com uma das formas nominais do verbo (gerúndio, infinitivo ou particípio) predicando sobre um nome (sujeito, objeto direto ou indireto) pertencente à oração matriz.

Já a abordagem gerativa analisa as construções com PC como SCs, isto é, estruturas oracionais morfologicamente menos complexas do que orações completas, pois apresentam uma relação de predicacão entre dois itens, sem a presença de algumas das projeções funcionais constantes em estruturas oracionais completas. Cada SC pode ser analisada, primeiramente, de acordo com a posição que ocupa na estrutura argumental, se adjunta ou complemento. E pode também ser analisada de acordo com a categoria morfossintática que ocupa a posição de predicado, se nominal, preposicional ou verbal. Temos, portanto, duas maneiras de ver essas construções: ou formando um predicado ou formando uma oração separada.

Como podemos ver, em algumas características a abordagem tradicional e a abordagem gerativa são divergentes. Em outros pontos, as análises se completam. Entendemos que, no que concerne ao estudo da PC, ambas as abordagens trazem suas contribuições para a análise dessas estruturas. Por exemplo, para a GT, construções com PC em que um mesmo NP parece receber predicacões de verbos diferentes constituem *orações reduzidas*, porque não são iniciadas por pronomes relativos nem por conjunções subordinativas, e têm o verbo em uma das formas nominais: infinitivo (como em *O guarda*

viu-o/ o prisioneiro sair), gerúndio (como em *Vejo crianças brincando*) e particípio (como em *Lido com atenção, este livro interessa a muitos*). Nas orações de infinitivo consideradas aqui com PC, o verbo principal pertence à classe semântica dos verbos perceptivos (*ver, sentir, ouvir*) ou causativos (*deixar, fazer, mandar*). Essas mesmas construções são analisadas pela abordagem gerativa como exemplos de SCs cujos predicados são constituídos por VPs.

Desse modo, podemos estabelecer uma classificação que consiga abarcar os detalhes das construções com PC identificados por aquelas abordagens. Começemos com o lugar que essas estruturas podem ocupar em relação à estrutura argumental do verbo da oração matriz. Da abordagem gerativa, podemos trabalhar com a noção de que essas predicacões formam estruturas concatenadas, ou seja, o objeto e o predicado formam, juntos, uma só estrutura que é selecionada como argumento interno pelo verbo. Nesse caso, a predicacão será denominada como completiva, pois é parte do complemento do verbo, e sua retirada pode afetar a gramaticalidade da sentença. Em contraste com as predicacões completivas, identificamos as predicacões adjuntas. Sobre essas, ainda podemos especificar se a predicacão pode ser interpretada como resultativa ou não.

Após verificar o tipo de PC, podemos analisar os itens que a compõem. Da abordagem tradicional, podemos identificar a função sintática do elemento que parece receber mais de uma predicacão – se sujeito, objeto direto ou indireto.⁶⁴ Se a predicacão for completiva, não há necessidade de se especificar a função do item receptor da predicacão, pois sempre será objeto.

Em seguida, podemos identificar a categoria lexical do predador que, não sendo o principal, permite o reconhecimento daquela estrutura como uma PC – ou seja, se DP, PP, AP ou VP. Se o item predador for um VP, poderá haver duas especificações e, conseqüentemente, subtipos de PC. A primeira será sobre a forma nominal a que este verbo corresponde: se infinitivo, gerúndio ou particípio. Se estiver no infinitivo, é preciso mostrar se o verbo é [+Agr] ou [-Agr]. A segunda é sobre o tipo semântico do verbo no caso de PC completiva: se opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear. Apesar dessas possibilidades, dois tipos de predicacão adjunta foram excluídos, uma vez que resultariam em sentenças agramaticais: a predicacão adjunta de VP infinitivo (**Joana destruiu o carro bater*) e a predicacão adjunta de DP (**Maria comeu a carne um minuto*) foram excluídas. Como

⁶⁴ Como vimos, apesar de alguns gramáticos descartarem a hipótese de que elementos com função de objeto indireto recebam algum tipo de predicacão (o chamado *predicativo do objeto indireto*), os testes propostos atestaram a sua possibilidade, ainda que o predicativo possa receber uma leitura preferencial como adjunto. Além disso, na análise de construções com verbos inacusativos, como *morrer* ou *cair*, a função sintática tradicionalmente identificada como sujeito foi analisada como objeto.

vimos no segundo capítulo, VPs infinitivos somente aparecem com SCs complemento, e nunca com SCs adjuntas. Além disso, em contraste com SCs complemento, SCs adjuntas não podem ter um DP na posição de predicado.

Considerando essas especificações, podemos identificar 18 possibilidades de estruturas com PC no PB. Chamaremos essas possibilidades de *padrões de PC*. Apresentamos no Quadro 2.1 esses padrões, juntamente com seus respectivos exemplos e a especificação dos elementos envolvidos em cada PC. Alguns dos exemplos aqui fornecidos foram tratados nos capítulos anteriores (padrões 01, 02, 03, 04, 07, 08, 16, 17 e 18), enquanto outros são adaptações desses exemplos (padrões 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). O que nos interessa mostrar neste momento é que para todos os padrões identificados em nossa análise podemos encontrar exemplos correspondentes no PB:

Quadro 3.1 – Padrões de PC no português brasileiro

N.º	Padrão de PC	Exemplo
01	Predicação adjunta de AP sobre sujeito	João saiu sozinho <i>Predicação 1:</i> sair <i>Predicação 2:</i> sozinho (AP) <i>Receptor das predicações:</i> João (sujeito)
02	Predicação adjunta de AP sobre objeto direto	Maria comeu a carne crua <i>Predicação 1:</i> comer <i>Predicação 2:</i> crua (AP) <i>Receptor das predicações:</i> a carne (OD)
03	Predicação adjunta resultativa de AP sobre objeto	O pedagogo deixou o aluno recalçado <i>Predicação 1:</i> deixar <i>Predicação 2:</i> recalçado (AP) <i>Receptor das predicações:</i> o aluno (OD)
04	Predicação adjunta de AP sobre objeto indireto	Preciso do ladrão vivo <i>Predicação 1:</i> precisar <i>Predicação 2:</i> vivo (AP) <i>Receptor das predicações:</i> do ladrão (OI)
05	Predicação adjunta de PP sobre sujeito	Maria saiu de saia <i>Predicação 1:</i> sair <i>Predicação 2:</i> de saia (PP) <i>Receptor das predicações:</i> Maria (sujeito)
06	Predicação adjunta de PP sobre objeto direto	Eu fiz dois barcos de papel <i>Predicação 1:</i> fazer <i>Predicação 2:</i> de papel (PP) <i>Receptor das predicações:</i> dois barcos (OD)
07	Predicação adjunta de PP sobre objeto indireto	Falo de você como meu mestre <i>Predicação 1:</i> falar <i>Predicação 2:</i> como meu mestre (PP) <i>Receptor das predicações:</i> de você (OI)
08	Predicação adjunta de VP gerúndio sobre sujeito	Maria telefonou chorando <i>Predicação 1:</i> telefonar <i>Predicação 2:</i> chorando (VP gerúndio) <i>Receptor das predicações:</i> Maria (sujeito)

(continua)

Quadro 3.1 – Padrões de PC no português brasileiro (continuação)

N.º	Padrão de PC	Exemplo
09	Predicação adjunta de VP gerúndio sobre objeto	Eu desenhei o João fazendo um gol <i>Predicação 1:</i> desenhar <i>Predicação 2:</i> fazendo o gol (VP gerúndio) <i>Receptor das predicações:</i> o Bebeto (OD)
10	Predicação adjunta de VP gerúndio sobre objeto indireto	Preciso de música tocando bem alta <i>Predicação 1:</i> precisar <i>Predicação 2:</i> tocando bem alta <i>Receptor das predicações:</i> de música (OI)
11	Predicação adjunta de VP participípio sobre sujeito	Eles telefonaram preocupados <i>Predicação 1:</i> telefonaram <i>Predicação 2:</i> preocupados <i>Receptor das predicações:</i> eles (sujeito)
12	Predicação adjunta de VP participípio sobre objeto	Escrevi o meu nome emendado <i>Predicação 1:</i> escrever <i>Predicação 2:</i> emendado <i>Receptor das predicações:</i> o meu nome (OD)
13	Predicação completiva de VP infinitivo ([+Agr]/[-Agr]) (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	A mãe mandou a filha sair de casa <i>Predicação 1:</i> mandar - causativo <i>Predicação 2:</i> sair de casa <i>Receptor das predicações:</i> a filha (OD)
14	Predicação completiva de VP participípio (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	Maria deixou os vidros caídos no chão <i>Predicação 1:</i> deixar - causativo <i>Predicação 2:</i> caídos <i>Receptor das predicações:</i> os vidros (OD)
15	Predicação completiva de VP gerúndio (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	Maria deixou o filho dormindo no quarto <i>Predicação 1:</i> deixar - causativo <i>Predicação 2:</i> dormindo <i>Receptor das predicações:</i> o filho (OD)
16	Predicação completiva de AP (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	Maria considera João inteligente <i>Predicação 1:</i> considerar - opinativo <i>Predicação 2:</i> inteligente <i>Receptor das predicações:</i> João (OD)
17	Predicação completiva de DP (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	Maria considera João um gato <i>Predicação 1:</i> considerar - opinativo <i>Predicação 2:</i> um gato <i>Receptor das predicações:</i> João (OD)
18	Predicação completiva de PP (opinativos, volitivos, perceptivos, causativos ou de nomear)	Maria quer o João de terno <i>Predicação 1:</i> quer - volitivo <i>Predicação 2:</i> de terno <i>Receptor das predicações:</i> João (OD)

Considerando, portanto, que existem 18 padrões de construções com PC, de acordo com as análises gerativa e tradicional, podemos concluir este trabalho, uma vez que nosso objetivo foi o de verificar como determinados pontos de vista representam a estrutura em que um único constituinte parece receber predicações diferentes de constituintes diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos aqui nossa descrição das construções com PC no português brasileiro. A análise teve dois pontos de partida: a abordagem tradicional e a abordagem gerativa. Nosso objetivo geral foi o de verificar como determinados pontos de vista representam a estrutura em que um único constituinte parece receber predicções diferentes de constituintes diferentes, de modo a verificar a existência de padrões nessas construções.

Iniciamos a análise com a tradição. Verificamos a falta de uniformidade dos termos utilizados em GTs anteriores à implementação da NGB em 1959. Assim, o que entendemos hoje por PC ou aparece diluído em outras classificações nessas gramáticas ou sequer aparece, de modo que essa noção estava relacionada à noção de oração complexa. Após a promulgação da NGB, a estrutura passa a ser tratada como um predicado misto – o *predicado verbo-nominal* –, ou como um tipo de oração subordinada, no caso de o segundo predicador ser um verbo – as *orações reduzidas*.

As *orações reduzidas* são assim chamadas, porque não são iniciadas por pronomes relativos nem por conjunções subordinativas, e têm o verbo em uma das formas nominais. Nas orações de infinitivo, o verbo principal pertence à classe semântica dos verbos perceptivos ou causativos. Essas orações são classificadas como *orações reduzidas substantivas objetivas diretas*. As orações participiais e as orações gerundiais não parecem ter restrições quanto ao tipo de verbo com que ocorrem ou quanto ao constituinte a que se referem. Sobre o predicado verbo-nominal, vimos que a hipótese de uma fusão entre dois tipos de predicado não parece ocorrer de maneira uniforme entre todas as orações com predicado verbo-nominal. A possibilidade de decompor as sentenças em duas não é possível para aquelas em que o objeto do verbo principal é uma proposição, e não apenas o substantivo que tem a função de objeto direto. Entretanto, podemos indicar que a estrutura de um predicado verbo-nominal segue o esquema: (sujeito) + verbo significativo (na voz ativa, passiva ou reflexiva) + (objeto direto ou indireto) + predicativo (do sujeito/do objeto).

Quanto à natureza do predicativo, verificamos que, apesar de alguns autores aceitarem que advérbios possam constituir essa função sintática, os dados mostrados (como a de um estudo realizado com alunos do 3º ano do ensino médio) não fornecem uma base estável para essa afirmação. Encontramos no predicativo uma particularidade, que é a de poder ser interpretado como adjunto adnominal. Para tanto, identificamos dez características (constatadas através de testes sintáticos) que distinguem predicativos e adjuntos. Podemos

dizer que essas diferenças são originadas a partir de determinadas propriedades dos constituintes que exercem a função sintática de predicativo e de adjunto, como a de ser transitório, no caso dos predicativos, e o de ser mais duradouro, no caso dos adjuntos. Já quanto à existência dos predicativos do objeto indireto, constatamos a possibilidade de aqueles constituintes serem analisados como POIs, desde que se respeite algumas condições, como a de ocorrer após o objeto, e a possibilidade de que sentenças com POIs sejam ambíguas. Verificamos também três análises que não seguem as premissas de uma análise mais tradicional: a análise de Mattoso Camara (1976, 1981), de Bechara (2004) e de Perini (1989, 2006, 2007). Pudemos constatar algumas semelhanças entre essas análises e as encontradas em algumas gramáticas pré-NGB, como considerar o predicativo (ou um dos tipos de predicativo) como um tipo de complemento e não fazer a diferenciação entre os predicados a partir da categoria do núcleo ou do tipo de verbo, se de ligação ou nocional (obviamente, com exceção da análise de Mattoso Camara).

Em seguida, apresentamos a análise das estruturas com PC à luz da gramática gerativa, segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros (TPP). Nessa abordagem, analisamos a *small clause* - constituinte oracional que expressa o mesmo tipo de relação de predicação semântica entre um predicado e um sujeito encontrado nas orações plenas. As SCs podem ser classificadas de acordo com a sua posição em relação ao verbo da oração matriz ou de acordo com a categoria lexical do constituinte que é predicado da SC. Diversas propriedades diferem SCs complementos e SCs adjuntas, como a noção de acarretamento, a interpretação dos adjetivos, diferenças na atribuição de papel- θ e diferentes tipos de paráfrases.

Ao analisarmos as SCs adjuntas, discutimos a possibilidade de o predicado secundário ser interpretado como *predicado resultativo*. Lobato (2004, p. 165) afirma que as sentenças resultativas são formadas a partir da leitura dos “traços da estrutura lexical dos verbos e da estrutura lexical dos adjetivos”, e “vem da compatibilidade ou incompatibilidade entre os traços de uma e outra estrutura o julgamento das sentenças”. Barbosa (2008), por sua vez, argumenta que as construções atestadas por Lobato constituem um tipo diferente de construção que não pode ser chamada de resultativa, tal como a construção é denominada para sentenças em inglês. Chomsky (1981, 1986), por outro lado, argumenta que os predicados resultativos devem ser analisados como adjuntos, assim como todos os predicados secundários, apesar de ocuparem posição de complemento. Ao discutirmos essa possibilidade, nosso intuito foi apenas de analisar a estrutura com PC que possui a interpretação resultativa, e não de chegar a um consenso sobre a construção resultativa. Desse modo, vimos que a questão sobre representar uma estrutura com predicado resultativo ou como uma SC adjunta

demonstra a necessidade de diferenciarmos entre interpretação resultativa e construção resultativa.

Ainda no segundo capítulo, argumentamos que SCs são projeções de um núcleo funcional Agr, de acordo com Haegeman (1995), uma vez que existe concordância entre o DP sujeito e o AP predicado. Além disso, a projeção AgrP parece ser a única projeção funcional, entre as indicadas como possíveis projeções dominantes de SCs, que está envolvida com nomes, pelo menos no caso do português. Seria também a categoria funcional de AgrP a responsável pela identificação de propriedades de sujeito no próprio sujeito de SCs. Para os objetivos deste trabalho, propor uma AgrP dominando vários tipos de SCs parece ser uma proposta mais geral, uma vez que se supõe que a partir desse AgrP outras projeções funcionais podem ser inseridas. Analisamos também a hipótese de Williams (1983, 1994), e vimos que não podemos considerar que uma regra de formação de predicado complexo atue no português. Admitimos, portanto, que essas estruturas são melhor descritas através da representação de SCs que possuem como projeção máxima AgrP.

No decorrer deste trabalho, pudemos constatar que existem divergências e convergências entre as análises tradicional e gerativa, e que essas diferenças podem contribuir para uma descrição geral dessas estruturas. Por esse motivo, ao reavaliarmos algumas características da PC apontadas pelas análises tradicional e gerativa, pudemos identificar 18 padrões de construções com PC que parecem ocorrer no PB. Pudemos mostrar, dessa forma, que para todos os padrões identificados em nossa análise podemos encontrar exemplos correspondentes no PB.

Iniciamos este trabalho nos fazendo algumas perguntas. Agora, ao final desta dissertação, ainda podemos nos perguntar: o que a investigação realizada aqui realmente pode nos proporcionar? Esperamos apenas que este trabalho produza tantas questões quanto as que aqui foram discutidas e que motivaram a sua escrita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa : curso único e completo*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1957. 497 p.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou, Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 5. ed. Lisboa : Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1871. 320 p. ; 21 cm.
- BARBOSA, Norvir Sebastião dos Santos. *Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: 1962, 139 p.
- BARBOSA, J. W. C. B. *A estrutura sintática das chamadas 'construções resultativas em PB'*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BASÍLICO, David. The topic of Small Clauses. *Linguistic Inquiry*. V. 34, p. 1-33. Number 1.2003
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. ampl. 14ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BISOL, Leda. *Predicados complexos do português: uma análise transformacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975. 72p.
- BORGES, José Borges. "O empreendimento gerativo". In: In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. P. 93-124.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro : Padrão, 1976. 256 p.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1980. 333 p.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática : referente à língua portuguesa*. 10. ed. Petrópolis : Vozes, 1981. 266 p.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005, 185p.
- CARDINALETTI, Cardinaletti, e GUASTI, Anna and Maria Teresa. 1995. *Syntax and Semantics* 28. London: Academic Press.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. 6. ed. Bahia: Progresso, 1955. 815 p
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding : the Pisa lectures*. Dordrecht : Foris, 1982. 371 p.

- CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge (MA) : MIT, 1986. 102 p.
- CHOMSKY, Noam. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge : The mit Press, 1988. 110 p.
- CHOMSKY, Noam. *Principles and parameters theory*. Berlin : W. de Gruyter, 1991. 97 p.
- CHOMSKY, Noam. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Editora Caminho, 1994. P. 15-66.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. P.146.
- FILLMORE, Charles. "Verbs of judging: na exercise in semantic description". In: *Studies in Linguistic semantics*. FILLMORE, Charles. Studies in linguistic semantics. New York, NY : Rinehart and Winston, c1971. 299 p.
- FILLMORE, Charles. "Em favor do caso". Lobato, M. In: *A semântica na linguística moderna : o léxico*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1977. 384 p.
- FOLTRAN, Maria José. "Predicados complexos". In: *Revista Letras*, Curitiba, n. 53, p. 127-139, jan./jun. 2000. Editora da UFPR.
- GÓIS, Carlos. *Método de análise : lexicos e logica, ou, sintaxe das relações*. 12.ed. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1943. 222 p.
- GOMES, Andreia de Fatima Rutiquewinski. *As small clauses complementos no português do Brasil*. 2006. 161f. Tese (Doutorado em Letras Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. Defesa: Curitiba, 2006.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983. 226 p.
- HENDERSON, C. H. S. *Sobre os predicados complexos: entre a análise tradicional e a gerativa*. 2008. 67p. Monografia não publicada (Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- KATO, Mary. "Raízes não Finitas na Criação e a Construção do Sujeito"+ In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, 29, 1995, p. 119-136.
- LEVIN, Beth e RAPPAPORT HOVAV, Malka. 1994. *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge: MIT Press.
- LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. "Afiml, existe a construção resultativa em português?". In: NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria José, OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. P. 142-180.

- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Noções de sintaxe estrutural da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/5/13.htm>>. Acesso em 25 jan. 2009.
- LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. Tradução: Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987. 324 p.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 1996. 13 ed.
- MACAMBIRA, Jose Reboucas. *A estrutura morfo-sintática do português : aplicação do estruturalismo linguístico*. São Paulo: Pioneira, 1997. 363 p.
- MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo e LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2ª ed., 2005.
- MOINO, Ruth Elisabeth Vasconcellos. "Chomsky em tempos de cólera". In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 29, n.º2, p. 109-133, junho de 1994.
- MORENO, Cláudio. *Língua Portuguesa – por Cláudio Moreno*. Disponível em: <http://www.sualingua.com.br/05/05_nomenclatura.htm>. Acesso em 29 jan. 2009.
- MORO, Andre. *The raising of predicates. Predicative noun phrases and the theory of clause structure*. Cambridge, (MA): MIT, 1987.
- PEREIRA, Vera Elen Noschang. *Concepção de small clauses nominais amalgamadas nas estruturas predicativas complexas do português brasileiro*. 2005. 148 f.
- PERINI, Mário A.. *Sintaxe portuguesa : metodologia e funções*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 248 p.
- PERINI, Mário A.. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo : Ática, 2006. 380 p.
- PERINI, Mário A. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, c2006. 206 p.
- OITICICA, José. *Manual de análise: léxica e sintática*. 4. ed. Rio de Janeiro : Typ. B. de Souza, 1935. 216 p.
- RAPOPORT, T. R. *Secondary predication and the lexical representation of verbs*. Department of Linguistic and Philosophy, Massachusetts, Institute of Technology and Ben-Gurion University of the Negev, Beer-Sheva, Israel.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da Gramática : a faculdade da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1998, c1992. 527 p. : il.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 6. ed. São Paulo: Miguel Melillo, 1900. 358p.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 25 ed.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed., rev. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 249 p.

SAFIR, Ken. On Small Clauses as constituents. *Linguistic Inquiry*. P. 730-735. 1983.

SCARPA, Ester Mirian. "Aquisição da Linguagem". In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. P. 203-232.

STOWELL, Tim. Small Clause restructuring. In: FREIDIN, Robert (d), 1991. *Principles and Parameters in comparative grammar*. Cambridge-Mass, MIT Press, p. 182-218.

STOWELL, Tim. "Remarks on clause structure". In: CARDINALETTI, Cardinaletti, e GUASTI, Anna and Maria Teresa. 1995. *Syntax and Semantics 28*. London: Academic Press.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2004. 364 p.

WEXLER, K. *Optional Infinitives, head movement and the economy of derivations in child grammar*, in N. Hornstein and D. Lightfoot (eds.) *Verb Movement*. Cambridge University Press. Cambridge, 1993. pp. 305-349.

WILLIAMS, E. B. *Thematic structure in syntax*. Cambridge (MA) : MIT, 1994. 266 p.